



CLÁUDIO DE ARAÚJO LIMA



ACADEMIA AMAZONENSE DE LETRAS
1918 - 2018

SEXO E AMOR



Coleção
Pensamento Amazônico
Série João Leda – v. 35



NOTA EXPLICATIVA SOBRE ESTE LIVRO ELETRÔNICO

Os direitos sobre os textos contidos neste livro eletrônico são reservados ao(à) seu(sua) autor(a) e estão protegidos pelas leis de direito autoral. Esta é uma edição eletrônica, não comercial, que não pode ser vendida nem comercializada em hipótese nenhuma, nem utilizada para quaisquer fins que envolvam interesse monetário. Em caso de citação acadêmica deste E-book, todos os créditos e referências devem ser dados ao(à) autor(a), a Academia Amazonense de Letras e a Reggo Editorial.

Este projeto foi contemplado pelo "Programa Cultura Criativa, 2020 / Lei Aldir Blanc – Prêmio Feliciano Lana" do Governo do Estado do Amazonas, com apoio do Governo Federal, Ministério do Turismo, Secretaria Especial da Cultura e Fundo Nacional de Cultura.



Secretaria de
Cultura e Economia
Criativa



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA ESPECIAL DA
CULTURA

MINISTÉRIO DO
TURISMO



**PÁTRIA AMADA
BRASIL**
GOVERNO FEDERAL



Coleção
Pensamento Amazônico
Série João Leda – v. 35

SEXO E AMOR

CLÁUDIO DE ARAÚJO LIMA



ACADEMIA AMAZONENSE DE LETRAS
(1918-2018)



DIRETORIA
BIÊNIO 2020/2021

Presidente
ROBÉRIO DOS SANTOS PEREIRA BRAGA

Vice-Presidente
MARCUS LUIZ BARROSO BARROS

Secretário-Geral
EULER ESTEVES RIBEIRO

Secretário-Adjunto
ARISTÓTELES COMTE DE ALENCAR FILHO

Tesoureiro
ABRAHIM SENA BAZE

Tesoureiro-Adjunto
FRANCISCO GOMES DA SILVA

Diretora de Patrimônio
CARMEN NOVOA SILVA

Diretora de Promoções e Eventos
MARILENE CORRÊA DA SILVA FREITAS

Diretor de Edições
JOSÉ DOS SANTOS PEREIRA BRAGA

Conselho Fiscal
MARIA JOSÉ MAZÉ SANTIAGO MOURÃO
LAFAYETTE CARNEIRO VIEIRA
MAX CARPHENTIER LUIZ DA COSTA

Conselho Fiscal – Suplentes
SERGIO VIEIRA CARDOSO
JOSÉ GERALDO XAVIER DOS ANJOS

ACADEMIA AMAZONENSE DE LETRAS

Filiada à Federação das Academias de Letras do Brasil

Av. Ramos Ferreira, 1.009

CEP.: 69010-120 – Centro de Manaus

Manaus-Amazonas

Tel./Fax: (92) 3342-5381

Site: academiaamazonensedeletras.com

E-mail: academiadeletras.am@gmail.com

SUMÁRIO

Palavra do Presidente 7

Da mesa do editor 9

Sexo e amor.....11

© **Cláudio de Araújo Lima**, 2021

Coordenação Editorial
José Braga

Comissão Editorial

Marcos Vilaça, Elson Farias, William Rodrigues, Bernardo Cabral, Lafayette Vieira,
José Braga, Carmen Novoa Silva, Dom Luiz Vieira, Márcio Souza, Almino Affonso,
Aristóteles Alencar, Sergio Cardoso, Artemis Soares.

Produção Editorial
Marcicley Reggo, Dayana Teófilo

Capa e Projeto Gráfico
Marcicley Reggo

Imagem da capa
© twenty20photos/Envato

Digitalização dos originais
Roumen Koynov

Ficha catalográfica
Ycaro Verçosa dos Santos – CRB-11 287-AM

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

L732s Lima, Cláudio de Araújo, 1908-1978

Sexo e amor Manaus: Reggo/Academia Amazonense
de Letras, 2021.

Edição digital (formato .pdf)
Coleção Pensamento Amazônico.
Série João Leda– v. 35;

ISBN 978-65-86325-74-4

1. Erotismo ocidental I. Título

CDD 155.31

Depósito Legal na Biblioteca Nacional, conforme Lei n.º 10.994,
de 14 de dezembro de 2004. Todos os direitos reservados (Lei 9.610/98).
Partes desta publicação poderão ser citadas, desde que referenciada a fonte.

2021

REGGO EDITORIAL

Rua Rio Javari, 361
N. Sra. das Graças – Sala 303
69053-110 – Manaus-AM

REGGO

Fone: (92) 98817-0172
@editorareggo

PALAVRA DO PRESIDENTE

Robério dos Santos Pereira Braga

O acadêmico Cláudio de Araújo Lima é dos escritores amazonenses um dos que mais ampliou a sua produção, diversificando-a em várias áreas de estudos. Biógrafo, ao se dedicar a Getúlio Vargas e Plácido de Castro, por exemplo, em obras que se tornaram notáveis; médico e psiquiatra – o que era de formação e com largo prestígio –, quando escreveu ensaios de psicologia médica e outros estudos no ramo; averiguador das agruras dos seringais no período da borracha, quando publicou o seu *Coronel de barranco*, talvez o livro de maior sucesso, pelo menos sobre temas amazônicos da fase áurea da economia da borracha; estudioso dos sentimentos e mazelas humanas ao dar a público obras como *Amor e capitalismo*, *Pequena história do erotismo ocidental*, e este, *Sexo e amor*, que agora se reedita.

Sua obra é vasta. O exercício profissional em psiquiatria o tornou um dos nomes mais respeitados nesse campo de estudo, em todo o País. Sua relação com a Academia Amazonense de Letras vem de antes de se tornar um dos titulares de poltrona na Casa de “Adriano Jorge.” Da mesma família e acadêmicos são José Francisco de Araújo Lima, o pai, fundador da Casa e personalidade das mais importantes na história política e na literatura e Carlos Araújo Lima, o irmão, advogado e escritor, a comporem a tríade familiar no Silogeu, escritores de grandes habilidades e oradores eloquentes. Os dois filhos – Cláudio e Carlos, entretanto, apesar de professarem o espírito da instituição, por residirem em outras cidades não puderam oferecer maior contributo na convivência cotidiana.

Figura singular, bem considerado por Genesino Braga que os conheceu de perto, tido como homem elegante, discreto e intelectual bem formado, Cláudio pelos anos 1970 chegou a anunciar que voltaria a residir na capital amazonense, mas a intenção não se confirmou, essa que seria a oportunidade de uma experiência nova na terra, depois de muitos anos distante, praticamente desde a juventude.

Ao incluir sua obra *Sexo e amor* na Coleção do Pensamento Amazônico, Série João Leda, a Academia Amazonense de Letras não só pretende homenageá-lo como escritor e intelectual, mas dar oportunidades a que os leitores mais jovens possam ter o interesse despertado para conhecer a trajetória de Cláudio Araújo Lima, pelo valor que encerra, e, muitas vezes, pela atualidade dos temas que aborda como poderá ser constatado em várias de suas publicações.

DA MESA DO EDITOR

Acadêmico José Braga

O livro constitui a principal e mais genuína vocação das academias de letras, uma espécie de missão sempre inconclusa e desafiadora.

Criação engenhosa do mundo novo virtual, o “livro sem papel” muito contribuirá para a difusão e democratização do conhecimento.

Acompanhando os novos tempos, a Academia Amazonense de Letras reuniu 40 obras de seu precioso acervo, que foram vigília e foram luz nesta Casa, legado intelectual de nossos antecessores, cujas edições se acham esgotadas, revitalizando-as e disponibilizando-as sem qualquer custo para a atual e futuras gerações de leitores.

Um resgate de parte do que, ao longo da centenária e luminosa trajetória deste silogeu consubstancia o que se pode chamar de Pensamento Amazônico, inspirado no ideal acadêmico.

Com o uso da nova tecnologia, amplia-se consideravelmente o acesso dos leitores à produção intelectual acadêmica, popularizando-se cada vez mais o livro e sua função libertadora.

Festejemos, pois, esta conquista!

Casa de Adriano Jorge, setembro, 2021.

CLAUDIO DE ARAUJO LIMA

PEQUENA HISTÓRIA DO EROTISMO OCIDENTAL

Volume I

SEXO E AMOR

EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA S.A.
RIO DE JANEIRO

OUTROS LIVROS DO AUTOR:

Ascensão e Queda de Stefan Zweig — Livraria José Olympio Editora. 1942.

Plácido de Castro, Um Caudilho contra o Imperialismo
Coleção Brasileira. Companhia Editora Nacional.
2.^a Edição. 1952.

Mito e Realidade de Vargas — Editôra Civilização Brasileira S.A., 2.^a Edição. 1955.

Ensaio de Psicologia Médica — Bruno Buccioni, Editor.
1959.

Plácido de Castro, Um Caudilho contra o Imperialismo
3.^a Edição (Refundida e Ilustrada). Bruno Buccini,
Editor, 1960.

Imperialismo e Angústia — Editôra Civilização Brasileira
S.A., 1960.

Exemplar

387

direitos desta edição reservados à
EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA S.A.

Rua 7 de Setembro, 97

RIO DE JANEIRO

1961

Impresso nos Estados Unidos do Brasil
Printed in The United States of Brazil

A

ENIO SILVEIRA

*homenagem de sólida
e fraternal estima.*

C. DE A. L.

INDICE

<i>Prelúdio e Variações em torno de um Tema escabroso</i>	7
---	---

Das Cavernas à Odisséia

No comêço, era a carne	17
Depois, é o trabalho	24
Afimal, foi a propriedade	32

Entre Platão e o Cristo

A espôsa e a cortezã	41
Uma loba como símbolo	47
Um deus feito homem	56
Um homem feito deus	62
Nem o deus nem o homem	67

O Sexo de Joelhos

O sexo e o céu	75
A mulher e outro profeta	80

Cavalos inventam o Amor

O sexo empolga a Igreja	87
O cavaleiro aliena o sexo	93
Sancho vence o Quixote	100
O sexo devora a Igreja	105

O Diabo assume o Sexo

Uma ética às avessas	113
O sexo e o Diabo	118

Dos Borgia às "Preciosas"

O "sabbat" e a "missa negra"	127
O sexo busca o ar livre	132
Os donos do sexo	138
A marcha da alienação	144
"Utopias" e "Preciosas"	149

Rumo ao Bovarismo

O sexo transfeito em verbo	157
O apogeu do "amor-doença"	163
O amor entre a doença e a saúde	170
O bovarismo em marcha	176
Dignidade para o amor	182

PRELUDIO E VARIAÇÕES EM TÔRNO DE UM TEMA ESCABROSO

A temática dêste breve ensaio, embora uma certa crueza no tom do desenvolvimento, nada encerra de atitude combativa.

Bem ao contrário do que possa parecer, visa a uma tarefa construtiva de esclarecimento. Isso, com o fim de servir à reeducação psicológica daqueles que, por uma concepção tortuosa sôbre os problemas do sexo e do amor, vivem a perambular pelos consultórios médicos, em busca de solução para os seus casos mais ou menos insolúveis. E acabam por fazer, intermitentemente, uma espécie de turismo mórbido nos estabelecimentos psiquiátricos, hoje eufemisticamente rotulados de "clínicas de repouso".

Melhor se diria; até, que o livro tem um sentido de estudo psicopatológico da atual conceituação do amor. Realizado com o objetivo de propor, em volume ulterior desta série de ensaios, uma possível metodologia a ser manejada, habilmente, na esfera de ação onde a psicologia médica se ocupa da problemática do erotismo, em geral, e de suas contrafações, em particular.

O que vale dizer, portanto, que pretende apresentar-se como um trabalho de higiene mental.

Mais ainda: como um estudo de profilaxia social, que foi elaborado, menos à custa da simples pesquisa bibliográfica, através de anos, em importantes bibliotecas estrangeiras, do que em função de uma já longa experiência profissional e humana.

Tal experiência, pois, esta sim, é que constitui a verdadeira base sobre a qual se vão expor certas idéias fundamentais, que, plagiando Cervantes, podem ser más, porém são suas, do autor.

E quando se afirma assim, neste prelúdio, que serão propostos alguns conceitos pessoais sobre a temática do erotismo, não se quer dizer que hajam eles brotado, em geração espontânea, sem que o autor recebesse determinadas sugestões, emanadas de fontes muito altas e categorizadas.

Justamente o oposto, no caso, é que traduz a realidade.

Abstraida a parte relativa à interpretação do tema, fundamentada em fatos conhecidos de todos que se interessam pelos estudos históricos sobre o sexo — e trabalhados eles, por meio de uma metodologia preferida do autor — a verdade é que este ensaio se vincula a importantes influências superiores.

Especialmente às de três figuras, que são os maiores ideólogos da história. Como jamais os houve, no que toca às indeléveis marcas que deixaram nas diretrizes para uma visão do Homem. E da Sociedade onde este vive, como centro incontestável.

Cristo, Marx e Freud.

São deles os elementos que dominaram a estruturação do livro. Cada um dos três em certa fase da formação cultural do autor. Também, cada qual, dentro de exatas medidas, que não chegaram ao ponto de levá-lo à despersonalização, e, muito menos, a uma submissão sectária.

** * **

Do Cristo, sim.

Porque, ao longo deste pequeno texto, a tônica da interpretação dos fatos históricos incide, sempre, num círculo de pensamentos de que Ele é o centro. Tratada a Sua figura, sistematicamente, não apenas sob o mais profundo respeito, mas ainda com uma imensa ternura.

E tudo que o leitor encontre aqui, de verdadeiramente amargo, nunca se dirige a Ele, que paira acima da vulgar condição humana.

Refere-se, isto é verdade, ao cristianismo propriamente dito. Compreendido este, do modo amplo, em termos de uma ideologia que, em Seu nome, e há quase dois milênios, a instituição da Igreja — a cristã em geral, e a católica em particular — tem manipulado para destorcer a verdade sobre a realidade do sexo no Homem.

De fato, se a verdade cristã original houvesse germinado, livre dos fatores deteriorantes que culminaram na ação de desfigurar sibilinamente a Sua palavra, talvez florescera e frutificara, na cultura ocidental, um legítimo e autêntico humanismo.

Uma concepção do homem e da sociedade, sem as fabulações que os Evangelistas construíram, ao prometerem transpor, para a linguagem escrita, o pensamento que o Cristo pregou pelas terras que palmilhou, na sua ânsia de reformar o mundo. E que os primeiros cristãos, aqueles que de fato merecem tão respeitável nome, desejaram espalhar por toda parte, convictos da veracidade de sua nova fé.

Isso, até o momento em que São Paulo, marcado por agressivo estilo de apostolado, começou a falsificar a real essência do verbo de seu Mestre. E dedicou-se por inteiro, com um cego fanatismo, à estruturação da Igreja e do poder eclesiástico, sob diretrizes mundanas muito definidas.

Pois, aí, dentro de um molde que, só aparentemente, prometia servir à religião nova, é que ele podia realizar a sua invulgar vocação de legislador, de codificador e de líder político. Que esta resumia, de fato, a arquitetura de sua possante personalidade. Em contraste chocante, integralmente antitético, com a humaníssima essência da ideologia pregada pelo Cristo.

* * *

Também de Marx.

Dêsse homem superior que, ao invés de voltar os olhos para o céu — que, desde Copérnico, já se esvaziara de deuses — onde o Cristo anunciou a existência do seu reino, prefere dirigí-los para a simples Terra. Para o chão onde seus pés se fincavam, desde o dia em que assumiu posição contra o idealismo de Hegel, que foi o seu mestre principal.

Um terrenal filósofo que afirmara, na décima primeira das "Téses sobre Feuerbach", que, até então, "os filósofos apenas haviam interpretado o mundo, cada um à sua maneira". Mas que, a partir daí, o de que se tratava "era de transformá-lo".

Pensamento dentro do qual, inequivocamente, e apenas em termos de objetivação dos problemas, Marx identificou-se com o Cristo.

De fato e indiscutivelmente, pois o que Ele pretendeu, acima e antes de tudo, com Sua apaixonada pregação, foi revolucionar a filosofia do Homem em face do mundo. E, sobretudo, em relação à visão que este tinha do próximo, ordenando-lhe que o estimasse, mais do que a si próprio.

Um brado de revolta contra o egoísmo da época, que parece, talvez, haver inspirado Marx, quando plasmou, no "Manifesto", o convite para que o proletariado confraternizasse e agisse em conjunto, na luta pelo ideal comum.

Quem será capaz, por exemplo, de dizer que o "Proletariado de todos os países, uni-vos" encerra alguma diferença básica do "Amai-vos uns aos outros"?

Do mesmo modo que a luta que se alicerçou nas teorias de Lenine sobre o imperialismo — quem há de negar tal evidência? — faz lembrar, na sua equivalência conceptual, a fase em que o Nazareno, ao lado da pura pregação de uma reforma espiritual, se empolgava com a idéia de trabalhar pela emancipação de sua pátria, contra o domínio imperial de Roma.

Um aspecto da trajetória existencial do Cristo, que a crônica e a crítica históricas teimam em omitir. Provavelmente, para não deixar a humanidade perceber que os Seus interesses não se polarizavam, de maneira exclusiva, num reino que, segundo os Evangelistas, Ele anunciava não ser deste mundo.

Longe disso. A luta do Cristo tinha um outro sentido muito definido, másculo mesmo, ainda que edulcorado pela ternura de que envolvia a Sua pregação.

Pregação política que, ela sim, acabaria por levá-lo à cruz. Até onde jamais chegaram tantos e tantos taumaturgos

da época, que eram mais milagreiros vesânicos, do que afinal, como Êle, legítimos e conscientes líderes políticos.

De Marx, portanto, diga-se logo, sem subterfúgios covardes, é a metodologia aqui utilizada para interpretar a evolução dos conceitos de sexo e de amor na cultura ocidental, dos quais não se ocuparam, lamentavelmente, nem Êle nem Engels ou Lenine, embora fossem êstes dois, muito menos economistas do que seguros filósofos.

Donde, por isso mesmo, e paradoxalmente, o livro não logre satisfazer aos portadores do sarampo super-esquerdista de certos comunistas de café, que nunca leram Marx. Pelo que vivem êles incapazes de assimilarem o espírito dinâmico do método dialético — a fazer metafísica comunista, como diz Molière que Monsieur Jourdain fazia prosa: sem o saber.

E, não o havendo lido, ou sequer conhecido a sua biografia, são incapazes de compreender a enorme capacidade de ternura que derramava na vida privada. Muito menos o tom de passionalidade, cheia de simpatia humana, que caracterizava aquilo que Luc Somerhausen chamou, com admirável adequação, e para intitular um livro, "o humanismo atuante de Marx".

Uma atitude e um estilo de comportamento que o tornam infinitamente mais próximo do Cristo — sabe lá até que ponto n'Êle se inspirou — do que todos os cabeças de trustes internacionais, que se arrogam a missão de salvaguardar a civilização cristã, cada vez mais distante d'Êle, e até transformada em Sua irredutível inimiga mascarada.

• • •

E ainda de Freud.

Por mais que o não compreendam aquêles que se arvoram em seus discípulos de hoje.

Todos êsses contemplativos que, no recesso penumbroso dos gabinetes psicanalíticos, desgarram-se da realidade humana e social que está ali, dentro do seu paciente, alongado sôbre um divã macio.

Ou se perdem de si mesmos, desviados daquele concreto-existencial que no paciente ferve e referve. E são arrastados

para longe dele, a cada instante em que as palavras ouvidas lhes trazem à tona da consciência, de torna-viagem, o odor de suas próprias chagas psíquicas, mal ou de todo não cicatrizadas.

Mas que, apesar disso, ou justamente por isso, arrogam-se o direito, entre grotesco e simplesmente cômico, de se considerarem super-homens. Senão verdadeiros deuses, a cujos pés, ali no divã nuançado de azul, o paciente se minúsculiza, de dia em dia. Até o ponto de parecer um pequeno verme pseudo-humanizado, triste resumo do que o analista imagina ser a mais alta expressão da condição humana, só encontrável, de fato, entre os iniciados da hermética seita.

Uma caricatura molieresca de super-homem, que não consegue, nunca, ver florir em sua alma um ramúsculo sequer do humanismo com que o Cristo, Marx e Freud sonharam, cada qual no seu tempo, e conforme a situação histórica em trânsito. E buscaram realizar, para erguer o Homem — em vez de rebaixá-lo até o ínfimo degrau da inteligência de um antropoide — da condição puramente animal, que foi a sua originária, à real essência humana, que aos três empolgou, quase obsessivamente.

• • •

Para terminar, numa quarta variação, previna-se o leitor contra uma falsa interpretação do espírito que anima este ensaio, que não aceita o rótulo de um panfleto destinado a desrespeitar os sentimentos religiosos de quem quer que seja.

Não. Em vez de semelhante objetivo, ele aspira a ser um trabalho de introdução histórica aos ensaios seguintes, que se vão ocupar dos grandes problemas psicológicos da vida sexual e amorosa da sociedade contemporânea. Com fundamento numa experiência profissional que já se alonga por mais de trinta anos, dedicados a uma tentativa de compreensão — e, até onde possível, de correção — dos desajustamentos do ser humano, no setor das suas relações interpessoais de natureza erótica.

Porque este ensaio exige — somente isso e nada mais — ser considerado um trabalho honesto e independente, como

independente é, ideologicamente, o seu autor, simples profissional da psicologia.

Advertência na qual se insiste, para que não se imagine, por exemplo, que o autor defende a tese de que o Homem deve reduzir a totalidade do seu comportamento erótico ao exercício meramente fisiológico da atividade sexual, transfazendo a genitália numa espécie de divindade.

Muito ao contrário. O que se pretende sustentar, nos três volumes sucessivos, é que esse amor que se pratica hoje — e em função de cuja tirania vive a sociedade contemporânea — é um sentimento inautêntico, porque essencialmente marcado pela alienação.

Essa alienação que Marx define como sendo um estado em que, no Homem, os seus próprios atos se convertem, para ele mesmo, numa força estranha, situada acima dele e contra ele, em vez de ser governada por ele”. Algo que se resume na tragédia de fazer com que o ser humano, ao criar alguma espécie de valor, acabe por ver a criação tornar-se o carrasco do seu próprio criador,

C. DE A. L.

Rio de Janeiro, Julho, 1961.

Das Cavernas à Odisséia

NO COMEÇO,
ERA A CARNE

N O COMEÇO, ERA A CARNE. POIS A atividade genital nada encerrava, por então, que a situasse em condição inferior àquela, puramente animal, que se exercia em forma dos instintos mais primários, como a fome e a sede.

E o coito humano, no exclusivo sentido de introdução do membro masculino na cavidade vaginal da fêmea, — seguido desse mecanismo, em maior ou menor tempo, do ato reflexo da ejaculação — reduzia-se já, na fase primeira da desanimalização do vitorioso primata que se transmudara em homem, a um processo de puro automatismo nervoso. Algo de peculiar a todos os animais vertebrados, que o precederam na evolução zoológica. E muito especialmente ao mamífero-homem, na fase que antecedeu à sua real humanização, ao longo da etapa histórica em que a rudimentar atividade psíquica se transubstanciou em verbo.

Semelhante ato humano, simplíssimo no esquematismo de sua fisiologia, sempre representou, entretanto, naqueles tem-

pos como nos de hoje, a chave que assegura a continuidade do processo de evolução biológica do Homem sobre a terra. E pode ser entendido, na sua essência, como curto drama, que se desenrola num único ato, mas fracionado, simultaneamente, em quatro palcos diferentes, representativos dos quatro grandes e principais setores da atividade do sistema nervoso.

Primeiro — e primeiro, aí, apenas no sentido de escalão inferior da hierarquia anátomo-fisiológica — ele desenvolve sua ação na medula espinhal, onde chegam os estímulos táteis que vão gerar as sensações. E de onde partem aqueles que determinam a motilidade reflexa. Por um lado, diretamente, só em função das excitações que emanam das várias zonas cutâneas, assim como de algumas mucosas visíveis, ligadas ao mundo exterior. Indiretamente, por outro lado, como estímulos originados em sentidos que não os do tato, os quais chegam, mais ou menos simultaneamente, e após atravessar órgãos nervosos mais altos, ao território da medula espinhal. E aí desencadeiam, mesmo sem a interferência efetiva da consciência, o impulso que conduz à busca de uma necessária descarga tensional. De qualquer modo, um reflexo de tipo absoluto, não-condicionado, praticamente só apoiado no centro gênito-espinhal, direto e imediato como aquele que leva uma rã a retrair sua pata, mesmo depois de lhe extirparem o cérebro, quando sobre ela se depositam algumas gotas de substância cáustica.

Em segundo lugar, o drama biológico do coito se inicia no interior do palco representado pelo bulbo. Nessa espécie de “medula alongada”, que já constitui sede de mecanismos fisiológicos mais complexos e diferenciados. Aí então, necessariamente, ocorrem intensas modificações correlatas da atividade funcional dos centros vaso-motores — que regulam o maior ou menor diâmetro do calibre arterial e venoso — das quais resultam, no homem, a ereção, e, na mulher, a turgescência clitoridiana. Isso, ao mesmo tempo que se produzem, com intensidade variável, alterações dos batimentos cardíacos e do ritmo respiratório.

Simultaneamente, no terceiro palco — aquele que é integrado pelos centros sub-corticais, quartel-general das atividades involuntárias, e também pelo diencéfalo, posto de coman-

do da vida vegetativa — desencadeiam-se importantes fenômenos biológicos. Entre os quais se deve mencionar, de maneira expressa, toda a série daqueles que, através do primeiro par de nervos cranianos, estão relacionados com o sentido do olfato. Este, historicamente o mais antigo dos sentidos, como até hoje se observa, a qualquer instante, em forma da significação que tem o faro para o exercício da função sexual dos animais. Tão importante, de fato, que se encontra no “Dicionário de Fisiologia”, de Richet, a afirmação segundo a qual “na série animal, o pensamento começou pela elaboração das sensações olfativas”.

Dêses fenômenos nervosos, que escapam a uma discriminação topográfica esquemática, pelo menos em termos de uma linguagem leiga acessível, resulta todo um conjunto de significativas expressões emocionais. Principiando pelas alterações fisionômicas primárias — às vezes, em forma de uma exposição dos dentes caninos, capaz de denunciar, claramente, a base fundamentalmente animal e agressiva da cópula. O que levou Wilhelm Reich a sustentar que “o homem é mais bestial do que a besta”. E indo até certa tendência, aliás variável, a assumir umas tantas posturas, que vão acompanhadas, sempre, de uma maior ou menor rigidez muscular, por ação dos corpos opto-estriados, que regulam o tonus muscular ao mesmo compasso em que o chamado “tálamo ótico”, além de outras tarefas, comanda a dinâmica das emoções. Isso, sem falar de uma verdadeira escala cromática de expressões anímicas que, no homem já elevado à condição de civilizado, segue um ritmo de oscilações, que vai, da alegria que deve acompanhar normalmente o coito, até uma tristeza, menor ou maior, capaz de dar-lhe, então, um colorido especial, de sabor mais ou menos romântico, ou de um estado mórbido, mesclado de sadismo e masoquismo.

Finalmente, na corteza cerebral — um palco a ser utilizado, na sua real plenitude e em toda a extensão de suas conseqüências, somente quando a inteligência já se houver erguido a um alto nível da capacidade de abstração — operar-se-á a conscientização total da cópula. E, sobretudo, a subjetivização do processo do coito, com as múltiplas repercussões existenciais dessa complicação evolutiva, em forma

de uma valorização maior, qualitativamente, dos estímulos sensoriais acessórios, bem como da interferência de vivências com os mais variados matizes.

* * *

Assim tão simples — simples e puro na sua essência fisiológica, não complicada pela interferência dos processos perturbadores da predominância psicológica da inteligência — assim puro e simples era o coito humano entre a humanidade primitiva. Nesse período da história, perdido entre a era glaciária, que alguns fazem recuar até o extremo de meio milhão de anos, e aquela outra, já mais próxima, relativamente, dos tempos pré-homéricos, que precedeu de dezenas de séculos, segundo a cronologia mais autorizada, o surgimento das civilizações egípcia e mesopotâmica.

Donde ser lícito defender, sem medo de avançar um paradoxo, o conceito de que o “amor” — amor com aspas, tal como o que foi fabricado, depois e aos poucos, pela cultura ocidental-cristã — não nasceu, simultaneamente com o amor natural, baseado no instinto sexual, que, este sim, surgiu quase ao mesmo tempo que os instintos fundamentais, como a fome e a sede. Nem muito menos, já se vê, com as duas básicas emoções primárias — o medo e a ira.

Em matéria de sexo, portanto, dentro do comportamento do homem primitivo, tudo se passava com animal naturalidade. A mesma naturalidade com que, no momento de um estímulo adequado e oportuno, êle apanhava um fruto maduro, ou se abeberava numa fonte.

Na era das cavernas, o macho era assaltado, em determinado instante do dia, sem quê nem mais, pelo desejo irreprimível de copular.

E, como que movido por uma invisível mola, buscava satisfazê-lo, imediatamente, sem quaisquer impedimentos contrapostos por alguma regra social ou ética.

Mas, nem por isso — nem pelo fato de a mulher funcionar, sempre, como instrumento mais ou menos passivo dêsse impulso do homem — pode afirmar-se que, a essa altura da evolução do primata transfigurado em homem, a mulher já

se houvesse transformado numa escrava. Pelo menos no sentido em que a civilização a tornou, paulatinamente. Sobretudo, ela ainda não era maltratada, vencida totalmente em sua vontade, senão em forma eventual do ritual de captura.

E até parece plausível admitir, considerada a situação dentro da penumbra dessa etapa histórica, que a mulher primitiva, a partir do momento em que teve o tácito direito à escolha de um homem, gozava de uma relativa liberdade. O que só lhe foi usurpado, muito depois, com o surgimento do instituto da propriedade privada, da circulação de algum tipo de moeda, das trocas efetivas. De tudo aquilo, enfim, que fez surgir, em estágio bem ulterior, a instituição do casamento por compra.

A mulher constituía, então, por assim dizer, uma espécie de “gado sagrado”. Inclusive porque, em última análise, dela é que dependia toda possibilidade de um aumento do grupo que precedeu ao clã e à tribo. E o nascimento dos filhos nada tinha a ver, até aí, com aquele complexo de sentimentos que iria receber a denominação de “amor”.

Mas, colocadas as coisas no âmbito de semelhante realidade, poder-se-á conjecturar que, por esses tempos, o homem já tinha a capacidade de — à sua maneira — “amar” positivamente a sua fêmea?

Talvez sim. Sim, na medida em que se “ama” — sempre a abusiva extensão das palavras “amor”, “amar” e “amante” — uma “coisa” que se custou a conseguir. E que, uma vez perdida, não é fácil de substituir. Algo que os outros cobiçam, e, no fim de contas, serve para satisfazer certa necessidade habitual de quem possui essa coisa. No fundo, aliás, já a vinculação implícita do indivíduo com a propriedade privada, antes mesmo de ela se tornar um instituto definido.

Por outro lado, é possível que esse homem primitivo, visto em termos de zoologia comparada, já “amasse” a sua mulher, num sentido equivalente ao do gorila que “ama” a sua fêmea. E que chega a revelar, segundo autores respeitáveis, em sua vida “conjugal”, certas qualidades excepcionais de macho zeloso, que constroi um ninho para a “família” e permanece de sentinela, ao pé da árvore em que a instalou, para defendê-la contra o eventual agressor. Muito embora

seja lícito lembrar — à base da autorizada informação, documentada, do finlandez Eduardo Westermarck em sua monumental “História do Casamento Humano” — que, entre os mamíferos superiores, o “casamento” é sempre episódico, só ligado à primeira fase da criação da ninhada. E, apenas em relação aos antropoides, como seres mais próximos do homem primitivo, pode dizer-se que mantêm a sua ligação com a fêmea, eventualmente, além do prazo indispensável aos básicos cuidados com a cria.

• • •

E como terá, então, nascido realmente o “amor”? O amor assim entre aspas, não para designá-lo pejorativamente. Mas para situá-lo como fenômeno cultural, superajuntado, ao longo da evolução histórica, dentro do estilo de existência da humanidade primitiva. Enfim, como uma superestrutura profundamente contraditória, alienada em relação à sua verdadeira base, que se resumia tôda no amor fundamental, êste, orgânico, instintivo, natural, pura necessidade biológica.

Semelhante espécie de amor deve ter nascido, em princípio, no momento em que uma primeira mulher se deixou possuir sem ser a isso opressivamente obrigada, domada pela força brutal do homem. Quando ela foi seduzida, conquistada apenas por um simples gesto do macho. Um olhar menos agressivo. O esboço de uma expressão fisionômica que, adiante, ia tornar-se em sorriso, uma palavra qualquer, da linguagem que já se ia desenvolvendo. Ou, então, vencida pelo valor simbólico de algum pequeno regalo, que não fôsse aquêle tipo de presentes que o noivo, já no período selvagem, fazia chegar aos pais da noiva, à véspera da boda, como um equivalente mascarado do pagamento da mulher-coisa, que êle ia comprar.

Agora, quanto a saber, ou pelo menos presumir, os motivos pelos quais, um dia, a mulher começou, em vez de se dar, passivamente, ao primeiro que lhe exigia o serviço sexual, a “preferir” um certo e determinado homem, em lugar de outro, isso é algo que permanece realmente em mistério,

como tantos outros de que é feita, praticamente, a maior parte da psicologia.

De qualquer maneira, e seja qual fôr o modo pelo qual êsse acontecimento deve, então, ter ocorrido, o fato é que, a partir daí, principia a definir-se, entre o homem e a mulher, a exigência de uma relativa, ainda que frouxa, reciprocidade do afeto. Uma tendência dela, a já não se dar tão incondicionalmente. Espécie de exigência, por parte da mulher, capaz de fazer da posse carnal, na ocasião, algo que se consumasse independentemente do medo, puramente animal, de ser punida pelo homem ao qual não estivesse disposta a se entregar. Enfim, o esbôço de um sistema de valores abstratos, cujo significado ainda desafia tôda a sabedoria daqueles que pretendem interpretar essa histórica superação do puro existencial-concreto, que fundamentava o comportamento genésico da humanidade primitiva.

DEPOIS, É O TRABALHO

N O INÍCIO DO PERÍODO HISTÓRICO, remoto de milênios, que os compêndios designam sob o rótulo de “estado selvagem”, o animal humanizado ainda se conservava um ser pouco acima do que são os antropóides de hoje. A despeito dos lentos progressos realizados passo a passo, continuava a ser muito mais animal do que homem.

E, na verdade, enquanto semelhante processo de humanização não ultrapassou, definitivamente, certa fronteira que já era próxima da civilização, as relações sexuais e a coexistência masculino-feminina não se haviam complicado, em proporções sensíveis.

Donde elas se poderem enquadrar, simples e diretamente, dentro de um esquema que ia, da captura à cópula, e, depois, da gestação ao parto.

Mas, por outro lado, até certo ponto cabe dizer que, no limiar do estado selvagem, se esboçou a forma embrionária daquilo que, muito mais tarde, iria ser chamado explicitamente de “amor”.

Fôsse como fôsse, entretanto, êsse amor superestrutural, recém-nascido, nada encerrava ainda do complexo de sentimentos contraditórios que, ao longo dos tempos futuros, acabaria por conduzi-lo à condição de uma "doença", no século atual.

Todavia, não há como esquivar a realidade de que, aí, principiava um insidioso, se bem que invisível, processo de alienação da realidade. Algo que se resumia numa distorção dos fundamentos básicos, orgânicos, específicos da atividade propriamente animal do sexo no ser humano.

Iniciavam-se, em proporções microscópicas, os aspectos abstratos que a civilização, a certa altura, tornaria positivamente mórbidos. E que iriam apoiar-se mais tarde, sobretudo, nas ideias destrutivas de ciúme, nos falsos e contraditórios conceitos de pudor, na construção psíquica do bovarismo e do devaneio mórbido. Tudo em forma de reação, mais ou menos inconsciente, contra o egocentrismo despótico do homem, já tornado, de fato, o dono absoluto da sociedade humana.

Dáí por diante, com uma força de progressão que só fez crescer através dos séculos, dos milênios de evolução dos valores sociais e éticos — valores que pretendem comandar a existência humana, de um modo rígido e imutável, a despeito dos motivos materiais que exigem a sua mutabilidade — o "amor" começou a pesar gravemente no funcionamento da alma humana, e na dinâmica da sociedade que lhe serve de base.

Porque, na realidade, ao longo dos séculos que se seguiram, cada um, homem ou mulher, a pouco e pouco, passou a não se contentar mais com a satisfação da carne, como simples meio de cumprir a exigência de uma necessidade natural.

E como se estivessem obrigados, daí para a frente, a pagar o preço da alienação que a cultura ia cobrar-lhes, os seres humanos civilizados tiveram de misturar, à atividade natural do sexo, cada vez mais, e por uma contingência do rumo que a história tomaria, o mais perigoso ingrediente entre os muitos que a deturparam: o sentimento de eternidade, como algo de inerente ao amor.

Um conceito de duração ilimitada do amor — o amor, aí, já tomado em seu sentido cultural. E de infinitude absoluta da ligação amorosa, que é, por essência e existência, incompatível com a inexorável transitoriedade da vinculação erótica. Mas do erotismo natural, já se vê, que é sempre cíclico, limitado, por natureza finito. Lamentavelmente cíclico, diga-se de passagem, pelo que isso encerra de contraditório e antagônico em relação às instituições civis — casamento e família — que o cristianismo tudo fez, e tudo procura fazer ainda, para consolidar e impregnar de um caráter duradouro e eterno. Duradouro, como pretende impor-se a cultura ocidental, dia a dia mais desintegrada, entretanto, sob a pressão das novas forças, modos e relações de produção, que vão minando os alicerces do capitalismo. Eterno, como aspira a ser, na sua ânsia de infinito, a essência do cristianismo, que insiste na condição de representar a base sobre a qual essa cultura ocidental luta por manter-se de pé.

• • •

Puro e simples, ingênuamente animal — repita-se e insista-se na afirmação de linhas atrás — foi o amor natural do Homem, enquanto se conservou nos estritos limites de uma atividade instintiva.

Foi ele assim, enquanto não se desencadeara a progressiva elevação intelectual do ser humano, feita à base de sucessivos avanços no processo de elaborar seus conceitos abstratos. Cada vez mais abstratos, até o ponto de se desprenderem, como hoje, dos marcos de um pensamento categorial, para se afundarem na trágica alienação a que foi conduzido o amor.

Alienação, sim. Porque a vida sexual, ao cabo de tudo, pode afinal ser resumida, a bem dizer, numa simples resposta, nervosa e psíquica, aos estímulos produtores de sensações, que partem dos órgãos sexuais. E daí seguem, sistematicamente, pelas vias de condução do eixo cérebro-espinhal, que as conduzem à esfera da consciência.

Fato de que já não se pode, neste ponto de evolução antropológica, dar uma demonstração experimental no ho-

mem. Pois a correlação entre o funcionamento das glândulas genésicas e a atividade libidinal, em certos adultos, já não é tão esquemática como o era no caso do homem primitivo.

Tal o caso dos eunucos, que ainda se mostram capazes de realizar o coito, e serviam aos desejos de certas matronas romanas, quando os maridos envelheciam e se tornavam irremediavelmente impotentes.

Também o dos castrados cirúrgicos, nos quais se diz que persiste a capacidade para o coito, como se ainda tivessem a genitália inteira, o que faz pensar num efetivo condicionamento reflexológico, em que só o sistema nervoso cerebral passa a comandar a ação.

E o das mulheres após a menopausa, que se mostram plenamente aptas ao exercício ativo da vida sexual. Sem falar daquelas, em particular, submetidas à extirpação cirúrgica dos ovários, cuja castração pode até, segundo Jayle, aumentar-lhes as necessidades de funcionamento sexual. Donde a conveniência de distinguir, no ser humano civilizado, "necessidade sexual" de "desejo sexual". Tal como não se pode confundir, hoje, a "fome" com o "apetite", quando se fale nas funções alimentares. Uma diferença semântica, esta última, que define, em realidade, o que separa o "natural" do "cultural": sexo e amor. E que serve bem para ilustrar o conceito de J. Roux — com o objetivo de exprimir a multilateralidade e extensão da atividade libidinal contemporânea — segundo o qual "*nous aimons avec tout notre corps*".

De fato, no ser humano adulto e civilizado de hoje, já não é mais possível produzir, em termos experimentais, uma prova de que a excitação sexual depende, direta e fatalmente, da vitalidade e pujança das glândulas sexuais. Isso porque, amadurecidos os órgãos integrantes da genitália — e quando se fala aí em amadurecimento, o conceito é relativo sob o ponto de vista cronológico e pessoal — deles parte um estímulo nervoso que envolve uma transcendente complexidade. E, chegando aos altos centros cerebrais, a fim de produzir na consciência a percepção da necessidade sexual, lá se confunde com outros vários estímulos, chegados por diferentes vias. Ou elaborados no próprio cérebro, e que

são, nesse caso, dirigidos e regulados por mecanismos reflexo-condicionados, que, pelo menos em sua aparência imediata, nada têm a ver com o ponto de partida, especificamente genital.

Já em animais, ao contrário, sobretudo nos vertebrados inferiores, a prova experimental é facilíssima de caracterizar. Do que é exemplo altamente significativo a experiência realizada, em rãs, no século passado, pelo fisiologista Tarchanoff, magnificamente sintetizada por W. Beaunis, no seu clássico livro — *“Les Sensations Internes”*: “Pode-se... mutilar, de todos os modos, um macho no momento da cópula, sem que esta cesse. Tarchanoff extirpou o coração, os pulmões e até os testículos, com o mesmo resultado negativo, enquanto que a extirpação das vesículas seminais... fazia cessar a cópula imediatamente, ou a impedia de produzir-se, quando não havia começado”.

Como uma rã, ou pouco mais do que isso, já que era um vertebrado superior, devia ser o homem primitivo, naquela etapa que foi o começo de sua prodigiosa aventura existencial através da história.

Seria provavelmente assim. Ao menos sob o ponto de vista prático da vida sexual, à hora em que, no processo de sua humanização, transpôs as barreiras da mera condição animal. E, para além da qual, em seguida, ele começaria a distanciar-se, cada vez mais, da essência de puro primata, que o fazia quase irmão dos grandes antropóides superiores que ainda habitam o continente africano.

* * *

Na etapa mais remota do estado selvagem — aquela cuja incipiente moral Letourneau qualifica de “bestial” — o homem ainda se alimentava, predominantemente, de frutos e raízes que ia encontrando a seu alcance, sem nenhum esforço que merecesse o nome de “trabalho”.

Vivia como vivem, até hoje, os animais selvagens. E, como estes, não tinha ainda necessidade de inventar uma linguagem, para uso sistemático nas relações com os seus semelhantes. Aí incluída a mulher, que só lhe servia, prà-

ticamente, à satisfação das necessidades imperativas do instinto sexual, equivalentes às do instinto de alimentar-se e eliminar os resíduos da nutrição, após digeridos e assimilados para garantia de sua sobrevivência.

Daí a pouco, porém, o homem começa a pescar e caçar. A caçar, inclusive a mulher, com o mesmo vigor que põe na busca dos animais menos fáceis de capturar.

Para tanto, êle se embosca num lugar estratégico. Salta sôbre a primeira mulher que lhe aparece diante, acidentalmente. Atordoa-a com uma porretada — tal como, faz poucos anos, os exploradores ou catequistas viam os selvagens australianos fazerem, com o seu “douak”. Depois arrasta-a pelos cabelos, para a sua cabana. E, em casa, põe-na logo a seu serviço, como coisa para satisfazer o sexo, como escrava que se torna aos poucos um animal de carga.

A essa altura, o animal-homem acabava de descobrir o fogo. Quase no mesmo instante histórico em que principia a usar os instrumentos de pedra lascada.

Então, um novo tipo de alimentação domina, que depende diretamente dos imperativos de clima e de lugar.

Por isso, surge a necessidade da vida nômade. Uma intermitente busca de novos lugares, paisagens novas, onde a horda possa encontrar novos alimentos. Tubérculos e raízes que, em vez de comidos crus, já são cozidos na cinza. Ou em toscos fornos primitivos, construídos no chão. E porque a caça é muitas vezes difícil, à falta de instrumentos adequados, tal insegurança na obtenção do alimento conduz às vezes à antropofagia, sem crueldade e só para matar a fome.

Afinal, corridos tempos e tempos, na etapa mais avançada do estado selvagem, o homem faz um importante passo em sua aventura evolutiva, com a invenção do arco e da flecha.

Nesse momento, principia a caça técnica e sistemática para fins alimentares — primeira forma real de trabalho humano que se cria, na história.

Também aí, êle conquista o apogeu do seu progresso antropológico. O Homem começa a falar. Transpõe a máximo abismo, que, no pensar do Pavlov, caracteriza especi-

ficamente a humanização do Homem. E, à medida que a linguagem se vai desenvolvendo, contemporaneamente, surge pela primeira vez a linha de um sistema de aldeamento. Ao mesmo tempo que se inicia a fabricação de certos objetos de cerâmica, além da tecelagem rudimentar. E constroem-se as primeiras pirogas, à custa de troncos de árvores escavados.

De fato, aí já é incontestável o progresso da humanidade recém-nascida. Mas da humanidade apenas masculina.

Porque, a despeito de todo esse progresso, que faz o homem descer das árvores onde vivia trepado, como os seus primos antropoides, e o levou até o milagre da descoberta do fogo, a despeito de tudo isso, a mulher ainda não ultrapassara, de fato, a sua condição original. Continuava a ser caçada. Tal qual σ eram, necessariamente, os animais utilizados para a satisfação da fome, e só servia ao homem para fins de coisa sexual, como também de animal para o trabalho pesado.

• • •

Milênios sobre milênios se escoam. Até que se define o estágio de evolução rotulado de "barbárie". Essa etapa mais adiantada, é a que parece corresponder, até certo ponto, à idade heróica dos gregos — como também à das tribos que fundaram Roma — próxima da que foi transposta, em forma literária, para o texto da *Iliada*.

Entrementes, já se fundem os minérios do ferro, que é aplicado, depois, à construção da charrua, puxada pelos animais que ora vão sendo domesticados e criados com objetivos pragmáticos.

Desenvolve-se a agricultura, para fins alimentares. Trabalha-se a terra, à base de uma série de cuidados novos, entre os quais se destacam as primeiras técnicas de irrigação. Ao lado disso, torna-se em sistema o processo de desflorestamento, para a formação dos campos onde vai crescer, em consequência, a vida pastoril organizada, que fornecerá leite, carne e queijo aos clãs e tribos que crescem, progressivamente.

Igualmente, começa a fabricação de foles. Dos moinhos. Também das carroças, como dos carros e barcos de guerra. Assim como se constroem as primeiras olarias, de onde sairão os tijolos para as moradias. E para cercar as cidades com muralhas providas de torres. Ali já estão as bases de uma arquitetura nascente. Fabricam-se outrossim, em escala cada vez maior, o azeite e o vinho. Contemporaneamente, a antropofagia se vai reduzindo e praticamente eliminando do dia em dia. E só perdura, por fim, em forma de ritual, sob o pretexto de que a carne dos anciãos e guerreiros pode transmitir, a quem puder comê-la, as virtudes e a agressividade do morto.

Dai, é um passo apenas para a consolidação da propriedade privada. E da transformação da horda, frágilmente estruturada, naquilo que vai representar a instituição da família dentro da civilização.

AFINAL, FOI A
PROPRIEDADE

EMBORA TUDO QUE SE DISSE ATÉ aqui, a mulher nunca foi, através do longo caminho percorrido nos milênios do processo de humanização, mais escrava do homem pré-civilizado, do que se tornou depois que êle alcançou a civilização. Sobretudo, se for levada em conta a rudimentaridade da inteligência humana, que ainda não chegara à possibilidade de formação de valores abstratos. Pelo menos em grau suficiente para obrigar uma sociedade a respeitar, de fato, e não só de direito e hipòcritamente, a grandeza da condição feminina.

Considerado o fato de que, à falta da consciência de semelhantes valores, o homem só utilizou a fêmea humana como elemento de trabalho físico para colaborar na sobrevivência do grupo social, e de "coisa" adequada a satisfazer sua fome sexual — talvez se chegue a um conceito menos rígido sôbre o que foi sua escravidão, na fase pré-histórica.

Porque, só a partir do momento em que começa a estruturação da família como instituição estável, em substituição à

horda, que representa o mais alto estágio dos homens apenas desanimalizados, é que se inicia o longo processo ao termo do qual se consumará a escravização total da mulher.

Em sua forma mais primitiva, da família "consaguínea", aquela dos casamentos entre irmãos, por grupos — grupos inteiros de homens, vinculados a grupos correspondentes de mulheres — a posse carnal ainda se consuma livremente.

Indiscriminadamente, como se cada grupo, de um e de outro sexo, representasse um só homem e uma só mulher.

Tão livre e indiscriminadamente que, incriada ainda a conceituação da mulher como coisa privada e pessoal, não existe por então o ciúme. E, muito menos, a idéia de adultério feminino ou masculino.

Nem mesmo no estágio seguinte — o da família "punaluana" — quando se esboça uma organização menos frouxa dos laços de parentesco, nenhuma regra impede, até aí, que todos sejam marido e mulher, para os fins do ato sexual. O que assegurava à mulher, afinal de contas, uma posição de liberdade equivalente à do homem.

Só a contar, portanto, da instituição dessa família punaluana, é que surgem as primeiras restrições efetivas à promiscuidade sexual, após a proibição do coito entre pais e filhos, sob pena de severos castigos impostos pelo grupo.

E, afinal, somente com o surgimento da família "sindiásmica" — ligação mais ou menos duradoura e estável entre uma única mulher e um único homem — tem início o processo de real inferiorização da mulher, no que toca aos direitos da vida sexual.

Nesse momento, a condição feminina já se encontra em tal ponto de secundariedade, que o adultério da mulher é punido com o máximo de injustiça, e até de crueldade.

Isso porque, definidos os primórdios do regime de propriedade privada, a mulher se tornara um objeto de escravidão. O primeiro, aliás, que aparece concretamente na história dessa instituição, posto que esta só se estende às coisas materiais e às presas de guerra, após a efetiva escravização da mulher, numa fase bem ulterior do processo evolutivo da economia.

E, dessa inferiorização da mulher, é muito eloquente a informação transcrita por Letourneau, à base de observações feitas na Melanésia, já avançado o século XIX, entre famílias que se encontravam em fase de evolução correspondente à que precedeu, de longe, a família civilizada. Um estilo de existência no qual, além de viver jungida à obrigação de cuidar do homem — fazendo sua comida, acompanhando-o à caça, carregando-lhe os petrechos a tanto necessários, servindo-o sexualmente toda vez que ele o desejasse — tinha quase a obrigação de suicidar-se, quando o marido morria, inclusive para assegurar aos filhos a totalidade da herança paterna.

À época da família sindiásmica, o adultério feminino era severamente punido. Severamente, como já se punia um roubo. Porque, antes que um ser humano, a mulher se tornara uma coisa, da propriedade privada do homem. E tanto é verdade que o comportamento punitivo estava longe de repousar sobre os fundamentos de uma ética sexual, que um mesmo homem, que se revelava inflexível em face do adultério de espontânea iniciativa da mulher, era capaz de cedê-la hospitalalariamente ao forasteiro. Ou de emprestá-la, eventualmente, sob a tentação de compensações materiais com a aparência de presentes.

Um documento bastante expressivo, por sinal, dessa redução da mulher à condição estrita de propriedade privada, em plena Índia bramânica, encontra-se no “Livro da Lei” de Manu. Onde está ordenado que “Durante a sua infância, a mulher deve depender de seu pai; durante sua juventude, do seu marido; morrendo o marido, dos seus filhos; se não tem filhos, dos parentes do seu marido; ou, à falta destes, dos seus próprios pais; se não tem parentes paternos, do soberano”. É, para concluir as monstruosidades de semelhante estatuto, a sentença máxima: “Uma mulher nunca deve ser livre”.

Mas a família sindiásmica era inflexível, de fato, apenas em relação ao adultério feminino.

Ao contrário, o homem conserva o direito — ocasional, com pretextos econômicos — de se permitir a infidelidade.

E até mesmo a poligamia, sem que sobre ele incida, num ou no outro caso, qualquer espécie de sanção.

É bem verdade que a mulher, de certo modo, ainda possui algum direito. Pois, sendo a união passível de dissolver-se, por iniciativa de ambas as partes — e até com a vantagem de, nesse caso, os filhos permanecerem na companhia materna — assegura-se uma relativa superioridade às mulheres que se tornaram mães.

De outro lado, entretanto, como a partir do casamento sindiásmico, as mulheres solteiras já não são tão numerosas como antes, elas se vão cada vez mais “coisificando”. Porque a solução para semelhante escassez, inevitavelmente, conduz à intensificação do sistema de rapto e da compra regular de mulheres. Sobretudo a compra, que é negociada entre a família da noiva e a do pretendente. Dêsse “pretendente” que, como a própria noiva, também ignora, até a data da boda, a consumação do negócio, que se ultima, na véspera, mediante a efetuação do pagamento, em forma de presentes mais ou menos valiosos.

Sob todos os aspectos, e principalmente nos de ordem social e ética, a verdade é que, nessa família sindiásmica — estruturalmente muito fraca, ainda, para dar origem a um lar que sugerisse, de antemão, o seu sentido romano — a mulher possui uma condição inferioríssima no grupo social. E não consegue exercer qualquer espécie de preponderância, ao menos no comando da vida doméstica. Nem chega, sequer, a merecer o respeito que lhe devia advir da circunstância de ser, então, a “única” mãe de todos os filhos que vivem na habitação.

* * *

Dentro da cronologia histórica presumível, a família sindiásmica nasce, justamente, no limite entre o estado selvagem e a barbárie, como forma característica da última. E na mesma medida em que o casamento de grupo reflete a fase selvagem, como a família monogâmica vai ser, depois, a consequência superestrutural das relações de produção na civilização.

Quanto aos motivos históricos do seu aparecimento, deve considerar-se que, com o desenvolvimento das condições econômicas antes referidas, e o crescimento da densidade das populações, ocorreu uma formal modificação das relações sexuais, que perderam nessa etapa, em grande parte ao menos, o seu caráter ingenuamente primitivo. Donde o fato, a partir daí, de as mulheres começarem a considerar aviltantes e opressivas as relações sexuais com os homens. E serem levadas, por fim, ao desejo de direito a um casamento, fosse temporário ou estável, bem como ao da prerrogativa de guardarem a sua castidade enquanto lhes aprouvesse.

De maneira que, somente assim, sob a pressão da mulher que buscava obter segurança para a sua posição no grupo, o homem se viu compelido a consolidar o casamento sindiásmico, ainda que a imposição de fidelidade só funcionasse para a mulher.

Realmente, a essa altura do desenvolvimento histórico, haviam surgido na Europa novas condições sociais, em consequência da domesticação e criação de gado, que, então, surgiam como formas inéditas de riqueza.

Até o estágio inferior da barbárie, a riqueza consistia, de modo praticamente exclusivo, na posse da habitação e das vestimentas. Das armas e dos utensílios domésticos. Pelo que, nesse tempo, a alimentação era conquistada e obtida *au jour le jour*, sem nenhuma perspectiva que ultrapassasse as possibilidades uma agricultura rudimentar.

Com a criação do gado, porém, os povos tornados pastores adquiriam uma nova espécie de propriedade. Os seus bois e os seus cavalos, suas cabras, porcos e carneiros, exigiam vigilância e certos cuidados elementares, à custa dos quais pudessem crescer e multiplicar-se. E, sobretudo, a família necessitava de mais alimentos, numa época em que a caça e a pesca iam tornar-se, aos poucos, de necessidade vital, em quase um exercício esportivo.

Lá estava definida, pois, a razão essencial para surgir, no processo histórico, o instituto da escravidão das presas de guerra. Uma norma que, no estágio anterior, em vez de lucro, constituía um gravíssimo onus, pelas despesas de alimentação com os escravos conquistados.

Mais ainda, pelo fato de que, após a criação do gado, começara a siderurgia. Também o aperfeiçoamento da tecelagem. Depois, a agricultura em moldes mais técnicos. Portanto, novas forças e novos modos de produção. O que vale dizer: novos fenômenos sociais e novo estilo de existência.

Ora, assim como as mulheres, antes tão fáceis de obter, tornaram-se objetos relativamente escassos — só conseguíveis, em geral, mediante o rapto, a troca, ou a compra por preços altos, — assim também algo teve de mudar, em relação ao sistema das forças de trabalho, a partir do momento em que os rebanhos se fizeram propriedade privada de uma família.

E como a família não se reproduzia, no mesmo ritmo e proporção em que se multiplicavam as várias espécies de gado — que precisava, cada dia mais, de gente para dêle cuidar — impôs-se como necessidade histórica a propriedade e utilização de escravos, que, além de tudo, tinham a vantagem de, também êles, se reproduzirem continuamente.

Nesse momento, precisamente, estala o edifício da família sindiásmica, numa primeira brecha.

Também, nesse momento, e como lógica consequência, estabelece-se dentro dela a primeira grande divisão do trabalho.

Enquanto a mulher ficará reduzida a simples encarregada de criar os filhos, e fazer a comida para os da casa, o homem irá incumbir-se, daí por diante, só de produzir instrumentos necessários à defesa dos próprios rebanhos, e à prática de sua crescente agricultura.

Semelhantes instrumentos, porém, são dêle, homem, exclusivamente. Tanto que, em caso de separação, partidos os vínculos conjugais, êle os carrega consigo, para onde fôr, marcando aí, exatamente, o momento da evolução histórica em que se consolida, de vez, a propriedade privada dos meios de produção.

Dêle também já são, na época, os rebanhos como os escravos.

Em compensação, de sua propriedade efetiva não eram os filhos, que, até então, não tinham a situação regulada

pelo sistema da herança paterna, posto que a descendência era contada apenas em linha feminina.

Mas, a essa altura, que se enquadra ainda no período pré-histórico, o homem realiza, afinal, a sua grande e revolucionária proeza. Talvez a maior que se processou na história da espécie humana, pela durabilidade e extensão de suas consequências.

Porque, a contar de tal instante, os descendentes masculinos, que antes pertenciam à *gens* materna, passavam agora a depender, como a descendência feminina, apenas da *gens* paterna.

Derrubada estava, portanto, a filiação feminina, regulada pelo direito hereditário materno.

Surgia a filiação masculina, à base de um direito hereditário paterno. O que representou, em última análise, a grande e definitiva derrota histórica da mulher.

Derrota insuperável, pois, com ela, não satisfeito de ser o dono absoluto da casa, dos rebanhos, das plantações, dos escravos, de todos os instrumentos capazes de produzir riqueza, o homem vai mais longe. E reduz a mulher, para sempre, à total condição de escrava. De pura "coisa", só destinada à sua satisfação sexual e à reprodução, tal como ainda se conservava, sob todos os aspectos existenciais, à hora em que se principiou a registrar, por escrito, a história das sociedades grega e romana.

Entre Platão e o Cristo

A ESPÓSA E A CORTEZÃ

N A GRÉCIA DO QUARTO SÉCULO antes de Cristo, Platão está defendendo na "República" a igualdade dos sexos. À mesma hora em que Aristófanes prega, cínicamente, uma volta à promiscuidade sexual. Mas a vida da mulher grega — daquela que aceitou integrar-se nas fronteiras traçadas pela monogamia recém-instituída, — permanece desumanizada.

Tal como era na Hélade da época em que aparecem a "Odisseia" e a "Ilíada". E ainda quando a sociedade helênica já está dividida em classes, como consequência das guerras de competição econômica e das navegações com fins colonialistas. Como também das condições que levaram os gregos a incrementarem sua indústria de vinhos, de tecidos e de armas, marcando aí a decadência da economia natural, que agora dava lugar a uma economia baseada na circulação da moeda.

Uma época em que Licurgo, na cidade de Esparta, com o seu primarismo revolucionário, pretende fortalecer a mu-

lher, só no sentido físico. Intimando-a a correr, a lutar corporalmente, a lançar dardos. Esquecendo-se de oferecer-lhe, porém, outra forma de liberdade que não fosse apenas aquela de se apresentar nua em público. O que não era para extranhar, tratando-se de um legislador que se atrevia a afirmar que, para ser bom cidadão, o homem precisava dormir, todas as noites, ao lado de um amigo belo e jovem.

Mas, quando Platão propugna uma suposta igualdade entre mulheres e homens, tanto na guerra como na paz, e lança o seu protesto contra a prostituição, nem por isso a sociedade ateniense se decide a respeitar a condição feminina.

E como haveria Platão de ser ouvido a sério pela família ateniense, se num famoso diálogo — “o Banquete” — ele apresenta Alcebiades, coroadado de violetas, a falar de seus amores com Sócrates? Aquêlê Alcebiades, que era belo e glabro como uma mulher, o corpo sempre ungido com perfumosos óleos, e que se deu ao extremo requinte, um dia, de fazer retratar-se por um pintor, inteiramente desnudo e em atitude de ninfa adormecida.

Os ouvidos tinham de ser surdos, inevitavelmente, em matéria de uma ética feminina, para êsse filósofo que inspirou a ideia de chamar-se de “amor platônico” ao tipo aberrante de relações sexuais que pesaram na existência de outros filósofos, como Sócrates e Aristóteles. De poetas como Anacreonte e Píndaro. Generais como o espartano Pausânias. Ou guerreiros como Felipe de Macedônia. Toda uma legião de grandes homens que, tal como os poderosos de hoje possuem a sua “favorita”, não podiam viver sem o seu querido, do mesmo sexo.

Por isso, em pleno apogeu da Grécia de Péricles, a mulher vinculada a um só homem, escrava como sempre fora, não passa de ser, a um só tempo, um animal e uma “coisa”.

Um animal, quando se trate de satisfazer as necessidades sexuais do homem. Ou de dar-lhe a indispensável descendência.

Mera coisa, desde que se pense em direitos que não sejam, estritamente, aqueles que se prendam ao relativo comando do lar. Ao trabalho de vigiar o escravo que cozinha,

de ver os filhos estudarem, ou de zelar pelas roupas do marido. De qualquer modo, sempre confinada dentro da casa de um pavimento único, quase vazia de mobiliário. E onde há um pátio interno — êste, cheio de plantas e adornado de estátuas, como uma prisão embelezada — ligado aos quartos de dormir e à cozinha, ambos isolados da sala sem janelas, que à mulher é absolutamente vedada, quando aí se encontrem visitantes.

E, nessa época em que o mundo helênico busca sair de dentro de si mesmo, de expandir-se por meio de seu comércio marítimo, e pretende que o resto conhecido do planeta lhe abra as portas, de par em par, para fundar os seus empórios, a mulher ainda vive reclusa. Sem ir nunca ao teatro, justamente quando a arte dramática em Atenas atinge o seu apogeu. Apenas com o direito de distrair-se no interior da casa, cantando ou ouvindo histórias lendárias, que um escravo lhe conta.

A mulher conserva-se escrava. Continua a ser uma prisioneira que não pode ir sózinha à rua. Não se senta à mesa, ou aparece na sala, quando há gente estranha, nem possui o direito, sequer, de beber um pouco de vinho. E, salvo em Esparta, não recebe nenhuma rudimentar instrução, paradoxalmente numa era em que os homens gregos vivem para cultivar as letras, as artes e a filosofia.

• • •

Assim atada pelos laços unilaterais da monogamia recém-consolidada, segregada do mundo, reprimida em sua ânsia de viver como vivem os homens, essa mulher há de buscar algum meio, dentro de suas possibilidades, de exercer domínio sobre o homem com quem está casada. De punir-lhe o egoísmo, quando ela não se encontra de todo submetida interiormente, e não se enquadra no modelo da maioria das esposas, inermes e resignadas.

Então, sinuosamente, jogando com a astúcia e a malícia que a opressão lhes vai desenvolvendo na consciência, ela já começa a impor ao marido, com certa frequência, o espetáculo das crises de nervos. As primeiras que, explici-

tamente, a história escrita pôde registrar para conhecimento da posteridade. E que em nada se parecem com aquela harmonia, mais ou menos lendária, que Xenofonte retrata no relato sôbre o casamento de Iscômaco com a sua espôsa de apenas quinze anos, como exemplo da felicidade conjugal em Atenas.

Todavia, diante das crises de nervos, os maridos atenienses — e os maridos gregos estão entre os primeiros usufrutuários oficiais da monogamia — quase nunca se deixam esmagar por essas explosões emocionais.

Na grande maioria, êles se escapam do inferno doméstico, contam os cronistas, e caminham em direção à Ágora. Para discutir política e conversar sôbre competições atléticas.

Depois, mais avançada a noite, os cidadãos buscam alguma espécie de mulher livre, que as há de vários tipos, verdadeiros elementos complementares da espôsa grega.

A começar pela *palaca*, que é uma espécie de concubina-escrava, mantida dentro do próprio lar, destinada a substituir a espôsa nos seus impedimentos fisiológicos ou patológicos.

Se lhes falta uma palaca e êles permanecem na rua, encaminham-se para um "*Dictæon*" — instituição já prestigiada no tempo do Solon — viveiro das mulheres prostituídas, as "*dictæades*", da mais baixa condição social.

Como podem ir, também, aos lugares onde se encontram as "*alêutridas*", músicas tocadoras de flauta, que cantam e dansam nas casas noturnas de diversão, e exercem uma eventual prostituição.

Ou então, no caso dos homens que têm categoria econômica e social elevada, vão passar algumas horas da noite na residência das "*hetairas*".

Estas prostitutas aristocráticas — cuja linhagem histórica vai de Megalostrata a Laís, e de Taís a Frinéa — não restringem sua atividade, vulgarmente, à mera venda da carne, com fins imediatos de ganhar o pão de cada dia.

Ao contrário das outras, são como verdadeiras filósofas, que, além das mais refinadas técnicas eróticas, aprendem a

manejar duas ou três línguas, um pouco de retórica e a arte da conversação.

Hetairas à maneira da célebre Safo, apontada pela história como “inventora” do lesbianismo — de Lesbos, que foi seu berço natal — que ela tornou quase a base de uma academia, onde declamava seus versos trágicos. Trágicos pelo que neles se encerrava de lúbrico masoquismo, de uma sensualidade desvairada até o limite do endemoninhamento.

E sobretudo Aspásia — professora da arte de amar e se fazer amar, em sua escola destinada à preparação de hetairas — cujos encantos levaram o próprio Péricles a se divorciar de Crisila, para a ela se ligar pelo casamento. E escravizar-se a tal ponto que, quando lhe incutiu a ideia de fazer a guerra contra Samos, ela o acompanhou ao campo de batalha, como uma espécie de intendente encarregada do abastecimento sexual das tropas. Tôda entregue ao trabalho de distribuir o exército de hetairas que deviam satisfazer os soldados. Com o cuidado de regular o tempo que uma podia permanecer com cada um. E até ela mesma se deitando, segundo as circunstâncias, com aqueles que pudessem ser prejudicados, apesar da zelosa e equitativa distribuição de sexo.

* * *

Assim era a condição feminina — dividida entre os extremos da clausura doméstica e os da liberdade completa para as prostitutas de menor ou maior nível social — no período brilhante da Grécia, que é denominado o “Século de Péricles”.

E só o que valeria apurar, se os textos históricos já se houvessem antecipado ao espírito da psicologia, é se essas mulheres, que se mantinham meio-espôsas e meio-escravas, que não tinham o direito de olhar um homem que não fosse seu parente próximo — e que se sabiam trocadas, à noite, pela Ágora e pelo leito das prostitutas ou dos pederastas — se essas mulheres desprezadas se deixavam quedar, passivamente, em tamanha solidão, até mergulhar na pura animalidade do sono.

Ou se elas, ao contrário disso — numa etapa histórica da evolução psíquica que correspondia ao progresso de um povo já intelectualizado — já não se afundavam, aos poucos, nos sonhos em vigília, realizando imaginariamente os seus desejos de vingança, em forma de fantasias eróticas, que lhes dessem alguma compensação interior. Quaisquer vivências que houvessem aprendido na tradição oral que lhes chegara aos ouvidos. Como aquela das ideias de Licurgo, que aconselhava as mulheres a se libertarem do pudor, e aparecerem nuas, em público, completamente nuas diante de todos os homens.

UMA LOBA
COMO SÍMBOLO

N O FUNDO DA ETIMOLOGIA MESMA, parece que é onde se deve buscar a chave mágica, capaz de abrir o caminho para uma explicação plausível da essência real da condição feminina no mundo romano. Da mulher, no sentido de espôsa e mãe de família. Modelo histórico mais adequado para encarnar o tipo de mulher que, logicamente, tinha de corresponder, até o apogeu da república, ao homem que só vivia em função do comércio. Um tipo de homem, cujo estilo de existência, antes do tempo das guerras púnicas, já assumira uma feição decididamente "burguesa". E que atingiu seu auge quando, aos primeiros contactos com o povo grego, chegou ao conhecimento do alfabeto, de um sistema de pesos e medidas, e, o que era sobremaneira importante no caso, assimilou e pôs em prática o conceito de circulação monetária, como base das trocas de mercadorias.

Porque a matrona romana, realmente, é o elemento mais expressivo da fase em que se consolidou o regime da família

patriarcal. Aquela que sucedeu, após longo intervalo, à família chamada sindiásmica, cuja estrutura estalou quando o homem — fixada a sua propriedade sobre os escravos, os rebanhos e os instrumentos de trabalho — derrubou o direito hereditário materno. E fundou o sistema de filiação e herança por linha paterna, um fato que marca, inequivocamente, a definitiva derrota histórica da mulher, daí por diante reduzida à condição oficial de escrava.

De fato, etimologicamente, o termo “família”, inventado pelos romanos, não se originou do vocábulo “*fames*”, que, segundo uns poucos linguistas, visaria a definí-la como uma instituição destinada a proteger, dos perigos da fome, esse grupo social.

Ao contrário, mais provavelmente, deriva da voz latina “*famulus*”, que significa — “escravo”.

E desde que se aceite a última procedência do novo étimo, sustentada por tantos linguistas e semânticos, não há como se opôr a Engels, quando conceitua a família como “um conjunto de escravos, pertencentes a um único homem — palavra cunhada pelos romanos para denominar um novo organismo social, cujo chefe tinha sob suas ordens a mulher, os filhos e um maior ou menor número de escravos, submetidos todos ao patriarca, que sobre eles possuía direitos de vida e de morte”.

Fácil se torna compreender, portanto, dentro de semelhante conceito e de sua derivação etimológica, os vários motivos que fizeram, da matrona romana, a escrava que se curvou, sem um protesto, a tôdas as abusivas exigências que o homem lhe impôs.

Tinha ela, de fato e de direito, a mais rígida obrigação de manter fidelidade ao marido. Não só para respeitar a eterna vaidade do homem, como para assegurar-lhe a garantia da herança paterna, em favor dos filhos que ele precisava ter a certeza de serem autenticamente seus.

Estava também obrigada, e submetia-se, ao dever de aceitar uma absoluta tirania sexual, que não lhe dava a prerrogativa de opor-se, qualquer que fosse o motivo, à consumação e ao cumprimento do seu incondicional trabalho sexual.

Não podia, por outro lado, rebelar-se contra a unilateralidade da condição monogâmica, que era compromisso e escravidão apenas para a mulher, já que ao homem, desigualmente, ficava outorgada, pelo menos em caráter tácito, toda a liberdade de ser polígamo,

Donde ser lícito concluir que, afinal de contas, essa matrona romana, a bem dizer, exprime o apogeu da inferioridade social da mulher honesta, dentro do mundo antigo. E que ela não possuía, em última análise, outra liberdade que não a de colaborar com o marido, para assegurar a vida do lar e a criação dos filhos, dia por dia, até o fim da existência, sem recompensas e sem alegrias. Se bem que, a partir de um certo momento, ao contrário da mulher grega, já começasse a participar das reuniões caseiras onde houvesse visitas. E, por fim, acabasse por gozar de uns tantos direitos de cidadania, que a autorizavam, com a permissão do marido, a falar e ter opiniões sobre assuntos políticos. Fosse como fosse, porém, em resumo, nunca podendo ultrapassar os limites máximos do patriarcalismo, em que o marido era mais pai do que realmente marido. Uma espécie de marido que, por lei, tivesse o direito de copular com a filha.

. . .

Mas a matrona romana, em realidade, não era o único tipo de mulher que compunha aquela sociedade antiga.

Como contrapartida de sua figura prototípica, há também em Roma, sobretudo na fase imperial, a presença daquele outro tipo de mulher, cuja vida erótica está implicitamente indicada na "Arte de Amar". Onde um Ovídio se atreve a dar conselhos como este, a cada marido que almejasse prosperidade e o bem-estar: "Se és sábio, fecha os olhos. Cultiva os amigos que tu deves à tua mulher... E verás a tua casa cheia de presentes". Ou outro, defensor da premissa de que "Aquêle que se zanga porque sua mulher possui amantes, não sabe viver." E ainda sustentando que "a única mulher virtuosa é aquela com a qual ninguém se preocupa". Sinal de um novo tempo, nesse primeiro século da era cristã, quando a influência da vida oriental, infiltrada em Roma sob

o prestígio de Cleópatra, já ensinara as mulheres a serem vaidosas. A se embelezarem à custa da incipiente arte dos cosméticos. E a cultivarem todos os requintes de adorno e cuidado pessoal com o corpo e a indumentária.

Isto, para só falar das espôsas que se permitiam o adultério. E deixando de lado o imenso exército das mais ousadas prostitutas, que, como suas irmãs gregas de vários níveis sociais, quase bastariam, por si sós, para caracterizar os quadros principais da sociedade romana. O que não é para admirar, quando se tem em conta que, na própria história de suas lendárias origens, lá estava a figura simbólica de Acca Laurentia. Uma insaciável prostituta que chamava os jovens pastores que passavam à porta de sua gruta, uivando como uma loba — de cuja forma latina, *lupa*, nasceu a palavra “lupanar”. E que, um dia, encontrou e adotou os gêmeos Remo e Rômulo, êste um feroz chefe guerreiro, que, segundo a lenda, no século VIII antes de Cristo, fundou Roma e dela se fez o primeiro rei.

Fosse qual fosse então a real situação da mulher dentro do mundo romano — matrona, adúltera ou prostituta — talvez possa ela explicar-se por um simples efeito de ser a monogamia, aí, exigida exclusivamente para a mulher. Unilateralidade que não podia deixar de acarretar as suas consequências.

Inevitavelmente, tinha de produzir efeitos práticos, como os que Engels exprime nesta frase crua: “Com a monogamia, surgem a prostituta, o amante da mulher e o corno”.

Pensamento mediante o qual êle pretende significar que, embora exprimindo um progresso histórico importante — sobretudo em seu aspecto ético — a monogamia só serviu ao interesse dos homens. Só e exclusivamente. Ainda que muitos dêles tivessem, por sua vez, de pagar o preço dos chifres e da humilhação.

De qualquer modo, a verdade da qual não se pode fugir é que Roma, a despeito de haver sido o berço real do Direito, nada fez em benefício da mulher, no sentido de outorgar-lhe uma autêntica dignidade humana.

E, como povo só voltado para o lado objetivo da vida, intelectualmente pobre, sem artistas, sem filósofos nem poetas — onde o Homero romano, que lhe cantasse, em linguagem épica, os fastos de sua velha história? — Roma não teve intérpretes que pudessem, eficientemente, influenciar o espírito da mulher, ao tempo em que o regime republicano ainda não começara a apodrecer.

• • •

A partir da terceira guerra púnica, já com Cartago em escombros e à véspera de devorar a Grécia definitivamente, tornada potencia imperial, rica em escravos e em metais — o que vale dizer: no ponto em que ia começar o processo de sua decadência — não havia de ser então, que Roma iria preocupar-se com a mulher, imemorialmente considerada como escrava do homem. E elevá-la a uma altura compatível com a verdadeira noção de dignidade humana. Fosse no sentido de engrandecer e amaciar a existência da matrona romana, ou no de criar uma ética adequada a refundir, integralmente, a alma das prostitutas de todos os níveis.

Muito ao contrário. Como acontece a todo povo cuja alta classe transpõe os limites máximos do poderio econômico e político. E tal qual o exemplo que certas nações vão dando ao mundo contemporâneo, neste ponto histórico da concentração da riqueza, que convida à liquefação dos costumes, na mesma medida em que a sua auto-segurança conduz ao relaxamento moral.

De fato, à medida que as guerras púnicas, ao longo de quase um século, progrediam em sua faina de destruir Cartago, a economia e a política romanas se iam transformando, em quantidade e qualidade, paralelamente.

Os generais vitoriosos, não satisfeitos com as glórias guerreiras, só pensavam em tornar-se grandes proprietários de escravos, para fazer lavar as suas terras.

E esse militarismo dominante, acima de tudo policialesco, ao mesmo passo que acelerava o processo de expoliação e estrangulamento dos agricultores-criadores, pequenos-proprietários — cujas “leis agrárias” não encontravam mais possibili-

dades de se consolidar — minava aceleradamente a república, preparando o seu desmoronamento.

E acabou por levar à fundação do Império, quando Júlio César, após a conquista das Gálias, no ano 51 do último século antes de Cristo, iniciou a gloriosa trajetória que o erigiu à condição de ditador, marco primeiro da fase imperial de Roma.

Imperial, de fato. Pois, de direito, ela só se define com o advento de Otávio, depois chamado “Augusto”, cujo reinado é a época em que aparece, pela primeira vez na história de Roma, a floração dos intelectuais como Virgílio, Horácio, Tito-Lívio. E Ovídio, o célebre autor da “Ars Amatoria”.

Mas não foi somente pelo surgimento de uns poucos homens excepcionais, que o “século de Augusto” logrou um lugar na história universal.

O verdadeiro selo que marcou a era dos césares, acima de tudo — para os interesses deste ensaio — foi o império da prostituição e da libertinagem.

A contrastante diferença quantitativa e qualitativa de inteligência, que os colocava no extremo oposto ao do espírito grego, fizera dos romanos um povo exclusivamente prático. Limitado por um excesso de objetividade que, no domínio do sexo, os tornava estritamente genitais. Sem um pouco de imaginação, capaz de prenunciar, no fundo do seu comportamento, algo que se pudesse enquadrar no mais rudimentar conceito daquilo que, um dia, séculos depois, iria merecer o nome de “amor”.

E isso, não somente em relação aos homens. Mesmo entre as mulheres livres — prostitutas até de condição econômica e social elevada — nunca se soube de nenhuma que, à maneira de uma Aspásia e tantas outras, houvesse exercido um papel na vida dos políticos, ou os recebido em casa para encontros de conspiração.

Pois essa genitalidade — um imediatismo do gôzo sexual, que era a consequência direta de um povo sem imaginação — é que conduzia a sociedade romana, Arrastava-a, de alto a baixo, sem distinção de classes, aos extremos excessos da libertinagem, que tinha o seu cume nos múl-

tiplos tipos de festins que deram tão triste celebridade à Roma imperial.

Festins como as “saturnais”, que se realizavam de 16 a 18 de Dezembro, em louvor da mitológica igualdade que ligava os homens, ao tempo em que Saturno veio habitar o Lácio. Orgias absurdas, nas quais se abolia toda espécie de fronteiras entre senhores e escravos, ao ponto de serem estes, justamente, os que acabavam por comandar o lúbrico espetáculo, que ainda sobrevive hoje, transfigurado nos festejos do carnaval.

As “lupercais” e as “bacanaís”, estas em honra de Baco, das quais se encontra uma pundonorosa figuração no quadro de Ticiano, existente no Museu do Prado. Como em outro, de Nicolas Poussin, um francês tipicamente contagiado pelo espírito italiano da pintura renascentista.

Ou as “florálias”, repetidas em homenagem a Flora, que dizem alguns historiadores haver sido a primeira prostituta que, em Roma, consegue se “legalizar” como profissional. É que, um dia, levou Catão, o Antigo, a rebelar-se contra a devassidão reinante, ao saber da vida livre de tais mulheres, das quais se queixa Salústio, na “História da Conjuração de Catilina”. Degradadas “mulheres que oferecem a sua honra sem nenhum pudor”.

Toda a espécie de espetáculos, desabridos na sua apoteose de lascívia, que se encontram retratados no “*Satiricon*”. O livro onde Petrónio — dos mais torpes libertinos da história, a pretexto de ilustrar o seu lema do “vivamos enquanto vivemos” — fala dos festins, com banquete e dansas, que se realizavam em deslumbrantes salões iluminados por candelabros em forma de membro viril, de que já participavam, a essa altura do Império, até matronas respeitáveis. Certas matronas que, em casa, mantinham sempre o seu escravo “favorito”, para substituir os maridos nas horas que passavam nas ruas. Ou, quando não isso, jamais dispensavam o seu “*fascinum*” — o penis artificial, que às vezes polvilhavam de pimenta, para mais enfurecer-lhes a excitação genital.

Mas não são apenas as matronas tidas como modelares, e as jovens virgens casadouras ou as belas escravas de várias raças e cores, que amam esses loucos festins.

Também os homens invertidos, tão prestigiados à época, que, em certos lares romanos, ao lado de um eunuco que serve às distrações eróticas das matronas, sempre existe um pederasta, para satisfação do patrão.

Porque, dos pederastas, é o maior reino na era imperial de Roma.

Desde o próprio Júlio César, de quem se dizia que era “marido de todas as mulheres e mulher de todos os maridos”. De Cleopatra à última prostituta. De todos os homens, como o foi de Otávio, que lhe sucedeu no ano 41 da era pré-cristã.

Até Tibério, cujo retrato Suetônio resume, dizendo “...que suas torpezas chegaram a tal ponto que é impossível descrevê-las”.

Ou Calígula, amante das próprias irmãs, que ele depois emprestava a certos amigos mais íntimos.

E Nero, cujo requinte sádico-erótico atingiu o extremo de mandar castrar um jovem de quem se enamorara, e noivar com ele oficialmente.

Tal como Heliogábalo, que encarnou o máximo de cinismo em Roma, quando chegava a se casar com homens e obrigava os súditos a chamarem-nos de “imperatriz”.

• • •

Quando a moral de um povo em decadência transpõe certas barreiras que a separam da final degradação, é justamente na mulher que se polarizam os efeitos mais trágicos.

E nem as revoluções têm o poder, ou pelo menos a coragem, de enfrentar decididamente semelhantes efeitos.

Como se prova com o próprio caso de Roma, quando Espartaco, à frente de suas enormes legiões de escravos revoltados, sacode o Império, dos alicerces até a cúpula, sem que o enfurecido comandante, por um momento sequer, se lembre da condição da mulher. Da pobre mulher romana, tão escrava, ou mais ainda, do que todos os seus desesperados legionários. Porque a sua escravidão — matrona ou prostituta que fosse — era só feita de humilhação ou de

torpeza sexual, contra a qual Espartaco não teve um palavra de consciente revolta.

Nem as revoluções, nem as filosofias. Aí está o exemplo de Sêneca, que, seja em suas enfáticas tragédias, seja em suas "Cartas a Lucílio" ou nos tratados de filosofia moral, jamais pensou em oferecer à mulher, para fins práticos e objetivos, quaisquer dos fundamentos da moral estoica.

Revolucionários ou filósofos, pregadores ou moralistas, ninguém pensa na mulher. Ninguém se preocupa com ela, sobretudo no auge da fase imperial, quando Roma chafurda nas orgias e festins, longe de se aperceber que, daí a pouco, as tribos bárbaras estarão forçando as suas portas, para dentro delas produzir uma profunda reviravolta histórica.

UM DEUS
FEITO HOMEM

DE FATO, NINGUÉM. NINGUÉM, antes do Cristo, falara à mulher uma linguagem verdadeiramente digna da sua condição humana.

Jamais se lhe havia dito, ao longo dos séculos, que ela podia e merecia ser algo mais do que um simples “coisa” sexual. Para servir à fome carnal do homem, fosse êle o simples troglodita, ou o exemplar já integrado na civilização.

Mas essa linguagem aconteceu, um dia. Veiu na mensagem do Cristo, que chegou aos ouvidos da mulher romana, precisamente quando o apodrecimento dos costumes já contaminara o Império inteiro, da cúpula até os seus mais fundos alicerces.

Foi no reinado de Tibério, que ela se espalhou pelo mundo romano. E ganhou todos os quadrantes que êle dominava, com a mesma força de prestígio que já empolgara as bandas orientais mais próximas, em forma de um lírico

relato, totalmente inédito — no seu conteúdo como em sua essência — para aquêles que viviam sob a égide dos cé-sares.

Lá se contava que, por essa época de decadência, em algum ponto de Jerusalem, um jovem taumaturgo se encontrara com uma linda prostituta, de nome Maria. Também chamada “A Madalena”, porque havia nascido em Magdala, uma vila da antiga Palestina.

Porque era prostituta ostensiva, não desfrutava as prerrogativas de uma rudimentar cidadania. Muitas que fossem as passageiras alegrias da libertinagem, ela havia de guardar, no fundo dalma, aquêl mundo de ressentimento e asco, que a concupiscência brutal dos homens acabara por inspirar a tôdas as mulheres, através dos séculos e séculos.

E o místico pregador, que viera da Galiléa — porque ninguém é profeta em sua terra — pusera-se a falar-lhe da grandeza do eterno contra a pequenez do transitório. Do abstrato contra o concreto. E do espiritual contra o simplesmente físico.

Fascinada pelo doce galileu, Madalena não pôde conceber que alguém ainda lhe oferêcesse a esperança de uma redenção. A ponto de alcançar aquêl ceu infinito, cujas porta prometiam abrir-se diante dela, quando fosse o fim de seus dias na terra. Mais ainda, a certeza de lá não encontrar, como lhe dizia Êle, nenhuma das mais poderosas imperatrizes de todos os tempos, que, essas, jamais teriam entrada no reino anunciado.

A Madalena pergunta ao pregador — já vencida pela sua palavra — como fazer, então, para realizar a glória de entrar no ceu. Responde Êle: arrependendo-se de seus muitos pecados e não os cometendo nunca mais.

Ela insiste, porém: como poderia jamais merecer perdão, ela que fôra tão conspurcada pelos pecados do amor?

Seguro e sereno, o profeta replica: Justamente por isso. Porque muito havia ela amado e sido conspurcada.

• • •

Assim era o singular e edificante apólogo que se contava em Roma.

Exatamente por isso, lógicamente, a narrativa do encontro entre o profeta e a prostituta ia empolgando, celeremente, a consciência das mulheres, nas mais variadas classes.

Também por semelhante motivo, principiava a ouvir-se na voz dos propagandistas da nova fé — agora cada vez mais confinados, retraídos no escuro das catacumbas, nos redutos onde só se reuniam os marginais, os escravos e os miseráveis, à medida que a repressão romana se tornava mais policial — a história inteira do profeta.

Dizia-se que, no ano 749 do calendário romano, ao fundo de um estábulo perdido em Belém, nascera um menino, filho da mulher de um carpinteiro, que, logo chamado Emanuel, depois viria a comandar o destino do mundo romano, sob o nome de Jesús Cristo, o Nazareno, ou o Galileu.

"Jesús" — vindo do sânscrito, por uma raiz que já dera as formas "Jeová", "Zeus" e "Júpiter" — porque fora enviado do "ceu".

"Cristo", por ser "ungido", isso para os que derivam o nome do grego: Cristós. Ou, segundo a voz árabe "Crix", que significa "sentinela", por estar destinado a ser um guardião de Deus.

"O Nazareno", pelo fato de haver vivido a meninice e a juventude em Nazaré, uma província da Palestina, onde fôra aprendiz de carpinteiro.

E também "O Galileu", porque, na Galiléia, foi que Ele começou, aos trinta anos de idade, a pregar a sua ordem para que todos os seres humanos se amassem, uns aos outros. Sobretudo, que amassem mais aos outros do que a si mesmo. Um mandamento que o levara, segundo a história corrente em Roma, a ser condenado pelo tribunal a morrer crucificado, como um castigo para a sua obsessão de fraternidade universal.

• • •

Dentro da corrompida Roma imperial, a promessa do Cristo à Madalena — o reino do céu para quem tanto já se havia enlameado — logo empolgou a alma das mulheres. Pois

lhes oferecia, como compensação para a brutalidade dos homens, a possibilidade efetiva de uma espiritualização do amor.

Um processo de transcendência do instinto sexual, que iria transformar o amor físico, puramente genital, em "amor", no sentido abstrato em que o Cristo usava o termo. Sentido vago, por sua própria amplitude e essência, que não tem mais vinculação com a natureza animal do homem, porque se situa para além das fronteiras de um "reino que não é dêste mundo".

Pois se foi com semelhante linguagem que a nova fé avassalou o mundo inteiro dos escravos, como não haveria ela de tocar até o fundo a alma daqueles seres que, afinal, foram escravizados antes mesmo que as condições históricas inventassem o instituto da escravidão?

A palavra do Cristo, necessariamente, tinha de calar fundo no espírito da mulher romana.

Não seria possível linguagem mais adequada e oportuna, que essa de um amor transcendente, a realizar-se já além da morte, dirigida a um ser que, na vida terrena, fôra só besta de carga, criada de servir e instrumento passivo do prazer de outrem. Um ser que tinha à existência, por inteiro, resumida na opressão. Escrava sem nenhum direito, que vivera sempre na impessoalidade. Na incapacidade de dispor, à vontade, do seu próprio corpo. Numa deturpação do sentido de prazer que êsse corpo lhe poderia dar, se dispusesse livremente dêle. E no horror que lhe resultava, enfim, de ser olhada só como um corpo, e nunca como uma alma, também.

Com essa total subversão ideológica, que o Cristo veio produzir na visão do mundo — e que abria, para a mulher, pela primeira vez, a perspectiva de uma filosofia da existência — passava a travar-se, por obra dos valores que agora o cristianismo impunha, uma inédita batalha.

Aí principia uma guerra.

Guerra contra a importância do corpo. Contra a beleza e os requintes do asseio. Mais ainda, implicitamente, contra a sensualidade. Enfim, contra todos aqueles aspectos do ser, que haviam plasmado os valores do mundo pagão. Assim

como se a vida dos cristãos, em relação do sexo, já começasse a refletir o espírito dos primeiros anacoretas.

O cristianismo se torna, então, e de fato, uma revolução em marcha. E, nessa marcha revolucionária, não há valor antigo que ele não subverta, da maneira mais radical.

Nasce, cresce e consolida-se, nesse momento, o mito da virgindade, na ânsia de uma emulação fiel da condição que se atribuía à mãe do Cristo.

O casamento passa, por sua vez, a ser considerado apenas como um "remédio". Tal como prega São Paulo, numa "Epístola aos Coríntios", ao afirmar que "mais vale casar-se que abraçar-se".

Só mesmo como um remédio, para que o marido não se abraze no fogo do sexo. E sobretudo para atender à ordem de Deus no Livro Sagrado — "crescei e multiplicai-vos" — a mulher tem que suportar as relações sexuais.

Ainda assim, em verdade, ela as suporta passivamente. Entre enojada e temente de estar pecando mortalmente. Numa ânsia silenciosa de se conservar frígida e ausente. Isso, quando os cônjuges não logram elevar-se, em grandeza super-humana, à altura de Cecília e Aureliano, que se casam, constituem um lar, são civilmente marido e mulher, mas se conservam castos, amando-se apenas pelo espírito.

• • •

Esse aspecto revolucionário dos valores éticos, em matéria de uma filosofia da vida sexual que se opunha, frontalmente, aos princípios da existência no meio pagão, não limitou sua influência, porém, às mulheres que integravam o mundo romano.

Porque, do lado dos homens, também, é digno de registro o fato de que, sob a atmosfera do cristianismo primitivo, começava a tomar corpo um processo de morbidização da libido masculina.

Morbidização no sentido de uma tendência, cada vez maior, ao desprezo pela beleza física. E que leva os homens, em suas últimas conseqüências, a preferirem, para os fins de satisfação sexual, as mulheres feias, aleijadas, maltrapi-

lhas, sujas. Ou, pelo menos, aquelas que fossem ostensivamente infelizes ou estúpidas. Como se o pecado se reduzisse, dentro da nova fé, ao culto da beleza, da saúde e da alegria.

E essa forma de comportamento erótico, contraditório e negativista em sua essência, talvez possa definir-se, do ponto de vista psicológico, como uma tentativa de conciliar a necessidade sexual, irreprimível apesar da fé, com um objeto que não tivesse a grandeza estética de um corpo belo e cuidado. Pois, a essa altura, já definida a força do cristianismo no espírito da sociedade romana, a mulher só se eleva, aos olhos dos que são adeptos da ideologia do Cristo, e só se torna digna do respeito dos que a pregam pelo mundo afora, na medida em que ela se despreza a si mesma, como fêmea, e consegue rebaixar-se, como ser humano, até os últimos degraus do masoquismo.

De fato, nessa fase de apogeu do cristianismo primitivo, o centro da psicologia existencial dos cristãos já se reduzira a uma fórmula bem esquemática: Sexo + Beleza = Pecado.

Uma fórmula que iria atingir, pouco tempo adiante, os extremos da patologia mental, quando a Igreja, fundada em nome do Cristo, viesse a estruturar-se, traiçoeiramente, como poder econômico e político.

*UM HOMEM
FEITO DEUS*

MAS A ÉTICA NOVA, QUE O CRISTO pregava — primeiro na Galiléia, depois em Jerusalém, e, afinal, pela palavra dos seus apóstolos, em todos os quadrantes do mundo — não era para condená-lo. Só porque Ele prometia o reino dos ceus às prostitutas, ao mesmo tempo que o interditava às imperatrizes, e mandava que os seres humanos se amassem fraternalmente, não O teriam levado ao calvário, para crucificá-lo.

Ao longo de milhões de anos, a mulher fôra escrava sexual do homem. Por milhões de anos, os homens viveram a matar ou a entrematar-se nas guerras. E, nem por isso, alguma revolução decisiva acontecera, que mudasse radicalmente a face conhecida do mundo.

Isso porque, já mesmo alcançado o apogeu da civilização antiga, na Grécia e em Roma, a infra-estrutura material que servia de suporte à sociedade humana ainda não se transmutara de fato.

Prostitutas ou imperatrizes, os generais como os reis e os comerciantes, tanto poetas e artistas quanto os filósofos, todos tinham os fundamentos do seu estilo de existência assentados sobre um sistema de produção dos meios de subsistência e de prazer, que era o regime do trabalho escravo, única forma de trabalho sistemático que o mundo conheceu até aí.

A mensagem do Cristo, entretanto, vinha revolucionar as relações entre os homens, porque revolucionadas já estavam, a essa altura, todas as bases econômicas e políticas que as condicionavam. E estas, agora, refletiam o quadro de uma agricultura em ascensão, do que é prova, nos evangelhos apelidados "Sinóticos", a insistência com que as mais importantes parábolas do Cristo se referem à produção. Seja a agrícola, tomando por símbolo as vindimas, as messes, as sementeiras. Ou seja a industrial primária, quando fala tanto na fabricação do vinho e do pão.

Não havia, portanto, de ser Ele condenado, apenas, pelo que encerrava de amor fraterno a Sua pregação.

Mas, sim, pelo que nela se continha — não só alegoricamente, como fazem crer os evangelistas — de essencialmente revolucionário, no sentido de uma transformação política de Sua terra, estrangulada e expoliada pelos césares.

Porque o Cristo não era um contemplativo puro.

Contava-se que Ele fôra enviado do céu, para conciliar o povo de Israel, cujas contradições de classe já os dividira em várias seitas, ensinando-lhes uma ética que os espiritualizasse e tornasse menos egoístas. E parece que iniciara a sua formação sob uma mistura ideológica, onde se continham certas regras hindús, algumas idéias de Platão, mais os princípios da doutrina dos essênios. Da seita dos essênios, principalmente, que, além de pregarem a imortalidade da alma, viviam comunitariamente, em matéria de comida, de trabalho e de indumentária. Não possuíam escravos. Jamais bebiam vinho ou comiam carne. Não se interessavam por qualquer espécie de comércio. E só eram marcados pela idéia obsessiva do Destino.

O Cristo fôra impregnado por essas idéias, é fácil de compreender. Mas o que Ele era, acima de tudo, era um ativista.

Sòmente por isso, em função de Sua militância revolucionária, foi que explodiu a reação dos fariseus, pretensos padrões de pureza humana, quando eram amorais e ambiciosos, bem ao modelo dos homens corruptos que faziam Roma chafurdar na final degradação.

E o Cristo comete a audácia de desmacará-los, apontando-lhes agressivamente os crimes, e a perdição para a vida eterna.

Mas os fariseus reagem.

Como expressão dos judeus mais reacionários, acomodados às vantagens que o Império lhes dava de longe, aí se enfurecem com o sucesso da pregação revolucionária do Cristo, que empolga as baixas classes. Uma doutrinação que se vai tornando popular, à medida que mais exalta o valor do trabalho e verbera o comportamento dos poderosos, inclusive os sábios e os sacerdotes.

Por fim, ao preço da traição de um dos muitos prosélitos que já O acompanham por tôda parte, os fariseus conseguem conduzi-LO ao Sanhedrin, para que o tribunal dos judeus delibere sôbre o Seu destino.

E o Sanhedrin, pela voz de Caifaz, "o grande sacerdote", profere o seu voto de condenação. Deixa que O arrastem à presença do governador romano na Samária e na Judéa, que é obrigado a viajar para Jerusalem, onde um mundo de mulheres e de escravos sofre pela sorte do homem que Deus enviara para salvá-los.

Não só dessas mulheres e de tantos escravos, porém, é que ao governador chegam as boas informações sôbre o prisioneiro.

Também milhares de saduceus, grandes e ricos senhores, lutam por inteirá-lo de que aquêle homem é um cidadão impecável.

Pôncio Pilatos começa a sentir a inconsistência das acusações. E pensa em libertá-LO.

Mas há uma encolerizada turbamulta, que clama na rua, e ameaça fazer justiça pelas próprias mãos. Tôda uma

enorme multidão em que, aos fariseus, talvez se misturem muitos dos Seus primeiros adeptos. Aquêles de feição mais cegamente esquerdista, que julgavam por demais suaves Suas últimas pregações, onde já O sentiam em recuo, quando falava mais de amor entre os homens do que de guerra contra o domínio romano.

E Pilatos decide prendê-lo.

Prende-O, tanto para aplacar a fúria dos adversários, como para tentar protegê-lo.

Conversa longamente com Ele. Interroga-O acerca das Suas idéias e dos ideais que propugna.

Aí, a julgar pelo que dizem certos críticos da história, parece que o Cristo recua. Nega o sentido político da Sua pregação, alegando que o reino, de que tanto fala, "não é dêste mundo".

Outra vez, Pôncio Pilatos vacila em sua convicção sobre as acusações. Contemporiza, até que, sob a pressão da turba — amotinada pela sugestão dos fariseus, que chegam a tramar um pedido de substituição do governador, por suspeita de hostilidade tácita a Tibério — decide "lavar as mãos". Transfere aos próprios algozes a responsabilidade da execução do Cristo, afirmando que "Sou inocente em relação à morte dêste justo. Vós respondereis por ela".

E, com isso, d'Ele o povo acaba por fazer um deus.

* * *

Poucas semanas após a crucificação, cento e tantos dos seus acabrunhados discípulos reúnem-se, em Jerusalém, empenhados em reiniciar a luta, não obstante toda a perseguição. Lá estão Marcos, Lucas, João e Mateus, os evangelistas que vão transmitir ao mundo a palavra do Cristo.

Se fielmente, não se sabe ao certo.

De qualquer maneira vão construir — como antítese de um superado sistema de valores, só baseado no egoísmo — uma ética "escrita". Para que o tempo não apague a palavra de amor fraterno e universal, até pouco antes ouvida nos sermões do Mestre.

Porque a ética do Cristo contrapunha-se, metodologicamente, à de Moisés — um rígido codificador, só preocupado em proibir e punir. Ao passo que o Cristo doutrinava, sempre, à base de singelas convenções, sem nunca assumir a arrogância de um legislador convicto, como se tornou Saulo de Tarso.

São Paulo. Este sim, foi um legislador. Um político que começou a carreira em Éfeso, conquistando fama com os discursos em que falava de um novo deus, em cujo nome se apoiava para agitar os escravos. E, sobretudo, para atacar o Império, sem o ferir explicitamente, visto como em suas prédicas, para não correr o risco de ser preso pela justiça romana, sempre afirmava que o reino do seu deus “não era deste mundo”.

Um legítimo político, tido em Roma, desde que lá chegou, como agitador tão violento e perigoso que, no ano 67, foi morto sob martírio, na estrada de Ostia. E, mais ainda, um racional organizador, que codificou a religião do Cristo, a disciplina eclesiástica, como tôdas as outras bases sôbre as quais iria assentar-se o edifício da Igreja, que Cristo não fundou.

NEM O DEUS
NEM O HOMEM

A LINGUAGEM REVOLUCIONÁRIA QUE o Cristo falara à mulher, numa reviravolta histórica que podia ter feito do cristianismo algo de mais decisivo, no sentido de realizar, totalmente, o humanismo que nele se continha — Ele só a falou, em realidade, para a própria mulher. Porque, nos ouvidos do homem-animal-macho, não teve eco real aquela mensagem que a ela anunciava o momento da redenção. De fato, nos ouvidos do homem, não penetrou aquela mensagem. Por isso, a mulher permanecia escrava, Ainda pior que isso: continuava a ser uma “coisa”.

Como escrava e como coisa, pois, ela chegou ao ano 476 da era cristã, que o esquematismo cronológico da historiografia aponta como sendo o momento em que se dissolveu o Império Romano. Precisamente quando Odoacro, chefe dos hérulos, derrubou do trono o Imperador Rômulo Augústulo e fundou na Itália o primeiro reino bárbaro.

Aí começa a era que se convencionou crismar de medieval, que iria plasmar, tão contraditòriamente, o destino da mulher em face do sexo e do amor, no mundo ocidental.

Essa Idade Média, porém, com tôdas as características que configuram o seu estilo geral de existência, não se inicia assim, rigidamente.

Porque o instante exato em que o processo de semelhante dissolução se definiu, de fato, foi bem mais recuado. Foi aquêle quando as primeiras tribos bárbaras, pressionando as portas de Roma, conseguiram estabelecer-se em sua periferia, onde os agentes do Império, por já não poderem opor-se à sua presença, delas se vingavam com castigos tributários, cobrando-lhes duros e extorsivos impostos.

No comêço, tolerando passivamente a extorsão, depois, reagindo moderadamente contra os agentes imperiais, os chefes das tribos pré-invasoras acabaram por adquirir o hábito de marcharem sobre Roma, intermitentemente, para pedir justiça ao Imperador. Até acabarem por obrigá-lo a mudar a sede do Império — o que decide Constantino, após conceder a liberdade de religião pelo édito de Milão, e converter-se êle mesmo ao cristianismo — fazendo de Bizâncio uma nova Roma, com o nome de Constantinopla.

Enquanto isso, as tribos bárbaras já iam, aos poucos, transpondo as portas de Roma. Dominando o território, outrora inviolável, que vivera esmagado sob a corôa dos césaes.

Hunos, godos e visigodos, vândalos ou borgúndios, francos e germanos — depois, também, saxônios, eslavos e longobardos — assenhoreavam-se da Europa. Ao mesmo passo que o cristianismo, ora desfigurado pela oficialização, polarizava-se todo em Bizâncio, já feita centro do poder religioso, e a caminho de tornar-se, igualmente, um poder econômico e político.

Justamente nessa longínqua Bizâncio, onde se travava, no comêço do século VI, a fase praticamente decisiva da batalha entre os que se inculcavam representantes da ideologia que, nos Evangelhos "Sinóticos", pretendiam exprimir a essência do pensamento autêntico do Cristo.

De um lado, os perseguidos cristãos primitivos. Que lutavam por manter, na integridade de sua transcendente beleza, os princípios que haviam servido à pregação que levava o Nazareno à cruz, verdadeiros alicerces de um humanismo que não pôde realizar-se em tôda a plenitude, pelo simples fato de que a Igreja não o deixou sobreviver.

E, de outro lado, os novos chefes políticos-religiosos, arrivistas que perseguiam os remanescentes do cristianismo dos primeiros séculos. E que já iniciavam o processo, cujo termo seria alcançado mais tarde, quando a Igreja se desmascarasse como a mais frontal e alienada contradição do Cristo.

Uma época que encontra o seu símbolo, dentro mesmo de Bizâncio — e como para documentar o fato de que se transformara numa nova Roma — na figura da imperatriz Teodora, cuja vida foi marcada, sem reservas, em “As Guerras de Justiniano”. Nesse livro de Procópio, onde está cruamente retratada a vida da libertina que, iniciando a existência na função de guardadora de ursos no circo-hipódromo do pai, tornou-se depois atriz de teatro. E acabou afamada pelas suas orgias, no gênero de uma, também contada por Procópio, em que essa jovem — “de tez um tanto pálida”, e que possuía um corpo capaz de “desafiar o pincel dos pintores e a lira dos poetas, para reproduzir a perfeição incomparável de suas formas”, fez-se possuir, misturada com mais de trinta escravas, por dez ou doze rapazes, sucessivamente.

Mas que logrou, assim mesmo, tornar-se espôsa legítima e sacramentada do Imperador Justiniano I, cristão já deformado pela negação do cristianismo primitivo e autêntico. E sob cujo reinado, hipócritamente religioso, foi construído, em Constantinopla, o famoso templo de Santa Sofia.

Um imperador e uma imperatriz, donos de um poder absoluto, que, daí a pouco, será reduzido a quase nada. Porque, no Império do Ocidente, as tribos bárbaras já haviam, a essa altura, iniciado o trabalho invisível de replasmar o estilo de existência naquela Roma imperial, cuja degradação marcou o fim do mundo antigo.

• • •

Os povos bárbaros que chegam a Roma, em relação à mulher, denunciam logo, aos primeiros contactos com a terra conquistada, a impressão de lhe trazerem algo de novo.

Já se nota entre eles — especialmente os germanos — um apreciável progresso das relações interpessoais.

Não quer isso dizer, entretanto, que, entre os bárbaros, a mulher não estivesse mais submetida ao jugo masculino.

Transpondo os muros de Roma, sejam vândalos, visigodos ou lombardos, ainda constituem povos que vivem um tanto nomadicamente. Forçados, todos os anos quase, a mudarem de localidade, em busca da caça, que lhes complementa a alimentação de carne, de queijo e de leite, na fase em que não possuem propriedade privada, que só conheceram e adoraram após a assimilação da cultura romana.

Ainda assim, êsses homens robustos, meio gigantescos, vivendo exclusivamente para a guerra, já dizem à mulher, realmente, algo de novo.

Jamais, naquele sentido místico do Cristo e do cristianismo primitivo — de convite à auto-inferiorização estética e ao desprezo pela terrenalidade da vida sexual. Mas no de uma nova concepção sobre a mulher, que, nos códigos bárbaros, é respeitada como alta expressão da condição humana. E até tida como um ser que encerra algo de mágico, revelado pela capacidade de "vidência", que lhe atribuíam com a mesma fé que os druidas haviam incutido nos mais antigos povos celtas.

A mulher permanece submetida, não há dúvida. Para fins de casamento, por exemplo, continua sendo objeto de um negócio, de pais a pais.

Considerada a realidade prática, porém, essa submissão era compensada pelo domínio que exercia no seio da família, um poder como jamais fôra outorgado à matrona romana. O que se mostrava flagrante, principalmente, entre as tribos de origem franca.

E ainda convém assinalar que, no caso dos germanos, também os homens tinham uma relativa obrigação de se casarem em estado de castidade. Costume que representava um provável reflexo de velha tradição, segundo a qual existiria

uma relação segura entre a virgindade do homem e o grau do seu vigor guerreiro.

Um conceito que, por outro lado, devia criar no espírito da mulher romana — aí já trabalhado, em parte, pelas idéias de pureza sexual, que a palavra do Cristo lhe ensinara — a idéia de que os direitos dos dois sexos não possuíam, entre os invasores, aquêlê caráter de brutal desigualdade e injustiça que dominava a família romana.

Isso, sem falar da importância que tinha, para o povo vencido, o exemplo de os povos bárbaros se conduzirem, em relação à espôsa e aos filhos, dentro de certos valores de comportamento ético — fidelidade conjugal, sobriedade, zêlo pela família, noção de honra e de palavra — que representavam o mais violento contraste com a dissolução moral, característica dos dias que precederam a quêda do Império.

Dir-se-ia, apreciando superficial e linearmente a questão, que ia começar uma nova era para a mulher. Um novo estilo de existência, no qual se misturassem, por um lado, as influências da ideologia cristã primitiva — que só não se desenvolveram até as últimas conseqüências, porque o cristianismo puro dos primeiros séculos ainda era imaturo, como têrmo de um processo revolucionário — e, por outro lado, a nova seiva de vida que os povos bárbaros traziam, para introduzir, à maneira da transfusão de sangue no corpo de um canceroso, no seio daquela sociedade romana, decadente e em plena dissolução.

Mas tal não ocorreu.

Porque, desde que o Império se defrontou com a crise econômica e política que ia ser a sua perdição, o processo histórico dirigiu-se no sentido da reação contra o surgimento de uma possibilidade de síntese, dentro daquela fatalidade dialética que faz com que o “velho” sempre se oponha ao “novo”, quando as contradições assumem um caráter de antagonismo.

O Sexo de Joelhos

O SEXO E O CÉU

JÁ NO PRIMEIRO QUARTEL DO SÉCULO III da era cristã, a superestrutura do Império apresentara os primeiros sintomas fatais de deterioração da sua base.

E essa irreversível decomposição, em última análise, exteriorizou-se em forma de crise militar e de crise religiosa. Uma fenomenologia de superfície que, no fundo, o que denunciava, acima de tudo, era a gravíssima crise econômica, gerada pela diminuição dos braços para o trabalho, em consequência do êxodo rural. E, também, da correspondente concentração demográfica na área urbana, na razão direta em que se processava a formação dos grandes latifúndios.

"Latifundia perdidere Italiam" — bradara Plínio, o Antigo, em um dos trinta e sete volumes da sua *"História Natural"*. Como se quisesse, quase dois mil anos antes, autorizar a afirmação de Letourneau, segundo a qual "os bárbaros não destruíram Roma, mas apenas retalharam o seu cadáver".

No auge da crise, o imperador Deocleciano, organizador da "Tetrarquia" que tanto perseguiu os cristãos, pretende

reagir. Tal como reagem, quando podem, os chefes de estado que se tornam tiranos, "para salvar o povo".

E o tirano que conseguiu fazer a história denominar o seu reinado de "a era dos mártires", reage com o instrumento do estatismo: regulando a produção e pretendendo conter-lhe os preços. Uma espécie de Cofap antiga, *avant la lettre*, cuja conseqüência lógica tinha que ser aquela que resulta, inevitavelmente, de medidas que tais: a retenção de mercadorias e o câmbio negro. Onde, como acontece sempre: pobres mais pobres e ricos mais ricos. Como no caso do próprio Deocleciano, que, após a abdicação, e já retirado de Roma, vivia a convidar os amigos para irem até Salona, ver sua grandiosa propriedade, e contemplar "a alegria com que êle se dedicava ao cultivo de sua horta".

Com o progresso da crise econômica, era um passo apenas, para ir do estatismo ao militarismo. E, do militarismo ao fim de um regime, também só resta um salto, em quaisquer circunstâncias históricas.

O Império marchava, pois, para a desintegração, que se consumaria daí a pouco, com a cisão entre uma sede ocidental e outra oriental.

Mas, enquanto tal fato se processava na base, desenvolvia-se na superestrutura a força do cristianismo. Agora, uma religião codificada, cuja essência era a mescla do espírito romano decadente e das influências orientais em ascensão, numa síntese ideológica que se resumia, de fato, em prometer aos pobres e marginais uma vida gloriosa no céu, já que na vida de aquém-túmulo, a concretamente terrena, só os ricos podiam contar com alguma coisa. Uma ideologia que se consolidava cada vez mais, e que já se tornara dominante, quando a invasão bárbara pôs termo, no fim do século V, ao estilo de vida propriamente romano, que só oferecia à mulher, em verdade, a alternativa de ser matrona ou prostituta.

Do outro lado do mundo — do lado bizantino, que se fizera o paraíso da "arrependida" Teodora — para onde se deslocara o espírito romano-cristão, começa a florescer, com Justiniano, a tentativa de uma bizantinização da península itálica. E mesmo de toda a Europa ocidental.

Uma bizantinização da qual só puderam salvar-se — dentre os bárbaros — os povos francos, que terminaram por consolidar o seu domínio com a fundação da dinastia carolíngia, resumida na figura exponencial de Carlos Magno. O que culminaria na composição do estrutura romano-germânica, tomada aí a palavra “romano” como sinônimo histórico de “cristianismo”, que, êste sim, iria marcar as linhas diretrizes do poder político na Europa, pelos séculos em fora.

Quanto à mulher, nessa etapa antecedente da instalação do primeiro reino bárbaro, continua ela ausente de toda espécie de crônicas da época. Pelo menos num sentido de informação histórica que não se limite a confirmar a sua polarização existencial, antes assinalada, entre a clássica mãe de família e a prostituta de modelo talhado sobre o figurino grego, desde a hetaira às dicteríades.

Em todo êsse período de crise — econômica, político-militar e religiosa — a mulher ainda não conseguira ultrapassar sua multimilenar condição de escrava e de coisa. A despeito do que lhe prometera o Cristo. E apesar do que ela ouvia falar sobre a condição feminina no seio das tribos bárbaras que, aí, já iam transpondo as portas até então invencíveis de Roma.

• • •

Afinal, ao aproximar-se o fim do século VII, à medida que a Europa inteira se cristianizava, e as tribos bárbaras se impregnavam, paulatinamente, da cultura romana, o cristianismo começou a desenvolver seu poder político e a plasmar sua nova ideologia.

De fato, amalgamando todos os elementos de culto do sobrenatural, que emanavam, sob múltiplas formas, das crenças greco-romanas e orientais, como também das que haviam trazido os invasores bárbaros, a Igreja crescia. E dominava o ocidente, onde os “ativistas” da época — os cristãos esquerdistas, vindos do Oriente, uma espécie de “Cominform” medieval — pregavam a humildade e a tolerância, ao mesmo tempo que a todos prometiam a felicidade total “no outro mundo”.

Os propagandistas radicais da nova fé, agora transubstanciada em poder de âmbito universal, pregavam a pobreza, a renúncia, a piedade. E lutavam contra a escravidão, com ímpeto revolucionário, muito embora essa atitude anti-escravagista não se estendesse de modo algum à mulher.

Na sua pregação messiânica, aconselhavam os devotos a desprezarem toda qualidade de bens materiais e terrenos, já que o senhor lhes anunciara, pela palavra dos evangelistas, desalentadoramente, que o seu reino não era deste mundo. Conselhos como aquele que levou Santo Antão, no Egito, a despojar-se de tudo que possuía e a assumir o destino de anacoreta. Embora levando dentro de si, para o coração do deserto, toda a insuperável vinculação aos bens deste mundo, que ressurgiam nas suas alucinações, com imagens de banquetes e de mulheres nuas.

Paralelamente, porém, enquanto assim se pregava a renúncia, a humildade, o desprezo pela terra e a esperança do céu, a Igreja ganhava força.

Alastrava o seu prestígio, crescentemente, até o ponto em que, sob o pontificado de Gregório I, o Grande, papa de 690 a 710, veio a tornar-se, de fato e de direito, uma potência política capaz de defrontar-se com o Estado, no mesmo ritmo em que se alienava, dia por dia, dos princípios do ensinamento primeiro do Cristo, feito principalmente de amor e de doçura.

• • •

Se é verdade, por um lado, que o cristianismo, na essência primitiva, teve o mérito de prometer à mulher uma redenção para o seu destino de escrava, por outro lado, no que se referia ao amor propriamente dito — o amor como instinto, necessidade animal da condição humana — os ensinamentos do Cristo não lhe ofereceram qualquer perspectiva de engrandecimento.

Basta lembrar, em tal sentido, que o doce Galileu, ao perdoar Madalena, só lhe ofereceu a felicidade celeste. E, de modo nenhum, acenou-lhe com uma possibilidade de ventura terrena.

Porque o cristianismo, em relação ao amor, sempre foi — e ainda o é, nos dias de hoje — uma filosofia fundamentalmente pessimista, que considerou a carne, desde os seus primórdios, como algo de abominável. Viu no ato sexual, de saída, um mal necessário, só passível de ser tolerado para fins estritos de reprodução, e dentro do casamento religioso. Esse casamento cristão que faz a aparência de divinizar a mulher. Quando, de fato, só trata de desumanizá-la.

Mas é que Jesús era casto.

E suas relações interpessoais com o sexo oposto se processaram, a princípio, com mulheres virgens, tais quais eram suas irmãs Marta e Maria.

Compreensivelmente, pois, do ponto de vista psicológico, essa castidade do Cristo se “projetou” na humanidade inteira que o cercava. E generalizou-se no cristianismo, que, logo de início, condenou com maldição a carne, e exigiu dos crentes, a qualquer preço, uma rígida abstinência sexual.

A MULHER E OUTRO PROFETA

DE FATO, A IGREJA DO CRISTO SE obstinava em odiar o sexo. Alguns dos seus teólogos, desde os começos da patrística, chegaram a preocupar-se — a que ponto pode chegar a prevalência dos temas eróticos na religião — em discutir sôbre se o orgasmo feminino, mesmo nas relações entre mulher e marido, poderia ser tolerado.

Nessas obscenas querelas, numa etapa já avançada da Idade Média, uns tantos dêles, como Dominico, Sotto, e, sobretudo, o cordovez Tomás Sanchez — autor de um “Tratado da Justiça e do Direito”, que veio a sofrer severas críticas de Blaise Pascal — eram de parecer que o gôzo sexual completo, na mulher, devia até certo ponto ser admitido, sem perigo de ofender a Deus. Enquanto outros, férreos na sua intransigência, o consideravam um pecado mortal. Tal a opinião de Sylvius e de Inocêncio XI, que, por isso mesmo, devem ter seus nomes guardados, tão respeitáveis estimuladores foram êles, da manutenção odiosa da prostituição dentro da cultura ocidental.

Teólogos houve que chegaram, até, ao extremo de indicar umas tantas regras — e que regras... — para assegurar os meios mais firmes de evitar o pecado.

São Ligório, por exemplo, que foi a um obsessivo requinte de detalhes, no capítulo referente aos estilos de beijos. Com que furor suspeito, êsse autor da "Teologia Moral", também fundador da Ordem do Santo-Redentor, ocupa-se em descrever certos beijos lascivos, no gênero do "colombinum". O beijo em que as bocas se interpenetram, à maneira pela qual se acariciam os pombos, e em cuja descrição o santo se revela um grande "connoisseur" das manobras mais apuradas de erotização preparatória da cópula.

Nesse ponto, aliás, o virtuoso Alfonso-Maria de Liguori não se distingue, como figura isolada, no campo onde o Khama-Suthra foi tão singelo.

Porque a Igreja sempre entendeu, ampla e profundamente, de semelhante assunto, e, para anatematizar o sexo, era de ver o calor com que seus teólogos falaram dos pormenores da vida sexual.

Que requintes vocabulares consumiam nas frases destinadas a incentivar, direta e indiretamente, a prostituição e a libertinagem... para impedir que os maridos cristãos erotizassem as próprias espôsas.

Como se referiam à Virgem, Imaculada Mãe do Senhor, em têrmos candentemente místico-eróticos. E, a pretexto de a exaltarem, quanto concorreram, tão santificados teólogos, para neurosar a mulher ocidental, já que a pregação da castidade tinha de ser simultânea com uma inevitável incentivação das tendências masoquistas. Isto, pelo menos para quem aceite o ponto de vista de Krafft-Ebbing, segundo o qual "A sensualidade religiosa e a sensualidade sexual, chegadas ao máximo de desenvolvimento, apresentam semelhanças no que respeita ao "quantum" e à natureza da excitação; podem, pois, substituir-se uma à outra, em certas condições. E ambas podem degenerar em crueldade, se as condições patológicas necessárias existirem".

Através de mecanismos mentais mórbidos, portanto, é que certos santos — pensar em Leôncio e Orígenes — acabaram por se castrarem a si mesmo, ou por se fazerem castrar por

terceiros. Tal qual o fizeram, também, os que aspiravam a incorporar-se à seita dos Skopzis, já em pleno reinado de Catarina, a Grande. (*)

• • •

Em pleno seio da Europa medieval, já marcada pelo processo acelerado de cristianização, um novo movimento religioso faz sentir sua presença dominadora.

Uma antítese ideológica, que imporia ao mundo ocidental uma situação de fato, com enorme força de expansão e domínio.

Já é o islamismo que surge.

Também provindo do Oriente, como o cristianismo, começara êle no século VII, depois que Maomé, camaleiro epilético e analfabeto, não levado a sério e até hostilizado por seus patrícios de Meca, decide fugir para Medina.

E fugindo, nessa Hégira que é o ponto de partida de um movimento que marcou fundo a história, o profeta leva consigo as bases de uma grande reforma religiosa.

Na realidade, muito mais que uma religião, aquilo que resulta dos quinze anos de meditação na qual se afundou o ex-cameleiro, é um sistema de códigos. Uma nova ética que, em vez de usar a linguagem alegórica de que se valeram, tanto os profetas do Velho Testamento quanto os Evangelistas e Apóstolos, para levarem as palavras de Deus e do Cristo ao povo, fala uma linguagem direta e concreta, que é a mais adequada a uma reforma que era acima de tudo social.

Por isso, o islamismo floresce rapidamente.

E, sob o comando do segundo sucessor de Maomé, acaba por ampliar-se até às proporções de um Império, com a con-

(*) Aqui, seria talvez o lugar para indagar se, em última análise, não estará no fundo de tais exemplos o germe da progressiva frigidez da mulher de formação cristã. Mas êsse é um problema que só será criticado adiante, nos volumes Segundo e Terceiro, que tratam das dificuldades sexuais que afligem a mulher contemporânea, e, sobretudo, os homens que se tornam seus maridos, êstes sim, nos tempos de hoje, as maiores vítimas da frigidez feminina.

quista da Pérsia, da Fenícia, da Palestina, do Egito, da Síria. Até fundar em Bagdá a sua capital, de onde parte para avassalar o mundo europeu, em cujas terras, de luta em luta, entre conquistas e derrotas, termina por se firmar na Espanha, com a instalação do califado de Córdoba.

Não há negar que, do Corão, foi que dizem, os entendidos, haver nascido a jurisprudência. Como também sob sua influência — na ânsia de facilitar a compreensão do livro sagrado do Islam — é que se aprimorou e difundiu a gramática. E mais: que êle enfeixava, no seu texto geral, todos os códigos que regiam o exercício do poder temporal e do poder espiritual, inclusive as leis do casamento, do divórcio e das sucessões.

Todavia, em relação à mulher e ao amor natural, nada trazia de novo o direito muçulmano, no sentido de um real progresso em face dos princípios que já vigoravam na Europa cristianizada.

A mulher continuava escrava.

Escrava em proporções ainda mais graves, já que o islamismo encerrava, em sua estrutura fundamental, o direito e o hábito da poligamia.

O amor e a mulher, portanto, permaneciam inferiorizados. Não fôsse o islamismo, em derradeira instância, uma teocracia fabricada à custa de certos elementos básicos do judaísmo e do cristianismo.

Daí ser fácil compreender, na parte que se refere à mulher, como nem mesmo um Zyriab — cantor e músico, fundador de um conservatório que é o berço da canção andaluza — pôde deixar uma influência duradoura, capaz de quebrar, na Europa islamizada, a força do binômio “amante-espôsa”. Que, numa tradição secular, polarizara a mulher entre a condição de reprodutora-dona-de-casa e a de simples máquina de amor venal.

Isso, apesar de Zyriab não se haver limitado, simplesmente, a ser o autor do “Livro de Cosinha”, o inventor do alaúde de cinco cordas. E de muitas lições sôbre a arte de arrumar a mesa de refeições.

Mas de ter sido, também, o dono de um instituto de beleza, onde a mulher aprendia o cerimonial de depilar-se,

de pentear-se e de perfumar a boca. E o criador de um calendário da moda, de acôrdo com as estações, o que levou Levy-Provençal a dizer, sem exagero, que Zyriab foi uma espécie de Petrônio ou de Brummel árabe. Sem falar do fato de que a êle se deve uma série de preceitos sôbre o ritual de um verdadeiro "gourmet", muito próximo daquela quase religiosidade que caracteriza a gastronomia francesa.

Zyriab foi o autor de tôdas essas proezas. Contudo não fêz um passo no sentido de que a mulher se tornasse menos escrava do homem e da família.

Do mesmo modo que Ibn Hazm, artista e sábio de típico sabor arábico-andaluz — a quem Ortega y Gasset atribuía "*el arabismo en serio y la hespañolia informalmente*" — com o seu livro famoso.

Porque o "*Collar de la Paloma sobre el Amor y los Amantes*", que o poeta publica aos trinta e poucos anos de idade, embora pretenda ser uma análise da paixão amorosa em tôdas as suas conseqüências, não passa, afinal, de um livro de "amor cavalheiresco", que nada acrescentava de importante, na época, para o destino da mulher.

Da desprezada mulher que, a essa altura do primeiro milênio, continuava ainda a viver esmagada. De um lado, pelo homem que era o seu dono. E, de outro lado, pelas duas religiões que disputavam o domínio da Europa. O que vale dizer: por uma dúplice visão do mundo, que, nem por essa duplicidade, deixava de ser unívoca, no que se referia à alienação da condição feminina.

Cavalos Inventam o Amor

O SEXO EMPOLGA A IGREJA

A QUEM PRETENDA ENTENDER O espírito da sociedade medieval — e, muito particularmente, a alienação do instinto sexual que, ao longo dela, conduziu ao conceito ocidental de amor — é necessário encará-lo, antes de mais nada, como uma resultante histórica do amálgama do mundo romano com o das tribos bárbaras, temperado pelo espírito do cristianismo e do islamismo.

E, sobretudo, considerando a instituição em que êsse amálgama se consubstanciou, há que ter em vista, no caso, a força que por então se tornara o Papado.

Pois foi sob a proteção do Papa, que Pepino, o Breve, filho de Carlos Martel, fundou a dinastia carolíngia, ao destronar, em 751, o último rei merovíngio, Childerico III, da primeira raça dos reis francos.

Com a ascensão da segunda raça, surge a figura pínacul da nova dinastia: Carlos Magno. O grande conquistador do mundo ocidental e o representante mais conhecido

literariamente, por obra da "*Chanson de Roland*", que lhe cantou o feito da travessia dos Pirineus.

Sob seu reinado, constitui-se a base do grande Império Romano-Germânico.

Um império cuja força derivava, menos da capacidade política e militar do famoso rei, que dos poderes que a êle conferia o Papa. Que, êste sim, era de fato quem encarnava a remanescência do Império Romano, possuído como já o fôra ao tempo de Gregório, o Grande, pela ânsia de dominar o mundo.

Até se pode dizer, para falar uma linguagem política exata, que Carlos Magno não foi, por si só, o poderoso rei que a França cultua como o maior dos seus homens. Porque, antes disso, e acima de tudo, êle representou o papel de um *executive man* do Papado, o que acabou por levar Leão III a coroá-lo Imperador, no dia de Natal do ano 800.

Mas, seja como for, é a partir de Carlos Magno sagrado imperador, que se firma, seguramente, a visão cristã do mundo. Tanto sob o ponto de vista religioso como sob o político e filosófico.

Como é a partir dêle, também, que se estabelece, na Europa, o regime da servidão baseado na agricultura, que trazia consigo, inseparavelmente, o aldeamento dos servos e o instituto da sucessão legal da propriedade.

* * *

Na época correspondente ao auge do domínio carolíngio, a mulher não superou, de um passo sequer, a condição de escrava em que sempre fôra mantida. Quando os homens, em compensação, cada vez mais se expandiam, em matéria de liberdades sexuais.

Fala-se muito no fato, por demais repetido, de que a Idade Média, em questão de sexo, foi um período sôbre o qual pouco se sabe ao certo.

A verdade talvez mais próxima da realidade, entretanto, é a de que o pouco que poderia, a êsse respeito, ter chegado aos nossos dias, foi perdido. Ou mesmo propositadamente

destruído, tão pouco edificantes, sob o ponto de vista moral, se revelariam as informações a respeito.

Como edificantes seriam, por seu fundo de absurdo, certas restrições tirânicas, que a Igreja se permitia determinar aos devotos, contra o exercício da função sexual. E que chegaram a transpor tais limites, tamanhas proporções de abuso, que já não se referiam, apenas, aos casos rotulados de "amor ilícito". Muito pior que isso: invadiam as próprias alcovas da vida conjugal plenamente sacramentada pela Igreja. O que se aprende, facilmente, na leitura do "Penitencial" de Egberto, o Grande — rei dos anglo-saxões no segundo quartel do século IX — que proíbe drasticamente a cópula, mesmo entre marido e mulher, desde o terceiro mês da gestação. Como também o proibiam, em todo o período da quaresma, alguns casuistas mais fanáticos.

Por êsse tempo, a julgar pela documentação conservada em certas bibliotecas, só a nobreza e o clero integravam, livremente e sem ameaça do Inferno, o grande elenco que vivia os feios espetáculos da prostituição e da libertinagem.

Leia-se, por exemplo, o caso da amásia do bispo Prisco, da Espanha, que, vez por outra, e acompanhada de um pelotão de suas muitas criadas, ia à noite violentar as portas das células monásticas, cada qual em busca de uma eventual fornicadela.

E aí está o exemplo do próprio Carlos Magno, quando se viu compelido, sob a pressão dos fatos, a tentar medidas coercitivas contra a incontinência erótica dos súditos. Muito particularmente a dos altos dignitários da Igreja, do que é documento expressivo o fato de haver, em uma de suas "Capitulares", certa cláusula, datada de 769, onde se regulamenta o número de concubinas dos bispos. Seguida mais tarde, no ano 801, de uma outra, relativa à proibição de serem estrangeiras as concubinas. E, em 811, uma censura severíssima aos bispos que continuavam a possuí-las, teúdas e manteúdas.

Anódinas medidas, diga-se de passagem, porque o comportamento do próprio Imperador não era de impor nenhum exemplo, posto que êle mesmo tinha concubinas às dúzias, e até o acusavam de práticas incestuosas.

Mas a verdade é que esse regime de amoralidade — mais que isso, de imoralidade da conduta erótica — já se estendera e generalizara por toda a cristandade.

Pelas terras de Espanha — segundo o depoimento respeitável de Py y Margall — dominava a tal ponto a prostituição como instituição praticamente legal, que, em expedições à Terra Santa, uma verdadeira legião de prostitutas integrava, sistematicamente, os exércitos que iam lutar pelo prestígio da nova fé. E lutar também, é preciso não esquecer, pelo êxito dos bons negócios que sob o estandarte das cruzadas se simulavam.

Em certas cidades ibéricas, aliás, é bem sabido que se adotava para a prostituição uma forma equivalente à de uma organização monástica. Sob a direção de uma “abadessa” — donde, provavelmente, a expressão “conventilho” para designar mais tarde os lupanares — que supervisionava o aliciamento e o aluguel de mulheres para fins sexuais.

Afirma mesmo aquêlê historiador que, numa biblioteca de Sevilha, em certo número dos “Archivos Municipales”, encontra-se o registro de medidas do Papa João II, cujo artigo 13 é um enérgico libelo contra êsses chamados “monastérios”, frequentados por viúvas, casadas e solteiras.

E na Roma do século IX, já inteiramente dominada pelos Papas, entre o reinado pontifical de Leão IV e o de Benedito III, o fenômeno da Papisa Joana constitue um marco da história secreta da Igreja.

Porque denuncia um acontecimento que, embora ferozmente contestado nos dias de hoje, tem a sustentar-lhe a veracidade um documento do mais alto valor.

Uma “História da Vida dos Papas”, que não foi escrita por nenhum inimigo do clericalismo, no gênero do escritor Py y Margall. Mas por um bibliotecário do próprio Vaticano, de nome Bartolomeo Sacchi, que a publicou em 1479, com o *imprimatur* do Papa Xisto IV, depois santificado, e sob cujo pontificado se construiu e decorou a Capela Sixtina.

Foi só a partir daí, aliás, quando a Papisa, após “dois anos, cinco meses e quatro dias” — segundo Marian Scott, escrevendo sobre o escândalo nos fins do século XI — pariu o fruto do seu pecado amoroso com alguém de dentro mesmo

do Vaticano, que se instituiu, a cada eleição de um novo pontífice, o ritual do exame dos órgãos genitais do eleito, que para isso se sentava numa cadeira sem fundo, onde o camerlengo os palpava cuidadosamente.

Medida de segurança, essa, que foi decretada e regulamentada pelo próprio sucessor de Joana, segundo informa o erudito beneditino francês Jean Mabillon. Autor do "De Re Diplomatica", primeiro real tratado didático de diplomacia, o qual afirma ter visto na Basílica de Siena, com os próprios olhos, entre os bustos que compõem a galeria dos papas, um sôbre cuja base havia a inscrição: "João VIII, mulher", que de lá teriam retirado, em fins do século XVI, por ordem de Clemente VIII.

E, em plena França do século XIII, quando os conventos mixtos eram sede de bacanais que faziam inveja aos festins da Roma imperial, o grande rei São Luiz teve de assumir a providência de dividir, por sexos, os conventos do reino. Para depois, no Concílio de Reims, levantar vigoroso libelo contra os monjes acusados de sodomia. Como foi o santo rei, também, quem se revoltou, com uma espécie de cólera sagrada, contra o exército de prostitutas — às centenas, e, de uma feita, segundo alguns historiadores, em número de um milhar e meio — que acompanharam os legionários da sua desastrosa Sétima Cruzada.

Dessa época, igualmente, é a divulgação do "Nive Doctrinael", onde o flamengo Bondael brada contra os costumes dos homens em seus próprios lares, cuja dissolução já não respeitava sequer as barreiras do incesto. Assim como o clamor de Jean de Ruysbroeck, teólogo e místico, nascido em Brabante por volta de 1290, enfurecido com o talho do hábito que usavam certas monjas, tão colantes que, segundo êle, davam a impressão de que elas andavam completamente desnudas.

Por amostras tão pequenas — pequeníssimas em relação à suntuária literatura referente ao tema — não há como esquivar esta realidade: a de que tôda a pureza original do cristianismo foi insuficiente para conter a fôrça de expansão do sexo, que a Igreja pretendeu esmagar. Mas esmagar sob o manto da mais deslavada hipocrisia, em vez de o disciplinar

como fato natural, obra do próprio Deus criador, à custa de quem ela se tornou poder político.

E é de notar — exemplo de que, no máximo, se pode “reprimir”, jamais “suprimir”, uma força da natureza — que, nem mesmo nos limites da arte religiosa, o instinto sexual se deixou transfigurar completamente, através do trabalho de transposição artística. Como é flagrante em certas obras do gótico. Seja nas construções em que o estilo assumiu a grandiosidade dos monumentos catedralícios. Ou naquelas que se reduziram às proporções de pequenas igrejas paroquiais. Mas onde estiveram presentes, muitas vezes, simultaneamente com o misticismo desse estilo, os “motivos” diretamente genitais, explicitamente eróticos — e não apenas em forma simbólica — esculpidos nos átrios de muitos templos. Do que foi exemplo, historicamente conhecido pelos cronistas, uma que existiu até certa época na Igreja de Saint-Germain des Prés, cujo tema é a figura de uma freira, fornicando pelos dois lados, impressada entre um frade e um lobo.

Esse, como tantos outros, de maior ou menor crueza de composição, que se foram multiplicando pelos séculos em fora, através de todos os movimentos artísticos que se englobam sob a égide da arte religiosa cristã.

O CAVALEIRO ALIENA O SEXO

QUASE AO ANOITECER DO PRIMEIRO milênio — fim da dinastia e do domínio dos reis francos — a Europa inicia um significativo ciclo da sua história. Já com a morte de Carlos Magno, começara o processo de fragmentação do Império. Quando Luiz, o Complacente, seu filho e herdeiro, foi levado pelo Tratado de Verdun, em 943, a partilhar para sempre o poder carolíngio.

A essa data, porém, já firmada no ocidente uma visão cristã do mundo, a Europa perde a unidade, de fato e de direito, desdobrando e dividindo o seu território, paralelamente à consolidação do regime da servidão.

Príncipes, bispos, barões, ou que outros títulos tivessem, mediante juramento de fidelidade aos reis, tomam posse dos retalhos de territórios. Dos feudos, que vão ser como as células de uma nova estruturação, econômica, social e política.

À base do “benefício”, que obriga o rei a respeitar o outorgado. E da “vassalagem”, como o juramento de que eles o ajudarão em tempo de guerra.

Os senhores feudais passam a viver, desde aí, em função de um binômio de ligação com a realeza.

Situados entre o benefício e a vassalagem, os senhores vão erguer nos feudos os seus castelos, cercados de fossos e altos muros, para além dos quais, em pouco, principiarão a crescer os “burgos”, germe das futuras cidades. E, dentro dêsses castelos, no centro de sua côrte, em meio a damas, cavaleiros e trovadores, irão exercer todos os poderes sôbre os servos.

Paralelamente, com a desintegração da ordem anterior, de puro sabor carolíngio, e com as invasões muçulmanas que se sucedem, explode na Europa uma grave crise psicológica, feita de medo, de angústia e de perplexidade.

Fase crítica, de expansão mística e escatológica, que procura saída pelos mais diversos caminhos, já que a maioria vive, mais ou menos conscientemente, atormentada pela idéia de um próximo fim do mundo. Vive-se um estado coletivo de angústia, a qual traduz, no caso dos privilegiados da Igreja, uma provável “projeção” da consciência dessa mesma Igreja. Pois, ao ter de repartir com príncipes e barões os seus privilégios, confundiu o seu próprio fim — fim do direito de possuir escravos — com o fim próprio do mundo.

Mas que, no caso dos outros, desfavorecidos ou revoltados contra a injustiça, se resumiu numa busca dos meios de contornar a realidade. Ora, fugindo para os mosteiros, cujo modelo remoto aparecera em 340, por iniciativa de São Pacômio, anacoreta tão humilde, que nunca se julgou digno de receber as ordens sacerdotais. E que já se desdobrara, pela Idade Média, em milhares de conventos para homens e mulheres. Ora, entregando-se às práticas místico-eróticas, de variados tipos, na procura de alguma satisfação mais ou menos anormal, tôdas elas impregnadas, conforme as circunstâncias, de uma idéia de prestígio do Diabo, de proximidade do Juízo Final, de ódio de Deus contra os homens.

Contudo, essa fase destrutiva não se prolongou demasiadamente. E foi afinal superada. O que é fácil de compreender, tendo em conta que, ao aproximar-se o século XII, que marca o apogeu da Idade Média, já começava a definir-se uma nova ordem econômica, cuja essência era, em última

análise, a cristalização do conceito de propriedade privada latifundiária.

Com efeito, quando há um regime de propriedade, tem que nascer, necessariamente, uma força capaz de defendê-la, em forma de organização policial-militar.

Foi então que os senhores feudais, apoiados pelos reis, chegaram a necessidade de uma instituição que, encarnando as forças armadas da Europa medieval, passou à história com o nome de "cavalaria".

Cavalaria essa que, do ponto de vista superestrutural, funcionou à base de uma regra, cujo aspecto fundamental era o de amaciar e humanizar o estilo de relações interpessoais que havia resultado da soma dos estilos romano, bárbaro e árabe, modelado e condimentado pelo espírito do cristianismo.

Dentro da essência da servidão medieval, a cavalaria tinha, definidamente, o sentido de "servir".

Servir a Deus. Servir ao senhor. Servir à mulher, muito especialmente. Além de servir, ao menos teoricamente, também aos inferiores. Tudo ao modelo de certos protótipos das gestas que integram o ciclo da literatura heróica e cavaleiresca, assim como do ciclo dos romances bretões.

De modo que, à maneira dos herois de tôdas as muitas gestas e romances, os cavaleiros colocaram, no centro da sociedade européia, uma nova divindade: A mulher, que iria tornar-se, de fato, o núcleo aglutinador do amor cavaleiresco.

Essa nova instituição, por isso mesmo, não se limitaria a constituir o padrão das "forças armadas", até que a marcha do processo histórico culminasse na utilização da pólvora, depois descoberta, como elemento mais adequado à defesa da propriedade.

A cavalaria ocupou-se, também, e muitíssimo, em cultivar a mulher.

Do que resultou, progressivamente, uma atenuação da contradição que dirige, dialéticamente, as relações humanas

dos dois sexos. Isso, à base dos fundamentos que acabariam por estabelecer os padrões da galanteria, da graça, da elegância de maneiras, do bom tom e da cortezia.

E aparece na Europa a figura do "cavaleiro".

• • •

No cavaleiro, ao lado e para além da defesa da propriedade — depois, também, à época das cruzadas, a defesa da fé, misturada ao espírito heróico e ao sabor da aventura — surge o espírito "cortês", à base de uma ligação entre o amor e a idéia de "honra".

E, com êle, a primeira real valorização da mulher.

As grandes damas, no estilo de Eleonora de Aquitânia, também só vivem em função do "Amor".

O amor tem que ser, antes de tudo fiel — reflexo do compromisso de vassalagem que o cavaleiro presta ao rei e ao senhor. Palavroso e heróico, para corresponder ao modelo das histórias repetidas na corte pelos menestreis.

Ou ao gosto do que lhe é descrito, no norte da França pelos *trouvères*, que cantam em *langue d'oïl* e improvisam, como no segundo ato do "Tanhauser", romances cujos heróis são sempre agressivos. Violentos. Obstinados em viver a ligação amorosa em termos de perigo, tanto para o homem como para a mulher. E, entre todos, o preferido é um dos 12 pares de Carlos Magno, o furioso protagonista da "*Chanson de Roland*". Uma epopéia em decassílabos, considerada a mais antiga das canções de gesta, e que encerra um retrato perfeito da França feudal-cristã.

Senão, à maneira dos *troubadours* que, em *langue d'oc*, preferem cantar, com o sentimentalismo provençal típico da época, o drama de Lancelot, cavaleiro da Távola Redonda, que acaba por se apaixonar pela própria esposa do rei Artur. Também o relato sobre o galante Sire de Coussy, que, agonizante em meio a uma peregrinação, pede que lhe arranquem do peito o coração, logo após morrer, e o façam chegar às mãos de sua amada. Quando não repetem, mil vezes, a tragédia de Tristão e Isolda, que entenece damas e cavaleiros, com o seu filtro mágico que, mais do que àquêles amantes,

já principiava a envenenar a cristandade inteira, num mórbido processo de alienação do sexo, de bovarização *avant la lettre*.

E enquanto, lá fora, o espírito gótico vai plasmando em pedra o estilo catedralício, lançando suas agulhas em direção ao infinito, fazendo a luz tornar-se um mistério ao filtrar-se no colorido dos vitrais, enquanto isso, dentro dos castelos, a mulher é descoberta pelos olhos mundanos.

Aquela que fôra matrona romana, que lutara ao lado dos guerreiros bárbaros, que vivera ocultada pelo estilo de existência árabe, que se deixara oprimir pelo estinilateralismo masculino da Igreja, surge agora como um novo valor.

Sai da clausura. E aparece nos salões, onde os trovadores exaltam a sua grandeza e cantam a sua beleza.

Começa a glória do amor cavalheiresco, em que o homem, pela primeira vez na história, se prostra diante da mulher. Mas não em sentido figurado. Porque, de fato, ele se põe de joelhos aos seus pés, para dizer-lhes coisas de amor.

E à medida que o Amor se vai tornando o valor central da sociedade onde domina o cavaleiro, cresce também, paralelamente, o atrevimento erótico do homem. Como igualmente, em proporções menores, desenvolve-se o das mulheres, que, a despeito de serem adoradas, sob o modelo inspirado pela Virgem Imaculada — e essa é a moda por então — nem sempre se preocupam com o temor de macular-se.

Bem ao contrário, muita castelã costuma receber o seu cavaleiro, no morno aconchêgo de um “quarto secreto” — todo forrado de alfombras e mergulhado numa penumbra colorida, que lhe dá a aparência de atmosfera profana de um templo gótico — onde as noitadas de amor inspiram os menestres para compor suas “albas”. As “*Tagenlieder*”, assim chamadas porque, enquanto o cavaleiro está amando na alcova adúltera, à porta se mantém inarredável o seu escudeiro, até o dealbar do dia.

Pois, segundo as regras tácitas da cavalaria, o amor cavalheiresco é, por essência, contra o casamento, que êsses amantes medievais acham que obedece a leis artificiais, sejam do rei, do senhor ou da Igreja. Como o provam, concretamente, as palavras da Condessa de Champagne, ao ser interpelada

sobre a possibilidade de existir, entre marido e mulher, um autêntico amor. Ao que ela respondeu, textualmente, que “o amor não pode comportar os direitos recíprocos de duas pessoas casadas”, porque “os dois cônjuges têm, por obrigação, aceitar reciprocamente as suas vontades e nunca negarem nada um ao outro”. O que contrasta com os amantes, “que coincidem em tudo, mútua e gratuitamente, sem que algo os obrigue a qualquer necessidade”, e para os quais só o que vale é o sentido daquele verso do poema de Maria de França, já quase no fim da era cavalleiresca: *Ni vous sans moi, ni moi sans vous*.

Na superestrutura subjetiva, então, o que domina é a marca do amor-pelo-amor.

Do amor tornado mito. Inventado para encobrir o sexo, amaldiçoado pela Igreja, sempre representada nos castelos. Todo homem ou cada mulher só pensa em sentir-se “personagem”. Cada uma é Isolda ou Guenièvre. E o homem é Tristão ou Lancelot. Ambos, opostos a Fedro e a Dido, que maldiziam o amor que os fazia sofrer, saboreiam masoquisticamente a sua tragédia de alienados do amor.

Então, avança o progresso da alienação do sexo — que já não vale mais por si mesmo — em benefício do Amor, que se tornou o novo Deus, e que exige ser um bem espontâneo, absolutamente gratuito. Jamais um “negócio”, como a fôra sempre. Porque ele tem as suas leis próprias. Tão bem consolidadas que, quando é preciso resolver um assunto mais grave, os amantes recorrem às famosas “côrtes de amor”, integradas por damas, poetas e cavaleiros.

* * *

Marcham os personagens dos castelos — castelãs e maridos de castelãs, triangulados com os cavaleiros — para um estilo de existência que é o auge do domínio medieval do binômio sexo-amor. Uma dissociação existencial, que faz do homem e da mulher um ser humano dúplice: instinto sexual para um lado, amor e adultério para o outro.

É a inicial estruturação do amor-doença.

Forma de comportamento que vai, daí por diante, oscilar entre a vesânia do Quixote e a frustrada concupiscência de Don Juan.

O “amor impossível”. Impossível porque é imaginário e delirante. Ou porque o amante não tem maturidade suficiente para encontrar — e dar a ela — a satisfação total numa única mulher.

E necessita, um, de trancá-la dentro dos limites da sua fantasia.

O outro, de buscá-la por toda parte, possuindo cada mulher rapidamente, uma só vez. Mas fugindo dela, tão depressa quanto possível. Como se conscientizasse uma antecipada certeza — que está dentro, invariavelmente, de todo homem donjuanesco (*) — de que não a saberá prender e encher-lhe as necessidades de amor total. Mulheres que êle deixa sem orgasmo, ao meio de uma excitação erótica apenas preparatória, decepcionando-a e não lhe abrindo a perspectiva da alegria do sexo. E, com isso, preparando-a para o comportamento poliândrico clandestino, e para a vida bovática, na qual mergulhará quase um milênio depois.

*Também esse tema, cujo desenvolvimento não caberia aqui, em simples forma de parênteses, será tratado em outro volume que se segue a este.

SANCHO VENCE
O QUIXOTE

TODO ÊSSE MALEFÍCIO — TANTO do ponto de vista histórico como do individual — fizeram os cavaleiros à mulher. E, o que era pior, fizeram-no sob a aparência de que lhe abriam, afinal, o caminho para conquistar uma justa e digna posição na sociedade.

Fenômeno que se compreende, até certo ponto, quando-se tem em conta que o cavaleiro era um personagem dissociado, existencialmente.

Porque, de um lado — o lado prático e real — êle representava um soldado, com funções bem definidas, em sua missão de “servir”. Mas, de outro lado, não passava de um personagem artificial. Inautêntico, no seu papel de fazer da mulher uma deusa. E, do amor, uma absurda fantasia.

Não há como extranhar o fato, portanto, de que a imortalização da cavalaria — com fins de retrato para a posteridade — quem a encarna, mais fielmente, não é nenhum dos milhares e milhares de cavaleiros de carne e osso, que a personalizaram e lhe deram concreta humanidade.

Quem a representa, de fato, nos anais da história universal, é uma criatura fictícia. Um personagem transposto para a literatura, como expressão de um ser que viveu na era da plena decadência da instituição, quando a cavalaria fôra de todo superada, em consequência da descoberta e aplicação da pólvora — Dom Quixote, *“El Ingenioso Hidalgo Dom Quijote de la Mancha”*.

O mesmo ocorrera antes, aliás, com outros livros-marcos da história humana.

A “Bíblia Sagrada” já refletira, numa linguagem frequentemente alegórica, a superestrutura da sociedade que assentou suas bases na propriedade de escravos e rebanhos.

Tôdas as canções de gestas e os romances do ciclo bretão retratam, expressivamente, a fase primeira da composição feudal da França.

Como os “romanceros” exprimem, na sua época, o espírito cavaleiresco do feudalismo ibérico.

E a Divina Comédia”, através das três partes que lhe integram o épico texto, transmite ao mundo, no fim da Idade Média, o retrato de uma época em que se vai desintegrando a ordem feudal-cristã na Itália.

Também assim, o Dom Quixote.

Na mensagem que dentro êle se contém, está o símbolo ideológico de uma etapa histórica.

Porque a aventura do “ingenioso hidalgo” denuncia, numa fiel transposição romanesca, os fundamentos da propriedade capitalista em estado nascente. E os da burguesia em fase de ascensão econômica e social, rumo à posse do poder político.

De fato. O livro de Cervantes encerra um inequívoco sentido de universalidade, que se contrapõe ao localismo estreito da servidão e da cavalaria. Uma universalidade que, no fundo, já anuncia, também, a universalização do regime de salário, que vai substituir, oportunamente, a norma de relações interpessoais que caracterizava a coexistência entre senhores e servos da gleba.

Talvez se possa dizer, por isso mesmo, e sem forçar a interpretação, que o “Dom Quixote”, longe de figurar o es-

tilo de reação de um simples aglomerado de homens, já transpõe a sua essência para a esfera das reações de uma classe econômico-social.

No íntimo de sua forma satírica, êle representa o brado de vitória — o segundo na história social — de uma classe triunfante contra uma classe que acabava de ser destronada.

Bem um símbolo de vitória, afinal de contas, é o comportamento do Sancho, esmagando com o bom senso, sobretudo com o seu pragmatismo, e a tôda hora, o irrealismo delirante do amo. Como se o escudeiro estivesse a prenunciar, numa intuição miraculosa do devir histórico, o processo a ser seguido pelo capitalismo mercantil, em direção ao apogeu que iria alcançar, afinal, na maturidade da era vitoriana. Emfim, o símbolo da batalha que se travaria, de então por diante, entre o racionalismo e o irracionalismo em psicologia.

O “Dom Quixote”, pois, assinala a liquidação da cavalaria. Dos cavaleiros de Suas Majestades Católicas, que serão obrigadas, daí a pouco, a se transformarem em marujos.

Porque, em realidade, aquilo que a Espanha não podia mais realizar, montada em seus cavalos árabes, a Inglaterra começaria a fazer, no bojo dos seus barcos. Os barcos que, ao invés de singrarem os mares, apenas com o objetivo de descobrir terras distantes — e delas extrair o ouro e a prata com que alimentar o fausto das côrtes e das igrejas de Castela — vão agora carregar as mercadorias fabricadas em suas manufaturas, visando à conquista e à posse dos mercados, em todos os quadrantes do mundo.

A burguesia triunfante vai, de fato, produzir o renascimento da Europa.

* * *

No auge da época que lhes determinou o aparecimento, os livros de cavalaria fizeram, realmente, o deleite máximo — o único, talvez, quanto ao aspecto intelectual — da sociedade feudal-cristã, em decadência desde o século XIII.

As gestas como a de Roland, ou como a de Raoul de Cambrai e a de Amadis de Gaule, ainda eram a leitura predileta para certos representantes do regime agonizante. Tanto para um Inácio de Loiola ou uma Tereza de Ávila, como para aquêles que, pròpriamente, encarnavam os "personagens" da sociedade dos castelos, elas mantiveram seu prestígio, por uns poucos séculos.

Mas, para a burguesia em ascensão, não podia ter significação maior tòda a literatura cavalleiresca, contada a sério. Em vez de o ser em forma satírica, como no livro de Cervantes.

Nem os Tristões e as Isoldas do ciclo bretão, nem os figurantes do "*Roman de Renart*", dos "*fabliaux*" ou dos "bestiários", podiam empolgar a atenção da nova classe. E, muito menos, lògicamente, os milhares de versos das contraditórias duas partes do "*Roman de la Rose*".

O que a burguesia queria ler, a partir do momento em que conscientizou o seu triunfo como classe, era algo que lhe exprimisse a natureza concreta de sua vitória sôbre a feudalidade.

Após conhecer as sátiras de Rutebeuf, e depois de ouvir, mais tarde, o riso de Rabelais, o de que ela precisava era da palavra do sábio e equilibrado Sancho, a dizer-lhe, no Capítulo 21 da Parte Segunda, que "com um bom cimento se pode erguer um bom edifício, e o melhor cimento do mundo é o dinheiro". Exatamente isso, se o fato é que, com a ascensão da burguesia, começava o reinado do dinheiro, tornado um deus.

Bastaria esta sentença do Sancho — se muitas outras, talqualmente sábias, não houvesse proferido — para permitir que se classifique o "Dom Quixote" como o mais expressivo livro que jamais se escreveu na história do capitalismo. Pelo menos, no sentido de retrato autêntico de uma época, de um regime e de uma classe. E, acima de tudo, do estilo de existência, então superado, no qual se processou uma falsa e contraproducente subversão dos valores relativos ao sexo, ao amor e à mulher.

Falsa porque, ao mesmo tempo que, aparentemente, tornava a mulher centro da sociedade, instilava-lhe nalma o

germe de uma profunda alienação em face do sexo. Pois a levava, assim, inevitavelmente, a supervalorizar os aspectos abstratos e superestruturais do amor. Na mesma medida em que, inculcando-lhe a ideia de uma secundariedade da atividade sexual no sentido fisiológico, bipartia-a entre a condição de mãe-espôsa-reprodutora e a de amante-sonhadora. O que a distanciaria, cada dia mais, através dos tempos a seguir, da possibilidade de tornar-se um ser único, harmonioso e autêntico.

Contraproducente, visto como a consequência de semelhante situação foi, sobretudo, o estímulo para o adultério. E — pior que tudo — um convite à astúcia e à sinuosidade de comportamento, que dela acabariam por fazer um ser inseguro. Sem liberdade e sem coragem de ser ela mesma. Até torná-la dúplice e neurosada, como se apresenta, em geral, na sociedade de hoje.

O SEXO DEVORA A IGREJA

NESSE PERÍODO DE TRANSIÇÃO HISTÓRICA, que separa a chamada Idade Média da era do Renascimento, e abrange os séculos XIV e XV, emerge no seio da cristandade uma crise ética.

Um processo crítico que se pode qualificar de místico-erótico, pelo que nele se denuncia, mascaradamente, de uma necessidade mais ou menos inconsciente de conciliar os termos de uma contradição antagônica. De um lado, as interdições oficiais da Igreja em relação ao pleno exercício da vida sexual. E, de outro lado, o irreprimível impulso a liberar, ainda que sob a forma de uma contrafação, aquilo que mais pesa, depois da fome e da sede, na vida instintiva do animal e do homem.

Tal crise ética, por isso mesmo, não se limita, em sua necessidade de exteriorização, a violar os puros princípios do cristianismo originário. Sob a forma direta da corrupção aberta, que só à nobreza e ao clero dá o direito de apascen-

tar sua lascívia, em tôda a plenitude que a Igreja nega aos que vivem do trabalho.

Ao invés disso, o que surge por então, nessa época de transfiguração do cristianismo como sistema de comportamento em face da atividade sexual, é uma tendência às reações sinuosas e às atitudes mascaradas. Uma técnica de sublimação do instinto que, por mais tortuoso que seja o seu mecanismo, não logra esconder a tônica obsessiva do sexo, que domina os representantes da Igreja.

Procure-se penetrar, por exemplo, a posição dos chamados "casuistas".

O que se vê é que êsses doutores em teologia — que se ocupam dos casos de consciência, como os psicanalistas de hoje se emaranham e obsedam no estudo charadístico dos casos do inconsciente — polarizam tôda a sua atenção, maciçamente, na temática do sexo. E com uma paixão só passível de encontrar-se entre os freudistas mais ortodoxos e sectários.

A pretexto de melhor concretizarem as instruções aos confessores, através dos quais a Igreja busca plasmar o espírito leigo ao modelo das essências que o Papado impõe aos seus ministros, os casuistas se afundam na obsessão do sexo. E verbalizam o erotismo, com um requinte que tem algo de uma composição psicopatológica, onde se misturem o exibicionismo e uma espécie de masturbação mental. Quase um trabalho de sistematização didática da pornografia, à custa da Igreja, e a título de defendê-la.

Como é exemplo assaz eloquente o caso das "Diaconais", coletânea de instruções eclesiásticas, devidas à autoria indiscutida do bispo Jean Bouvier — um nome que o Laousse Enciclopédico omite, muito de espécie — cuja "viuva", chamada Bodegesila, celebrizou-se pela crueldade místico-erótica. Pois, querendo cultuar ao máximo seu respeito à memória do "marido", tornou-se tão feroz que, por qualquer nonada, castigava os homens, mandando cortar-lhes "as partes naturais com a pele da barriga e tudo", e, as mulheres, fazendo-lhes queimar "com ferro em braza as partes secretas do corpo".

Nesse manual católico, o bispo de Le Mans, talvez contemplando o artístico côro gótico que tornou famosa a sua catedral de Saint Julien, escreve assim os seus conselhos aos devotos: Que não se tome o banho completamente nu — aí, quem sabe, o germe do desentusiasmo dos francêses pela ablução global do corpo. “Que não contemplem, por ser pecado mortal, com complacência, os peitos nus de uma mulher formosa”. Que não cheguem jamais a “abismar-se na contemplação de uma pessoa bela do outro sexo” — onde está implícita a permissão para “abismar-se”, quando a contemplação for de ordem homosexual. Que, como recomendam as ordens de Santo Tomás, não se esqueçam de que a cópula, fora do casamento, é pecado mortal. Como pecado mortal, igualmente, é “interessar-se pela leitura dos livros... vulgarmente chamados romances”. A menos que o leitor, friza o bispo de Le Mans, já tenha certa idade, um temperamento tranquilo, e só o faça para instruir-se e adquirir conhecimentos.

Mas os casuistas vão mais longe ainda.

Hostilizam e condenam os poetas que cantam coisas de amor. E, principalmente, as representações teatrais, a respeito das quais muitos casuistas falam em excomunhão, como a Igreja fizera, no princípio do século IV, quando o Concílio de Arles considerou atores e atrizes como “seres infames, que não podiam receber os sacramentos, nem à hora da morte”.

Deblateram assim os casuistas quando falam de teatro. Embora não se esqueçam, aí, de fazer umas tantas ressalvas — expressivas ressalvas... — em relação àquêles que assistem às representações em circunstâncias especiais, qual o caso dos reis ou príncipes, que precisam conquistar a simpatia dos súditos.

Nas instruções sobre a vida conjugal, entretanto, é onde os casuistas mais se expandem, ao mesmo tempo que revelam o seu profundo conhecimento do sexo.

E quem ler os escritos mais importantes da época seguinte — Sanchez, o Cardial Poussset, Gury, Rousselot — terá de reconhecer que o “*Ars Amatoria*” e o “*Khama-Suthra*”, comparados com êles, parecem livros para cole-

giais, tamanha e tão segura é a exposição dos requintes cabíveis antes e durante a cópula. Todo um apurado conjunto de técnicas — descritas minuciosamente, a pretexto de ensinar como as proibir — que poderia ser estruturado em um verdadeiro Tratado. Uma descrição de arte erótica, onde se recrimina, de passagem, a prática do “coito interrompido” — aí chamado pelo seu verdadeiro nome bíblico: Pecado de Onan — numa curiosa intuição do caráter psicopatológico que, séculos depois, Freud viria atribuir a semelhante meio anti-concepcional.

• • •

Dados outros existem, além desses, e muito instrutivos, para permitir uma compreensão mais ampla e profunda do problema medieval do sexo e do amor.

São aqueles que não se limitam ao espírito da época. Mas transcendem dela e vão pêsar, de certo modo, na formação do espírito da Renascença.

Um deles — o mais grave, do ponto de vista existencial — refere-se à violenta recrudescência da marca essencialmente pessimista do espírito judaico, que ficara no fundo do cristianismo. Isso, no que toca ao seu sentido telológico, que abstrai a existência concreta e imediata como fundamento principal das razões que o homem sempre tem para querer viver. E, permanentemente vinculado à ideia do pecado original, faz a eterna pergunta metafísica, sobre se a vida é um bem ou um mal.

Donde o sexo encerrar, então, um irreduzível sabor de maldição, com o efeito que se denuncia no ato de expulsão do Éden, por não haverem Adão e Eva sabido respeitar as condições da paz paradisíaca.

E donde, também, o expressivo fato de que, na Idade Média, a Igreja dava a sua bênção à geração do ser humano, porém, ao mesmo tempo, contraditória e paradoxalmente, gritava o seu anátema contra os órgãos anatômicos sem os quais seria impossível gerar o Homem.

Pois São Bernardo — teólogo que pregou a Segunda Cruzada, e que encarna uma como que negação do grande

Abelardo — não afirmava, em comêços do século XII, que “o homem não passa de um fétido esperma”?

Não é à-toa, por outro lado, que certos autores lembram que, em pleno século XVIII, no “Tratado da Natureza” — obra pinacular das ciências naturais da época — Lineu exclui do texto, como “coisa abominável”, a descrição da genitália feminina.

Bem em contraste, diga-se de passagem, com aquêlê inteligente e corajoso frade Retramme, que, em meados do século IX, defendia com veemência a forma “natural”, do nascimento do Cristo.

Por êsse, e por tantos outros motivos, é que se pode propor a tese de que a Igreja medieval representa, sem exagêro, a fonte geradora de tôda estrutura neurótica da sociedade ocidental contemporânea.

Esta sociedade cuja base, ao menos em parte, repousa na contradição dialética entre o Velho Testamento — “Crescei e multiplicai-vos”, que é como dizer: Crescei e copulai — e a guerra de morte desencadeada contra o sexo, impondo a abstinência carnal sob a ameaça de queima no inferno.

Mas a abstinência da cópula propriamente dita, natural, entre macho e fêmea de carne e osso — é bom frizar êste ponto.

Porque, na face oposta à de semelhante interdição, e sob o efeito brutal da natureza animal do ser humano, o instinto apenas buscava máscaras para realizar-se. As mulheres, como espôsas que se dirigiam ao Cristo, ao Cristo falavam, muitas vezes, na mais desabridamente erótica das linguagens. E os homens, nos conventos da época — como de tantas feitas se protestou nos concílios — chafurdavam na bestialidade ou na mais descarada pederastia.

O Diabo Assume o Sexo

UMA ÉTICA AS AVESSAS

APOGEU DA ATTITUDE OBSESSIVA da Igreja contra o sexo — e tudo que com êle se relacionasse, mesmo quando transfigurado em arte ou poesia — assinala-se como um dos momentos mais odiosos da história do amor ocidental.

Tanto mais odiosa quanto é verdade que, misturada ao misticismo induzido, senão imposto sob coação e ameaça do inferno — admitida a tolerância, apenas, e com estreitas limitações, para a atividade sexual dentro das fronteiras do matrimônio — a Igreja criou, para os crentes da época, algumas trágicas alternativas.

Como esta, por exemplo: Mãe casada = mãe honrada. Mãe não casada pela Igreja = mãe indigna. Esta indignidade, estendida à prole inteira, já que aos seus descendentes ficavam vedadas certas atividades e carreiras, inclusive a sacerdotal. Sem falar de alguns paradoxos revoltantes, no gênero daquele conceito segundo o qual a mulher amasiada,

quando traia o companheiro, não era considerada em cometimento de falta grave, equivalente em tudo ao adultério.

Na verdade só quem tinha a liberdade de usar — inclusive, ou sobretudo, de abusar — o gôzo pleno da vida sexual, era a gente credenciada como integrante das altas classes.

O Papa Sérgio III, por exemplo, em seus três anos de pontificado, podia fornicar à vontade sua bela Marozia. Até semear-lhe nas entranhas aquêles que, mantido oculto pela mãe até os vinte e um anos, só deixou o carcere privado no dia de assentar-se no trono de São Pedro, com o nome de João XI. Um jovem papa que acabou por amasiar-se com sua tia Teodora, de quem se diz que teve um par de filhos.

E o papa Bonifácio VIII, que, ao mesmo tempo que vivia às turras com Felipe, o Belo, se entretinha em desfrutar e emprenhar suas duas sobrinhas.

Idem, o santíssimo João XII, morto a pauladas por um desgraçado marido, na hora mesma em que foi pilhado em flagrante, em pleno Vaticano.

Sem falar de Benedito XII, que, por volta de 1340, fez Petrarca fugir de Avignon, coberto de vergonha, ao descobrir que sua irmã era amante teúda e manteúda do Papa.

• • •

Gente assim, de tão alta jerarquia e santidade, só ela é que tinha livre direito a usufruir as delícias do sexo, independentemente de qualquer sacramento propiciado pela Santa Madre Igreja.

Ao passo que o rebotalho humano que mais tarde iria chamar-se o Terceiro Estado, êsse, vivia o sexo apenas em termos de reprodução. Ou, quando o fazia como simples resposta a uma necessidade de prazer genital — e sem a bênção formal de Deus — alcançava o seu orgasmo debaixo de uma sensação de medo do Inferno e de nojo final de si mesmo.

A não serem aquêles que, em certo momento da evolução histórica, principiaram a organizar-se em seitas, cujo programa defendia uma volta decidida ao cristianismo primitivo, quando não ao próprio paganismo greco-romano.

Pois, que eram, afinal, todos os múltiplos movimentos heréticos que se processaram ao longo da Idade Média?

Mera ânsia de reforma comunista? Apenas ideia de um retorno ao passado, e um protesto contra os males da propriedade, sob a influência de certas palavras do grande Santo Ambrósio?

Sòmente isso, não.

Foram também, em grande parte, sob o ponto de vista humano — numa disfarçada reação contra a vesânia anti-instintiva da Igreja — uma verdadeira luta pela reintegração do sexo na essência da condição humana.

Os heréticos cátaros — na França designados com o rótulo então ultrajante de “albigenses” — parece à história que só lutaram por combater o fausto agressivo da còrte dos Condes de Toulouse. Por acabar com os sacramentos, a missa e o clero. Assim como pela derrubada do militarismo da época e de qualquer espécie de autoridade. E, sobretudo, contra a propriedade privada, que isto foi o que provocou, antes de mais nada, a organização da 4.^a Cruzada, ordenada em 1208 por Inocência III, figura exponencial e culminante do poder pontifical na Idade Média.

Uma heresia entre cujas regras, porém, a que mais se destacava, segundo um teólogo francês do século XII, era aquela que, afirmava “que o casamento era contra as leis da natureza”.

Tanchelin, por sua vez, que viveu longo tempo na Antuérpia — pátria de Van Dick, mas também considerada o berço dos descendentes do rei Príapo — dirigiu sua heresia, de modo quase exclusivo, no sentido da exaltação do erotismo. Onde a sua seita, cujo batismo se fazia com as águas em que o próprio heresiarca se banhava, ser geralmente conhecida sob a designação de “Libertinos de Antuérpia”, cujos detalhes história está narrada no livro de Georges Beckoud — “*Les Libertins d'Anvers*”.

Mesmo os Valdenses, por mais que a literatura comunista sectária aponte, como essência primeira do movimento, a luta contra a propriedade privada, o de que mais cuidaram — ao lado da declarada ânsia de perfeição psíquica e moral — foi de viver livremente a vida erótica.

E os Templários, ordem religioso-militar riquíssima, que se tornou financiadora do Papa, e cuja regra proibia relações com mulheres. Ao passo que as permitia com outros homens, os quais eram iniciados com uma cerimônia mistico-erótica, em que o sacerdote magno beijava os neófitos na boca e nas partes pudendas. *In fine spinal dorsi et in virga vigili*. Conforme o descreveu Hugo Baris, a propósito de seu próprio batismo, a fim de os denunciar à Igreja, que acabou por levar o Papa Clemente, sob coação do rei da França, a preparar-lhes uma guerra surda, que fez queimar nas fogueiras da Inquisição uma grande parte dos sectários.

• • •

Os exemplos da obsessão sexual, que dominou de ponta a ponta essa época, são de uma riqueza imensa, em tôdas as seitas eróticas que pulularam na Idade Média.

Todavia, para quê ir buscar, no lado oposto ao da ortodoxia católica, entre heréticos e revolucionários, os documentos psicológicos mais adequados à temática do presente capítulo?

Para quê, afinal? Se bem dentro da Igreja, na segunda metade do século XIV, vivia Santa Catarina de Sena, que, nos extremos paroxísticos dos seus estados de êxtase, chegava à comunhão carnal com o Cristo.

Também, Santa Teresa de Avila, reformadora tirânica e criadora dos carmelos, assim como expressão da mais remota poesia cristã. E cujas alucinações eróticas não a impediram de ser chamada, pela Igreja que a canonizou, de "A Virgem Seráfica". A despeito de todos os transcendentos orgasmos que lhe provocou o Cristo, por ela tão inequivocamente caracterizados, quando confessa que, nessas "tão violentas efusões de ternura", é "de temer que os sentidos tomem nelas uma parte demasiada", e a ponto de chamar o Cristo de "êsse espôso lascivo".

E Santa Maria Alacoque que, se no reinado de Luiz o Grande, vivia abraçada por violentas alucinações genitais, em suas batalhas eróticas com o Cristo, tempos depois, já

durante a Terceira República, era em 1920 canonizada pelo Papa Benedito XV.

O que se vê, portanto, dentro desse processo de evolução da sexologia medieval, é sempre um conjunto de mecanismos de compensação e adaptação psíquicas, destinados a liberar, direta ou indiretamente, a força do instinto que a Igreja pretendeu, a todo custo, suprimir e reduzir a nada.

Mecanismos que davam a impressão, como no caso das seitas eróticas de aparência política, de fazerem reviver o espírito de chefe revolucionário que caracterizou o comportamento do Cristo. Tamanha era a veemência que os prosélitos punham na sua pregação, e no cego propósito de verem concretizados os seus ideais.

Ou que explodiam, na maioria das circunstâncias, em puras contrafações místico-eróticas, no gênero das que, como foi o caso das santas citadas, não ousaram transpor, de modo claro, a barreira da corrupção e da libertinagem em que chafurdaram, por essa época, muitos e muitos elementos da nobreza e do clero.

Sem falar daqueles outros mecanismos, não menos patológicos, talvez até muito mais, em que o instinto sexual, ao invés de transfigurar-se em torno dos objetos de culto divino propriamente dito, polarizaram-se dramaticamente na figura do Diabo.

O SEXO E
O DIABO

NA IDADE MÉDIA, A CERTA ALTURA do desenvolvimento histórico, o sexo voltou-se para o Diabo.

E o Diabo empalmou o comando da cristandade.

Por isso, todo o macabro edifício da demonologia medieval repousa num complexo de mecanismos psicológicos, que vão, da "projeção" e da "racionalização", à "realização imaginária do desejo".

Tudo à base, já se vê, de uma contradição dialética do ser humano.

Dêsse atormentado ser, que, sob o pêso da axiologia cristã, foi obrigado a alienar seu instinto sexual. E transferir para outro objeto, de um ou de outro modo, a culpa que a natureza lhe impôs, de possuir um sexo ativo, biologicamente exigente. Isto, para não falar, letra a letra, a linguagem dos psicanalistas, êsses demonólogos da idade contemporânea. Mas utilizando-a, em seus aspectos aproximadamente dialéticos.

Donde se ter o direito de dizer, sem rodeios, que foi a Teologia que fabricou a Demonologia.

E gerou-a, certamente, ao criar uma técnica psicológica, mais ou menos inconsciente, que pudesse proteger os próprios teólogos contra as suas tentações sexuais. Capaz de ajudá-los a fugir das torturas que lhes resultavam, no mais fundo da consciência, da inumana abstinência imposta pela Igreja. O que só podiam lograr, e em parte, alienando-se e projetando sobre o Diabo toda a culpa do seu sexo.

Alienação e transferência que, no fim da Idade Média — muito especialmente nos séculos XIV e XV, que marcam a etapa pré-renascentista — acabaram por fazer, da base psicológica do prestígio do Diabo, o instrumento mais adequado a colaborar na corrupção da Igreja e das altas classes possuidoras.

Nessa época, de fato, os conventos e os palácios episcopais tornaram-se, durante as noites, centros das mais abertas orgias.

E nenhum historiador honesto ousará negar essa realidade, convencendo os ingênuos de que é pura ficção o bom-viver que Rabelais atribue, nos Capítulos de LII a LVIII do Livro I, aos monjes e monjas que Gargantua apresentou com a *"Abbaye de Thelème"*, cuja única regra *"n'estoit que cette clause: FAY CE QUE VOULDRAS"*.

Fazer tudo que lhes aprouvesse? Pois era isso, justamente, o que faziam os príncipes da Igreja, emparelhados com os representantes dos castelos. Eles, que se permitiam o abuso de distribuir a justiça "divina", com a mais ostensiva iniquidade.

Mas toda essa injustiça, no fundo, já traduzia uma variante que o destino da fé cristã ia seguir. Denunciava uma possibilidade de transferir para o Diabo todas as más ações que Deus condenasse. E, com isso, assegurar aos ricos o direito de cometerem as mais absurdas violências sexuais. Ao mesmo tempo que, aos pobres, se negava até o direito de verem punidos, dentro dos princípios da ética cristã, os autores dos defloramentos e estupro de suas filhas e esposas.

Justamente por isso, com certeza, começa na Euroça, ao longo dessa etapa histórica, uma revolução psicológica de

gravíssimas consequências para a conservação dos dogmas fixados por São Paulo para a Igreja do Cristo.

Porque o povo há de se perguntar, em meio a semelhante subversão teológica, quem é o culpado de tanta iniquidade.

Deus ou Diabo?

E quer saber qual dos dois, afinal, é o todo-poderoso, de fato.

Na resposta à dilemática pergunta, que principia a tumultuar, conscientemente, a alma dos que sofrem as consequências objetivas de semelhante estado de coisas, começa a elaborar-se um processo de reação. A explicação vai surgindo, em forma de uma alternativa não menos perturbadora, porque de sentido escatológico.

Uma alternativa que, a pouco e pouco, assume o caráter de uma firme polarização solucionadora, com a vitória do Diabo e do seu ilimitado poder.

Então, para uns, o Diabo se faz centro de convergência dos ódios, por sua condição de anjo rebelado. Culpado único de tudo que represente o mal. Abominável inspirador de erros e crimes dos próprios ministros da Igreja, distribuidores da justiça "divina".

Para outros, entretanto, por isso mesmo que ele se impõe como força suprema, capaz até de contrapor-se à de Deus, o Diabo se transforma numa divindade invencível.

Tôda uma nova forma de misticismo — misticismo cristão virado pelo avesso — avassala a Europa. E empolga a cristandade inteira.

Um misticismo satânico, supervalorizado pelo fato de que, ao menos em matéria de sexo, o Diabo é um aliado do ser humano.

E ao Diabo aderem, escandalosamente, tanto sacerdotes e homens ricos, como alguns crentes considerados já em odor de santidade.

Aí, o Diabo triunfante, encarnado nas múltiplas formas de "íncubos", passa a visitar, em horas propícias, as mulheres que o cristianismo eclesiástico obriga a reprimir seu instinto sexual.

Primeiro, e principalmente, os íncubos se intrometem nos conventos de monjas. As criaturas que mais dêles precisa-

vam, com certeza, sob o ponto de vista fisiológico. E o que se vê, então, em número sempre maior, são ventres em crescimento, sob os panos largos dos hábitos monásticos.

Mas não só as monjas se entregam e acreditam em tais estrepolias do Diabo.

Até mesmo gente de condição elevada, sob o ponto de vista cultural, deixa-se empolgar pela verossimilhança de sua existência sexual tão ativa.

Quando um beneditino escritor, Gilbert de Nogent — autor da “História das Cruzadas” — é capaz de afirmar, por escrito, que “de todo lado, acorrem exemplo de demônios que conquistam as mulheres e se deitam em suas camas”, que esperar da massa analfabeta dos servos? Pois se até um homem da estatura intelectual de Martinho Lutero declara, também por escrito, que o Diabo “possui o poder de atrair as virgens e de nelas produzir diabretes”.

Como não haveriam as classes tôdas, particularmente a mais baixa, de se deixarem empolgar pela atividade genital do Diabo?

Tanto mais que semelhante crença corresponde, em última análise, a uma espécie de tentativa, mais ou menos inconsciente, de liberação do pêso opressivo das regras com que a Igreja decidira esmagar e desumanizar tôdas as mulheres. E a respeito da qual existe uma abundante literatura, que não é meramente historiográfica, posto que encerra dados para um estudo psicológico — e, sobretudo, psicopatológico — de tão grave fenomenologia histórico-social.

Porque a verdade é que, sob o domínio incontrastável do Diabo no mundo cristão da época, as mulheres “realizam” objetivamente o seu instinto sexual.

Só imaginariamente, algumas vezes.

Outras vezes, bem concretamente, quando os íncubos são homens de carne e osso, que sabem explorar, atrevidamente, a atmosfera mística — quase se poderia dizer: onírica — em que vive a cristandade em face do Diabo. Com semelhante contrafação psicológica, feita de racionalização e de realização do desejo, as mulheres se vão bastando sexualmente, com o anjo rebelado feito homem. O que vale dizer: elas alcançam o orgasmo, que a Igreja proíbe, sem o tormento

de um sentimento de culpa. Sem responsabilidade: portanto, sem ideia de pecado.

Dêsse modo alienada a responsabilidade em face do que lhes interdita a Igreja, virgens são defloradas, livres de quaisquer conseqüências de ordem ética. Mulheres casadas se deixam violar pelos incubos, em cima do próprio leito conjugal, na presença dos maridos em pleno sono. Ou que, mesmo despertos, são obrigados a assistir atônitos ao espetáculo, inermes diante dos que lhes possuem as espôsas. E até aquêlas que, em sua época, eram julgadas meio-mulheres e meio-santas, não escaparam dêle. Como no caso da Abadessa Madeleine de la Croix — monja sereníssima que a Igreja apontava, já em vida, como destinada à canonização — e que acabou por confessar, um dia, que, durante quarenta anos, fôra amante do Diabo.

O sexo vencia, ainda que tortuosamente, o sécular recalque, e tôdas as mulheres, fossem nobres ou plebeias, vulgares ou semi-santas, podiam ter, enfim, o seu instante de alegria sexual, nos braços do novo deus.

Não se pense, entretanto, que só para as mulheres êle representasse algo de muito significativo, sob a alegação de que a condição feminina se encontrasse ainda numa fase de evolução intelectual inferior à do homem.

Porque, em matéria de encarnações do Diabo em forma de incubos, chegaram as coisas a tais extremos de importância social que, numa conferência realizada em Paris, por volta de 1630, sob a presidência de Théophraste Renaudot — médico ilustre e fundador da "*Gazette de France*" — foi acaloradamente debatido êste grave tema: "Pode o Diabo procriar?"

• • •

Entre parênteses, parece que é a ocasião de formular uma importante pergunta, para melhor compreensão do tema.

Por que o Diabo, em sua atividade, era quase que exclusivamente um incubo, ao passo que, só excepcionalmente, assumia a forma de "súcuba"?

A resposta plausível é de grande singeleza.

É que os homens, naquela época como na de hoje, não tinham a obrigação imperativa de reprimir a vida sexual. Não necessitavam, portanto, recorrer à tortuosa solução de esperar que o Diabo vestisse saias, para vir suspendê-las, secretamente, à hora de um paroxismo da excitação sexual.

Bem ao contrário. Até mesmo quando se tratasse de cada representante oficial de Deus sobre a terra, que, em certa medida, dispunha dos meios mais fáceis de *décharger ses vases*, para usar a crua expressão do sábio Montaigne.

E as raras súcubas, quando eventualmente apareciam, só se abalançavam a atormentar os "santos", os sacerdotes mais puros, os devotos neuróticos. Sòmente aquêles, pois, que não se permitiam, tal o caso das mulheres, o direito de satisfazerem corajosamente as suas necessidades sexuais.

Dos Borgia Às “Preciosas”

O "SABBAT" E A "MISSA NEGRA"

O PRESTÍGIO DO DIABO, DURANTE séculos e séculos da Idade Média, avulta entre as maiores tôrças que dominam o espirito humano em tôda a cristandade.

Mas, onde êle atingiu a culminância, ostentando a sua invencível supremacia — na razão inversa em que se ia minando e destruindo o reinado do Deus cristão — foi no espetáculo do sabbat". E, mais ainda, ao amanhecer do século XIV, no dos ritos que se estruturaram ao modelo das "missas negras".

Na sua forma primitiva — a do "sabbat" pròpriamente dito — essa apoteose do Diabo fez reviverem, quanto à sua aparência, e com feição histórica adequada, normas antigas de mistérios orientais. Quanto à essência que as determinava, parece que representavam, acima de tudo, uma explosão politica de protesto inconsciente contra as iniquidades em que a Igreja se desmandava.

De certo modo, nas profundezas de sua reação anímica coletiva, guardava até qualquer coisa de equivalente ao que se concretizara na fase mais primária do cristianismo em Roma.

Uma reação compósita, portanto. E na qual se misturavam, por um lado, as necessidades de culto do sobrenatural, peculiares a um grau de intelectualização ainda incapaz de sobrepor-se ao pensamento pré-lógico e mágico. Por outro lado, algo como o sentido que encerravam as reuniões nas catacumbas romanas, onde os escravos da época, os camponeses, os heréticos mais apaixonados, os múltiplos tipos de marginais, estabeleciam encontros noturnos, com a finalidade de extravassar sua rebeldia contra o atual estilo pelo qual distribuía justiça o poder eclesiástico.

Certamente por isso, o "sabbat" englobava todos os aspectos gravíssimos de uma aberração sexual coletiva, onde a licenciosidade se confundia com as mais loucas manifestações de brutalidade e sadismo místicos.

À meia-noite de sábado, numa clareira da floresta, entre as cruzes de um cemitério, ou no interior de algum castelo abandonado, iniciava-se o espetáculo a um só tempo tétrico e lúbrico. E o seu primeiro ato era o aparecimento do Diabo, encarnado em um dos feiticeiros. Ou simbolizado num animal provido de chifres, que entrava em cena, puxado por uma feiticeira nua, como nus tinham de estar também todos os comprimários do festim.

Depois, ajoelhados os neófitos aos pés da divindade satânica, estão eles obrigados a jurar que renegam o Deus da Igreja de Cristo. Juram respeito ao Anjo Rebelado, e abjuram todos os princípios que servem de base à dogmática cristã.

Iniciados a partir do instante em que o Diabo — após ser beijado até nos órgãos genitais — lhes impõe o *stigma diaboli*, chafurdam na dança e nas libações.

Então, começa o lascivo festim. Feito de libidinagem, de cópula, e dos mais inconcebíveis atos de crueldade.

• • •

Com o correr dos séculos, repetidos e multiplicados os espetáculos pela Europa inteira, o “sabbat” evolve na composição de sua liturgia. Até assumir, na pré-Renascença, a forma da “missa negra”, que, esta, já representa uma caricatura mais detalhada, quase rigorosamente desenhada sobre as linhas fundamentais do rito católico.

Também de preferência em torno da meia-noite, e geralmente ainda num sábado, os devotos vão chegando, em grupos maiores ou menores, ao desvão de um bosque ou qualquer recanto escuro e distante.

Fazem o sinal da cruz, de trás para diante, às avessas da persignação ortodoxa. E após mergulhar a mão esquerda num recipiente cheio de urina, em substituição à água benta.

Depois, deglutem a hóstia da “infernai iniquidade”. Uma hóstia fabricada com a farinha que o sacerdote amassa sobre as nádegas da “rainha”, virgem nua, que permanece estendida, de bruços, no meio dos fieis.

Na missa negra — como já o era no simples “sabbat” — sempre a mulher é o centro exclusivo da cerimônia. Ou, pelo menos, o seu ponto principal.

O sacerdote amaldiçoa-a, por causa do seu sexo. Esse mesmo sexo, em função do qual o próprio sacerdote vive, obsessivamente, como os outros homens.

E, em seguida, embriagados todos — de vinho, de luxúria e de misticismo — desencadeia-se a fúria dos instintos reprimidos.

Porque, no auge do festim, até o incesto se torna livre. Pais defloram suas filhas impúberes. Irmãos em cópula com as irmãs. Mães desnudas, a cornear os maridos com seus próprios filhos imberbes.

Afinal, à hora da grande ceia, quando é o climax da embriaguês e da loucura místico-erótica, os endemoniados devotos entregam-se, desvairados, ao extremo excesso de comerem as criancinhas que, naquele dia, hajam morrido sem o sacramento do batismo.

Não se pense, contudo, que semelhante degradação da religiosidade se enquadre, exclusivamente, nas convencionais fronteiras cronológicas da Idade Média e da pré-Renascença.

Longe disso. Em pleno reinado de Luiz XIV, o Grande, quando já ia em marcha avançada o processo de formação dos grandes estados monárquicos, as missas negras ainda infestavam a França.

A famosa feiticeira Catherine Deshayes, viuva conhecida como "*La Voisin*" — queimada viva em 1680 — era o elemento dominante, dentro da área de Paris, nesse gênero de religião mórbida.

Está mesmo documentado o fato de que sua casa famosa, pelo menos uma vez, foi visitada pela então favorita do rei, Françoise-Athénaïs de Rochechouart. A célebre Marquês de Montespan, que, nesse antro da Voisin, se pôs nua e deitou-se sobre o altar satânico. Enquanto o padre Guibourg depunha o cálice do vinho sagrado sobre o seu ventre semi-real, beijando-lhe o corpo, voluptuosamente, em todos os momentos que o ritual católico manda que o oficiante oscule o altar. Isso ao que informa o Dr. Legué, no seu livro "*Médecins et Empoisonneurs*", onde estuda o devasso padre Guibourg, que se notabilizou, também, pelas suas escabrosas "missas do esperma", cuja hóstia era fabricada com uma mistura de trigo, de esperma e de sangue menstrual.

Como não se deve imaginar, muito menos, que os tradicionais "filtros de amor" fossem apenas um privilégio da Idade Média mais alta.

Pois, já adiantado o século XIII — às vésperas do advento dos Valois, espécie de limitação oficial do medievo — a história ainda registra fatos dignos de nota, quanto a "enfeitiçamentos de amor".

Tal o de Guichard, o frascário bispo de Troyes. Praticante desabusado de tantos vícios e crimes, que foi responsabilizado pela morte de Joana de Navarra, esposa de Felipe, o Belo. Bem como apontado autor da morte da rainha Branca, mãe de Joana, a quem Guichard procurou,

primeiro, enfeitiçar de amor, a fim de possuí-la. E, depois, não o conseguindo, acabou por assassinar. Pelo que foi o bispo recolhido a uma prisão de Paris, acusado de enfeitiçamento, conforme se pode ver, na biblioteca da *Académie d'Inscriptions et Beaux-Artes*, lendo a memória que lhe foi apresentada pelo conhecido político François-Antoine Boissy d'Anglas, presidente da histórica Convenção de 20 de Maio de 1795, que encerrou a época do Terror.

O SEXO BUSCA
O AR LIVRE

A CAVALARIA LOGROU SER, NÃO HÁ dúvida, a mais típica instituição medieval. Não apenas quanto ao seu aspecto de força militar organizada, visando à sustentação de um regime econômico e político.

Além disso, significou algo de muito importante em relação ao estilo de relações inter-pessoais, sobretudo entre o homem e a mulher. Pois a cavalaria produziu efeitos decisivos, na dinâmica do grupo social familiar, posto que cada castelo, afinal, representava um microcosmo.

E, dentro de cada castelo, onde eram os cavaleiros que dominavam, ao lado dos aspectos religiosos e militares da época, do espírito de aventura e heroísmo, eles concorreram decisivamente para uma valorização da mulher.

Uma valorização, cabe dizer, que era em si mesma contraditória e inautêntica. Pois, de um lado, quando funcionava a parte animal do ser, o cavaleiro se dava todo à tarefa de cevar a concupiscência, mesclada de misticismo, nas

castelãs que se enfiavam dos seus maridos. O que tornava o adultério em instituição normal. Mas, de outro lado, levava o cavaleiro, intoxicado pela literatura dos trovadores, a se ajoelharem aos pés da sua amada, para falar-lhes de Tristão e Isolda, amando-a sob a inspiração da Virgem, que era o modelo da época, ainda quando se tratasse de alguma mulher decaída. O que está bem figurado, embora com traços de caricatura, no Capítulo Três da Parte Primeira do livro de Cervantes, por ocasião do encontro do Quixote com as duas rameiras, que ele trata como refinadas fidalgas, aconselhando-as a que não tenham medo nem fujam, porque "a ordem da cavalaria, que professo, manda que a ninguém ofendamos, quanto mais a tão altas donzelas".

• • •

Ao longo do século XIII, porém, na Europa se iniciara um largo e fecundo processo de transformação econômica, cujas consequências sociais e políticas não tardariam muito.

O comércio principiava a intensificar-se. E a modificar-se, qualitativamente.

Isso, embora ainda se fizesse êle, predominantemente, à base da troca específica de mercadorias, já que era escassa a quantidade de metais para cunhar moedas, até a época em que as navegações normalizaram a extração do ouro e da prata, nos novos pedaços de mundo que surgiram nos mapas, com os descobrimentos.

Transfigurava-se a Europa. Principalmente ao despontar o século XIV, que ia liquidar a cavalaria como força militar, em função da descoberta e aplicação da pólvora.

É a partir daí, que começa o domínio da burguesia.

O homem deixa, então, de ser o prisioneiro de um castelo. Ou, pelo menos, o dependente extra-muros do castelão, que exerce todos os poderes sobre os servos.

Agora, êle é o habitante de uma cidade — dos antigos burgos, que vão crescendo, como cogumelos, em torno dos castelos — feita de ruas, de lojas, de oficinas, de bodegas, e até de universidades.

Por isso, o sábio Sancho, encarnando a burguesia em ascensão, só pensa nas vantagens materiais e palpáveis que a vida lhe podia dar, à hora em que abandona o cargo de governador da ilha — Capítulo 47 da Parte Segunda — e declara que “ofício que não dá de comer a quem o tem, não vale dois caracois”. Como quem quer dizer que nada vale um título de nobreza, a partir daquela hora em que ser nobre, afinal, já é sinônimo de decadência e empobrecimento.

Vai começar a luta — progressivamente mais áspera e irreversível — da burguesia contra os reis e os senhores feudais, simultaneamente.

As lutas sociais em forma de heresias e de guerras camponesas.

Todo o grande movimento histórico, que culminará na decomposição do agonizante Império Romano-Germânico.

Como também do Papado, que já não tem mais forças, sequer, para asfixiar no nascedouro as grandes línguas nacionais, que vão crescer por toda parte. E evolver, até o ponto de tornar em língua morta o latim, que é o idioma oficial da Igreja.

É o capitalismo que nasce.

Um novo sistema econômico — que cresce e vai seguir o seu destino — em cuja essência a mola real de tudo se resumirá no dinheiro. O dinheiro, novo deus que levará consigo para diante as ciências e as artes, o comércio e a indústria, rumo a uma nova estruturação da Europa, tanto econômica e social como política e ideológica.

• • •

Como revolução histórica, o Renascimento costuma ser tratado, nos livros e enciclopédias, à base de um lugar comum, que o define por demais estreitamente.

Ou, pelo menos, subvertendo a hierarquia de seus valores — dando por primárias as causas que são secundárias — ele é definido como um movimento de puro sabor idealista.

Algo que se apresenta como simples tentativa de afirmar a liberdade de pensamento. E de oferecer novos meios de expressão, com o fim precípua de valorizar o homem, fazendo-o reviver o estilo antigo e tornando-o verdadeiro centro do mundo.

Mas o que êle traduzia, na realidade, era a necessidade de dar à burguesia, de direito, a fôrça de domínio que ela já tomara, de fato, à nobreza feudal e ao clero, na mesma proporção em que o poder econômico se fôra transferindo, através dos muros de cada castelo, para as mãos daqueles que, agora, se identificavam como os donos dos novos meios de produção.

Todavia, o movimento que se corporifica com o Renascimento não se restringe, apenas, a êsse aspecto estritamente econômico, que o materialismo histórico lhe atribui com uma rigidez algo metafísica.

Ao lado disso, êle representa também, com igual quantidade de valor — e desde que se tenha em conta que, ao ser humano, individualmente falando, o que lhe interessa é a totalidade de sua esfera biológica — uma tentativa de conquistar a liberdade sexual, através de uma luta surda, mas não menos enérgica, contra a opressão da Igreja até então onipotente.

Em semelhante mutação histórica, pois, que se define, às vezes, simplisticamente, como uma vulgar repaganização do mundo ocidental, aí a religião entra realmente numa grave crise.

Contudo, essa religião oficial não deixa, sumariamente, de encarnar um poder, que sempre fôra dominante e incontestável no mundo europeu.

Mas, em compensação, a fé cristã já não é mais “sentida”, profundamente, pelas classes poderosas, como uma fôrça sobrenatural que lhe policie e puna os pecados.

Ao largo da era renascentista, a fé em Deus só consegue sobreviver em forma de uma estrutura psicológica — e a psicologia nasceu, praticamente, com o fim do estilo gótico — capaz de impedir que se dissolvam e anulem os valores metafísicos que ainda intimidam o povo, sob ameaça do remanescente prestígio do Inferno. E que é aproveitada e

utilizada pelos poderosos, tanto os que vão perdendo os poderes quanto os que começam a conquistá-los, como um ardiloso instrumento de contenção da massa, que anseia por elevar-se, econômica e politicamente.

Porque a própria cultura se escapa dos grandes e até aí invencíveis territórios da escolástica.

Liberta-se da Igreja, à medida que progride a laicização do conhecimento, à base de uma obsessão de liberdade, que não é mais um privilégio dos poderosos. Mas, igualmente, e sobretudo, da burguesia já triunfante e em via de preparar-se para tomar posse da Europa.

• • •

A cultura salta, então, por cima das muralhas seculares dos monastérios.

Como força nova e irredutível, já de essência abertamente leiga, ela se espalha pela Europa.

Brota nas casas da burguesia. Floresce nas universidades, enfurecida contra a escolástica. Intromete-se, de torna-viagem, nos conventos de onde se escapara, agora já meio paganizada. Penetra nos palácios da nobreza que procura aburguesarse. Galga os fossos dos castelos, cujos muros se vão abaixando progressivamente — e isto se observa bem, ao longo de uma viagem pelo vale do Loire, no sentido oeste-leste — até se transformarem em planos jardins de limitação simbólica. E invade o próprio palácio papalino.

Da periferia para o centro — do que eram outrora os “burgos” para o que ainda continuava a ser o reduto da nobreza e do clero — caminha o senso da beleza.

Em forma de poesia. De escultura e de pintura. Enfim, de todas as artes que fazem o Vaticano tornar-se, sob o pontificado de Leão X, um centro de arte, onde a corte desse Medicis comanda uma revolução estética. Enquanto o Papa, já reconciliado com Francisco I, prepara-se para enfrentar o espírito da reforma luterana, defensor do princípio de que o sacerdote é antes de mais nada um ser humano.

Ai é que se concretiza, de fato, uma subversão no estilo de vida das mulheres, sejam elas nobres ou burguesas.

Revive, particularmente em Florença, o modelo da he-taira grega. Versada em letras e artes. Manejando uma ou duas línguas estrangeiras. Obsedada pela idéia de liberdade sexual.

Sob todos os aspectos, no século XVI, a mulher busca ser uma contradição da mulher medieval.

Embora revele, no fundo, a mistura de animalidade com a espiritualidade, de que o amor "cortês" a impregnara.

Porque, tanto nas comédias e romances da Itália, como nos contos e canções da França, o que se sente é a mescla, ou a alternância, dos motivos carnavais — ou cínicos, explorando o triângulo adúltero — e da remanescência do invencível espírito da cavalaria, que vai atravessar os séculos, e chegar ao século XX, apenas travestido e morbidizado.

Com o Renascimento, pois, o que renasce é, em parte, a essência da Roma imperial, simbolizada no protótipo que é Impéria, a musa imortal de Ariosto. Essa libertina culta que, entretanto, foi um dia sepultada, a despeito de todos os seus muitos e ostensivos pecados, na Igreja de São Gregório Magno, depois de haver assim redigido o seu próprio epitáfio: "Jovem, amava com esperança; adulta, amava com frenesi; velha, amava com a lembrança: sempre amei".

OS DONOS DO SEXO

COM O DOMÍNIO DOS BORGIA, CONSUMA-SE definitivamente na alta classe de Roma — e Roma voltara a ser um modelo para o estilo de existência na Europa — a liberação abusiva do sexo.

A figura exponencial dêsse estilo é Alexandre VI, papa de 1492 a 1503. Um mecenas, grande humanista, além de ser o eminente político a quem se deve a bula de 4 de Maio de 1493, que dividiu o mundo temporal, salomônicamente, entre Portugal e a Espanha.

E que não se imortalizou apenas por isso. Mas também, e antes de tudo, pelos seus excessos nada pontificais, que foram, em assunto de sexo, da poligamia ao incesto.

Porque o célebre pontífice não se limitou a ter quatro filhos naturais reconhecidos.

Além disso, foi ainda capaz, segundo a unanimidade dos historiadores honestos, de manter relações sexuais com sua filha. A famosa Lucrécia, de quem houve um rebento,

cuja paternidade o próprio Alexandre, em uma primeira bula, reconheceu como sua. Para depois, numa segunda, atribuí-la a seu outro filho, César Borgia, que, dizem alguns críticos, serviu de modelo a Maquiavel quando compôs "O Príncipe".

Mas esse espírito de libertinagem não se conteve, insuladamente, dentro das fronteiras itálicas.

Estendeu-se também à Inglaterra, onde Henrique VIII serviu de modelo a Charles Perrault, quase dois séculos após, para criar o conto do *Barbe-Bleue*, misturando-lhe a biografia com a lendária figura de Gil de Retz. E a quem não bastou a iniciativa de romper com o Papado e fundar a Igreja Anglicana. Pois o que ele pretendia, em princípio, era utilizar o cisma como pretexto para confiscar as riquezas que se guardavam nas igrejas e mosteiros.

Um soberano que tanto tinha de instruído e amante das artes quando de cruel e amoral, a ponto de tornar-se um símbolo de licenciosidade.

E que levou sua degradação até a mais deslavada homossexualidade, a propósito da qual se diz que chegou a ser "amante" do autor da "Utopia", o grande Thomas More, segundo o depoimento de um certo Lambert Simnel, cujo nome o Larousse Enciclopédico registra.

Não somente a Inglaterra, de fato.

Igualmente aos países germânicos, propagou-se o estilo simbolizado pelos Borgia.

Lá estava, na Áustria, o imperador Maximiliano I. dito também "O Belo", que, herdeiro legítimo da satíriase paterna, se entregou a tantos desmandos eróticos, que acabou por desencadear na esposa um delírio de ciúmes, em consequência do qual passou ela à história com o apelido de Joana, a Louca.

Também à Holanda. Onde Margarida d'Áustria, filha de Maximiliano, ao mesmo passo que cuida de importantes tratados internacionais, vive tão prostituída, com homens e com mulheres, que o viperino Brantôme a considerou uma segunda Messalina.

Idem à Espanha, em cujo reino Carlos V tudo faz por honrar as tradições eróticas de seu avô Maximiliano e da

tia Margarida, emprenhando moças por tôda parte. Até dar origem à expressão “filho... do Imperador”, para a multidão de bastardos que se espalhavam por Castela.

E sobretudo à França, já sob o domínio dos Valois, cujo rei Francisco I, aliado de Henrique VIII, tanto em política quanto em frascarice, fazia de sua côrte um mundo de gôzo e de libertinagem.

A côrte em que Catarina de Medicis, daí a pouco, se iria notabilizar com o “esquadrão volante da rainha”, que, segundo Brantôme, se destinava a utilizar suas damas de honra nos trabalhos de amaciar os adversários, mediante as necessárias concessões e habilidades de natureza sexual. Uma a duas centenas de jovens formosas, às quais ela concedia todos os favores e vantagens no exercício de seu mister, com a simples condição de que não se deixassem engravidar.

Todo um sistema de imoralidade e corrupção, que Brantôme immortalizou em “*La Vie des Dames Galantes*”. Como o fez também, em forma caricatural de uma utopia, o fabuloso Rabelais, com a sua Abadia de Thèleme, onde a vida era vivida de acôrdo com a legenda incitadora de todas as liberdades instintivas, a fim de que seus habitantes fizessem, de fato, tudo que lhes aprouvesse, em matéria de tentações e de apetites.

• • •

Tal é o estilo de existência das classes privilegiadas, no momento em que se consolida o Renascimento na Europa, no que toca à vida sexual dos que não vivem do próprio trabalho, mas dirigem os reinos.

Porque, em relação às classes menos poderosas, representadas pelos elementos da burguesia em ascensão, — a burguesia que trabalha e principia a acumular dinheiro — nessas, a marca do amor cavalheiresco continua a exercer sua influência, a despeito da mudança da ordem econômico-social.

Um retardamento da superestrutura ética, bastante compreensível no caso. Pois as classes que ainda teimavam em segurar o poder — nobreza e clero — só pensavam em liberdade sexual para os seus próprios membros componente. Ao

passo que, de outro lado, se obstinavam em moralizar o povo, policiando a vida conjugal, verberando o adultério, anatematizando a libertinagem e a prostituição.

Daí, nessa fase histórica do Renascimento — e em contradição com os aspectos superestruturais do amor cortês — a mulherer burguesa ver sua condição regredir, sob a influência da restauração de certas faces do estilo de vida que marcaram o mundo romano.

E as mulheres da época — as que eram ou pretendiam ser espôsas-mães-donas de casa — talhadas de novo à feição da matrona romana, continuaram a viver dentro de suas casas. A consumir-se no vil e subestimado trabalho doméstico, o mais rebaixado de todos os trabalhos. Vivendo assim, enquanto o homem continua, como em todo os tempos, a buscar na rua aquilo que poderia ter em sua própria casa: a mulher que fosse, a um só tempo, espôsa, amante, namorada, sócia e companheira.

De semelhante mistura, feita dos remanescentes espirituais de uma falsa valorização da mulher, obra da cavalaria, e da realidade prosaica e inferiorizante, fruto da readoção dos princípios da família romana, resultou decisivo passo no sentido de um processo de alienação do amor.

Uma dissociação bem clara, entre a realidade objetiva da existência doméstica e a visão puramente subjetiva do mundo que a mulher desejaria fosse, de fato, o seu mundo real. Entre aquilo que o consciente percebe e vivencia, e isso que o inconsciente ruma e fabula em forma de fantasia.

Grave contradição interior, enfim, que faz com que o ser se torne, de certo modo, estranho a si mesmo. Alheio da concreta realidade quotidiana. Numa palavra — “alienado”, para usar o expressivo termo que Hegel introduziu na “Filosofia do Espírito”, a fim de caracterizar êsse aspecto semi-patológico da existência humana.

O símbolo trágico dessa alienação do amor, de tamanha transfiguração — melhor se diria: desfiguração — da realidade amorosa, que não é só da mulher, porque às vezes se se define ainda melhor no homem, o símbolo dessa alienação

encontra-se no comportamento erótico-sentimental de Miguel Angelo.

De fato, Miguel Angelo é o artista solitário, desesperado e desesperançado, feio e velho, que busca uma compensação para as suas frustrações e desencanto do lar, no trabalho de modelar em pedra — já que não as tem em carne, entre as mãos — as belas mulheres que são “A Noite” e “A Aurora”, vinganças plásticas de seu fracasso conjugal.

Um artista que esculpe estátuas femininas, ao mesmo tempo que escreve cartas de amor à mulher de um outro homem, à qual se devota, alienadamente, sem chegar nunca a possuí-la. E que ele adora e cultua até que, jovem ainda e frustrada em seus ideais, obrigada a ser mero objeto genital de um burguês vulgar, chegue prematuramente o seu dia de morrer. Quando o artista ousa, afinal, desalentadamente, e com um orgulho meio ingênuo, meio senil, lamentar — fingir que lamenta, pois o que ele queria, de fato, era amar patologicamente — que não a haja “ao menos beijado na testa”.

Pois esse Miguel Angelo pode ser considerado realmente, como um verdadeiro molde do processo dentro do qual o amor evoluiria, daí por diante, rumo ao apogeu da alienação a que foi conduzido pela cultura ocidental-cristã.

Mas o que acima de tudo importa, para penetrar a essência do símbolo que Miguel Angelo encarna, é o fato de que, enquanto ele se consome nesse trabalho masóquico de auto-flagelação amorosa, as belas mulheres de Florença — aquelas que não são, nem pretendem ser, espôsas e mães de família, e, antes, encarnam o modelo feminino desenhado nos palácios renascentistas — estão lendo Boccaccio e Petrarca. Manejando línguas estrangeiras. Vivendo só para o sexo, para a única espécie de amor que a natureza propriamente dita criou para o ser humano.

E para entender, por outro lado, a marcha do processo de alienação do amor dentro da cultura ocidental, é preciso não esquecer que, então, fora do âmbito da consciência das altas classes, já havia germinado a semente que o terno São Francisco de Assis plantara para mais alienar o conceito de amor. Sobretudo, para impregná-lo a saturá-lo de um panteísmo que os psiquiatras qualificariam hoje de “depressivo-para-

noide", falando de "amor" para significar o sentimento que o ligava ao sol, aos ventos, à chuva, aos peixes, aos gafanhotos ou às nuvens. Falando-lhes de "amor", como se falasse ao corpo de uma bela mulher. De uma das mulheres que lhe alegraram a carne, na mocidade.

E pensar também em Dante, que impulsionou para a frente essa faina alienadora, fazendo de Beatriz, mais uma sombra do que uma mulher.

Tal como ia fazê-lo, séculos depois, Augusto Comte, ao desumanizar Clotilde de Vaux. E torná-la uma deusa. Quem sabe se para compensar, na imaginação, o que a sífilis já lhe impedia de realizar com a energia conduzida ao longo de sua medula espinhal comprometida. Uma atitude que, através dos tempos, já deveria, afinal, ter preocupado um pouco mais os psiquiatras e todos aqueles que se aventuram ao estudo dos problemas do amor.

Pois a verdade é que, bem pensadas e medidas as coisas, por esse caminho é que a pesquisa teria de orientar-se, no sentido de extrair, com tôdas as suas conseqüências, a essência da deformação contemporânea do amor. Amor, aí, compreendido em todos os seus planos: o genital, o erótico e o espiritual. E não como um processo que mergulha suas raízes históricas, muito remotamente, no terreno que o espírito da cavalaria semeou, com o seu estilo de amor cortês.

A MARCHA DA ALIENAÇÃO

PLANTADA A RENASCENÇA NA FRANÇA, depois de amadurecida na península itálica, Gargantua e Pantagruel ainda pregam no deserto, aparentemente. Iguais a tantos outros personagens com que a literatura nova tenta o trabalho de re-naturalizar o Homem, de maneira a restituir-lhe o lado originariamente animal do ser.

Mas não é somente isso que se faz.

Busca-se erguer o ser humano a uma altura que dêle faça, realmente, o centro do mundo, que até aí só rolara pelo espaço em função dos deuses de várias religiões e filosofias .

Uns, como os Medicis e seus êmulos europeus, teimam em realizar essa tarefa às avessas, vivendo um humanismo que se destaca apenas pelo imediatismo do gôzo. Ou como os que copiavam Pedro Aretino, que tanto tinha de talento e conhecimento das letras e das artes, quanto de cruel e libertino.

Outros, êstes sim, construíam uma nova história, fazendo do humanismo, acima de tudo, um meio de engrandecer o Homem. Como Copérnico e Tycho-Brahe, decifrando o segredo dos espaços ceelstes. Vesalio, Faloppe e Servet, nas pesquisas primeiras da anatomia e da fisiologia. Francis Bacon, construindo as bases do método experimental. Erasmo, na filosofia, antecipando a espécie de molde sôbre o qual se fabricaria o espirito de Voltaire. Montaigne, a pretexto de falar de si mesmo, espelhando os problemas da humanidade da época, com a sua maneira tocada de epicurismo.

Por tôda parte, de qualquer modo, e em tudo, é o Homem que se torna o ponto de convergência da atenção dos seus semelhantes.

Assim como se o Homem, depois de saber por Copérnico que a terra é que girava em tórno do sol, quisesse agora, por sua vez, que ela também só girasse em função dêle, Homem.

• • •

Mas nem o riso, que Rabelais considera "*le propre de l'homme*", nem as ideias dos sábios ou o cinismo da escola dos Medicis e Aretino, nada é suficiente para neutralizar o espirito de inautentização da vida, que o cristianismo — mais precisamente: o catolicismo gótico — havia criado na Europa.

E, por mais sadio e alegre que fosse o riso de Rabelais, não consegue ainda introduzir a claridade, ali onde a luz se filtra, indecisa e frouxa, através dos vitrais catedralícios. Nem logra ressoar sob as ogivas dos templos que sobem, pedra por pedra, em direção aos ceus, ao longo de suas agulhas sedentas de infinito.

Sim. Porque, a despeito da libertinagem que devora o ambiente faustoso das côrtes, e do prosaísmo que impera nos lugares onde vive a nova encarnação burguesa da matrona romana, o espectro de Tristão ainda passeia, como um louco ensimesmado e masoquista, pelas terras de França e ao redor dela, em sua teimosa missão de alienar o homem

para as coisas do amor. De desumanizá-lo. Enfim, de fazê-lo cumprir aquêles desígnio que Nietzsche verbalizou sinteticamente, quando disse que "o cristianismo entristeceu a humanidade". Do que se tem uma evidência mais exata, quando se pensa no furor com que, por então, a Igreja reagia contra o humanismo, produzindo comandantes da reação, no gênero de um Santo Inácio de Loyola, que, por sua obsessão da ordem e da autoridade, bem merece ser considerado um dos legítimos ancestrais do fascismo e do estalinismo.

Por tudo isso, na esfera da vida erótica — ou, para especificar melhor os fatos, em matéria de equilíbrio entre o instinto sexual propriamente dito, de um lado, e, de outro lado, a criação cultural que, daí por diante, ia açambacar totalmente o significado de "amor" — as relações entre homem e mulher iam começar, agora, a palmilhar uma perigosa estrada.

Um caminho decididamente inautêntico, gerado nos tempos da cavalaria, que levava à tripartição da mulher, conforme cada circunstância. Aqui, a esposa. Lá, a amante. E acolá, a namorada, que só vivencia o amor em forma de contrafações líricas do sexo.

E o homem, por sua vez — sempre o animal egoísta e narcísico, dominado por sua eterna megalomania de ilimitação dos direitos sexuais — pretendendo, de acordo com os seus desejos da cada momento, e em cada lugar, ser esposo ou sátiro ou cavaleiro. Um ente também tripartido, afinal de contas. Incapaz de alcançar a possibilidade de realizar-se, a um só tempo, e com uma só mulher, na qual se concentrassem os três aspectos femininos, como um indivíduo único e realmente autêntico.

Aí principia, em marcha para a plenitude que chegará ao auge na era do romantismo, a morbidização da sociedade ocidental nos domínios do sexo e do amor, como efeito dos recalques impostos, através dos séculos, pelo espírito do cristianismo.

Só que, agora, a atraçoada religião do Cristo não se ocupa, quase exclusivamente, de queimar nas fogueiras da Inquisição, a pretexto de lutar pelo extermínio da demono-

logia, os loucos e loucas que, nas horas de possuimento, ostentam alguma atitude que denuncie um sinal de erotismo. Nem de mandar torturá-los e reduzi-los a cinzas, como o fizeram aquêles dois monjes sádicos — Johann Sprenger e Heinrich Kraemer — autorizados pela bula policlesca de 9 de Dezembro de 1484, assinada por Inocêncio VIII.

A ignominiosa "*Summis desiderantes affectibus*", munidos da qual os dois ferozes "cachorros de Deus" — *Dominis canis*, assim autodefiniam-se os dominicanos — levaram a cabo todos os horrores que relataram, por fim, num livro que talvez seja, sem exagêro, o mais tenebroso livro jamais escrito na história: o "*Malleus Maleficarum*". Esse "*Martelo das Bruxas*", que, ao explicar que o Diabo "adota seis formas de prejudicar a humanidade", especifica que a primeira é "a de provocar num homem um mau amor por uma mulher, ou numa mulher por um homem". E que "tôda espécie de feitiçaria deriva da concupiscência carnal, que, na mulher, é insaciável". Isso, além de muitos aspectos equivalentes, que levaram Gregory Zilboorg, grande historiador da psicologia, a afirmar que "certos capítulos do "*Malleus Maleficarum*" encerram tantos pormenores sexuais que, de certo modo, o livro poderia ser considerado como um manual de psicopatologia sexual".

* * *

Mas, no auge da consolidação do espírito renascentista, a Igreja não se limitou, assim primariamente, a mandar queimar os que falassem de amor carnal.

Agora, o espírito do cristianismo militante, ao contrário, luta surdamente. Por meio de técnicas mais sutis, para consolidar e glorificar o tipo de amor que irá levar, já no século XX, esse aspecto da condição humana aos extremos da alienação.

E o amor assim alienado, no apogeu do Renascimento, vai criar e plasmar os novos padrões de beleza — tanto na arte como na poesia — que passarão à posteridade como expressões típicas da época.

Uma concepção da mulher que, especialmente na esfera da pintura, se resumirá principalmente na imagem das madonas rafaelescas.

Mulheres-reprodutoras, sempre com um pimpolho à ilharga.

As madalenas que, mesmo quando tenham, como a de Ticiano, o ebúrneo seio à mostra, guardam o olhar voltado para o céu.

E as que, tal a figura central do “Êxtase de Santa Tereza”, de Bernini, ao serem assaltadas pelo amor, o assaltante é o amor... divino.

Ou aquelas mulheres de Rubens, que parecem originar-se, sempre, de um modelo no terceiro mês de gestação.

De qualquer maneira, em tudo e em tôdas as obras, sistematicamente, a marca da hostilidade do cristianismo contra o amor sexual, o amor natural fora do casamento. O amor como possível satisfação gratuita do instinto, que, em compensação, pode ser clandestinamente vivido pelos frades e monjes, bispos e cardiais, mais ou menos indiferentes à moral da sua própria Igreja.

"UTOPIAS" E "PRECIOSAS"

AO APROXIMAR-SE O SÉCULO XVII, não há mais como resguardar aquilo que se deveria considerar a dignidade do lado natural do amor, reconhecido o sexo como um essencial integrante da condição humana.

Pois se, até mesmo nas várias "utopias", a secundariedade do sexo, no caso da mulher, se manteve como um fato invencível.

Sempre, em cada uma delas, tudo gira em torno do pater-família e da matrona reprodutora.

Na de Campanella, por exemplo — "A Cidade do Sol" — a vida sexual só é considerada como um ato estritamente conjugal e para fins de reprodução. E o "Ministro do Amor", mais parece um diretor do DASP, com a obsessão neurótica dos regulamentos. Inclusive quando determina que marido e mulher, antes do coito conjugal — que só pode realizar-se duas vezes por semana, em quartos especiais, ornamentados com estátuas, a serem contempladas durante o ato, e com

hora e dia marcados pelo médico e pelo astrólogo — devem, primeiro que tudo, pedir a Deus que lhes dê filhos robustos e formosos.

Também não se pense que hajam sido mais propícios às mulheres, no que toca à dignificação do seu sexo, e aos seus direitos de igualdade na coexistência com os homens, os movimentos heréticos da época.

De fato, a partir do século XVI, surgira uma nova onda de heresias, de várias índoles e aparências, simultaneamente com a explosão de uma série de revoluções na Alemanha, que então se tornava o povo mais rico e poderoso da cristandade.

Reação contra os recalques medievais e contra a Igreja, contra a Escolástica remanescente e contra a burguesia que ia desfigurando o espírito da reforma religiosa, essas heresias começaram com o anabatismo, seita que proibia batizar as crianças. E com a utopia de Matthiesen — “O Restabelecimento” — que reivindicava a comunidade sexual das mulheres, e ganhou o máximo de força, alguns anos após, com o sucessor do profeta. O libertino João de Leyden, que, sem cuidar de oferecer, à mulher e ao amor, uma posição digna na utopia do seu mestre, antes se permitiu o abusivo luxo de possuir doze concubinas, além de comandar bacanais em forma de espetáculo místico.

Como também nada resultou de dignificador, para a condição feminina, o movimento herético conhecido como “Os Eloistas” — de Eloí, latinizado o nome de seu chefe: Loiet Pruystinck — que passou à história com a designação de “Os Libertinos de Antuérpia”. Um movimento que, além do comunismo da propriedade, pregava as relações sexuais livres de qualquer regra ou medida. E cujo chefe acabou, afinal, queimado vivo, após ser sodomizado pelos carrascos, sem ter feito a humanidade dar um passo sequer, em benefício da valorização do sexo.

• • •

De fato, ao aproximar-se o século XVII, já não é possível salvar o sexo, sem o obrigar a esconder-se sob a máscara do “amor”, recém-inventado.

Porque a vitória da Reforma, contra o cristianismo dos Papas, ao contrário do que poderia parecer, só fez contribuir para a agravação dos mecanismos que oprimiam e aviltavam o instinto sexual. E, com isso, concorrer para ainda mais alienar o amor.

Fato que não é para extranhar, tendo em conta que Lutero, quando se rebelou contra a Igreja de Roma, estava todo impregnado das concepções de John Wiclef, comunista precursor da reforma religiosa na Inglaterra. E das idéias de seu discípulo tcheco, Johann Huss, queimado vivo pela Inquisição em Julho de 1415. Nenhum dos dois, aliás, fora dos objetivos políticos, preocupados em dar uma palavra que acentuasse a dignidade humana da vida sexual.

Daí, o agressivo monje agostiniano, quando rasgou em praça pública a bula que o excomungou, inclusive por se haver declarado contra o celibato dos sacerdotes, casar-se logo em seguida, mas sem trazer nada de novo para o estilo de vida conjugal. Pois, enquanto pregava a reforma nas ruas, em companhia de Melanchton — e, às vezes, nas horas de isolamento místico, entretinha-se com as suas alucinações, no gênero daquela em que o Diabo lhe atirou um tinteiro no rosto — a pobre Catarina de Bore permanecia em casa, solitária e escrava, vivendo o modelo renascentista da tradicional matrona romana.

E, em matéria de sexo, o famoso reformador não fez as coisas andarem, de um passo, além da recomendação sobre o ritmo das cópulas conjugais, a serem cumpridas, duas vezes por semana. Talvez, pensasse ele lá no seu fanatismo, num simples intervalo, bem curto, entre as longas horas em que os seus companheiros de “protesto” se dedicavam a ruminar e intoxicar-se com a tradução da Bíblia.

Também de Calvino, que vem depois, e representou a reforma no mundo de língua francesa, nada resultou de razoável, em benefício do amor natural e da mulher. Ao contrário, se for levado em conta o fato de que o calvinismo tem como ponto de partida, em última análise, mais do que qualquer idéia de Lutero, os princípios anti-naturalistas de São Paulo.

Muito menos ainda dos jansenistas, sectários reformistas de Cornelius Jansen. O vesânico teólogo holandês, que pretendia ser o primeiro intérprete idôneo de Santo Agostinho sobre a doutrina da graça e da predestinação, e ordenava que o homem ficasse sempre de pé atrás em relação ao amor. O amor que para eles, se fôsse praticado e vivido em termos naturais, era um ato nefasto e maldito. Abominação só tolerável na vida conjugal, e para fins estritos de procriação.

* * *

Já era o século XVII. E os loucos jansenistas estavam lá pregando um tipo de relações entre os sexos, que só colaboravam no trabalho de preparar a frigidização da mulher.

Sim, pois os mais fanáticos sectários, guerreando em Paris os católicos da Sorbonne, aproveitam o entusiasmo para proibirem a mulher honesta, sob ameaças terríveis, de se entregarem ao ato sexual, em busca do orgasmo que lhe pacificaria o corpo e a alma.

Enquanto isso, porém, fecham os olhos, farisaicamente, para não enxergar o que existe, de fato, no mundo que gravita em torno do Hôtel de Rambouillet.

Porque os novos modelos de cortezãs, talhados sobre o figurino de Catherine de Rambouillet, em vez de viverem o amor em termos naturais, disfarçam-no sob a máscara de uma revivescência do “amor cortês”.

E, por isso que se obstinam em representar, em todos os aspectos, a antítese do que haviam sido as mulheres do século XVI, libertas nos hábitos e cruas no falar — para contrastarem, sob a égide de Rabelais, com as damas medievais — elas se tornam as “preciosas” que Molière caricaturou, tão cruelmente, em *“Les Précieuses Ridicules”*.

O preciosismo aparece aí, quase como uma revolução no domínio das relações interpessoais.

Impõe-se como um processo de deturpação semântica, que dissocia a “palavra” do “objeto”, não deixando mais chamar as coisas pelos próprios nomes. Como que para protestar contra o libertarismo rebelaisiano em matéria de linguagem.

A Marquiza de Rambouillet, sua filha Julie d'Angennes, e tantas outras, entre as quais se destaca Mademoiselle de Scudéry, inventam a "*tendresse*".

A ternura que leva a mulher do século XVII a preferir, em vez do amante capaz de levá-la ao orgasmo, o *bien aimé* que fraseia a propósito do amor. E que finge renegar a carne, cuja satisfação vai buscar, terminada a *soirée*, nos mercados da prostituição, onde se rebaixam os seus valores instintivos, e cada vez mais se aliena a sua possibilidade de encontrar o amor total.

Como também, dia a dia mais se aliena o amor, no espírito dessas mulheres que cultivam o hetairismo da época, deleitando os homens com a sua literatice pedante. Alienando-os, ao mesmo tempo que lhes esgotam a capacidade de irem amar — amar de fato, e de direito, carnal e espiritualmente — as suas próprias espôsas, que êles, disciplinados cristãos, têm o cínico medo de corromper e erotizar. Embora nunca tenham pejo, nem vacilem, à hora de amar assim, totalmente, as mulheres ou filhas dos outros homens.

Com essa direção artificial do estilo de existência, o cristianismo faz novo passo, decisivo agora, na sua triste tarefa de consolidar o adultério masculino, ao preço de uma falsa santificação da espôsa. Falsa, porque, do outro lado, aqui e ali, a mulher vai também progredindo, como surda vingança, na arte de saborear, às vezes, o seu pecado adulterino.

Enquanto isso, as novas hetairas do século XVII, besuntadas de preciosismo, simultaneamente com a alienação do sexo, começam a abismar-se na frigidez, à medida que vão preferindo, a um orgasmo de fato, o espetáculo do esgrimar de palavras entre dois gentis-homens. Tal como suas avós apreciavam mais um cavaleiro agressivo, do que um amante experimentado na arte de amar.

Realmente, por então, fala-se mais de amor, do que se pratica o amor verdadeiro.

Do que foi símbolo eloquente a espôsa de Luiz XIV, Ana d'Áustria, com a sua "ternura" pelo Cardeal Mazarino.

Também, e sobretudo, Ninon de Lenclas, mulher bela e brilhante — frígida também, provavelmente — que, até os

noventa e tantos anos, viveu falando e ouvindo falar pedanterias. E que tanto amou as palavras, que, à hora de morrer, ainda se lembrou de legar um pouco de dinheiro a Voltaire, para ajudá-lo a gastar palavras nos quase cem volumes de suas obras completas.

Ou a linda Duquesa de La Vallière — Louise de La Baume le Blanc — amante de Luiz XIV, que, depois de tanto tagarelar e escutar frases alienantes sôbre o amor, e de ser substituída por Madame de Montespan, terminou os seus dias num Carmelo. Como outras muitas, do gênero, acabaram na Abadia de Port-Royal, para aprimorar seus conhecimentos de... lógica.

Rumo ao Bovarismo

O SEXO
TRANSFEITO EM VERBO

A MORTE DE LUIZ XIV, A PRIMEIRO de setembro de 1715, é que representa — não cronologicamente, mas de fato — o encerramento do século XVII.

Como a ascensão do seu bisneto Luiz XV, aos cinco anos de idade, marca o real início do século XVIII, com a regência do corrupto e libertino Duque de Orleans. Este imposto pela burguesia que domina o Parlamento, já pronto, nesse momento, para decretar a morte política da monarquia francesa.

O “Bem Amado” cresce e faz-se púbere, despercebido de que a França está rolando pelo despenhadeiro da bancarrota.

E quando assume realmente o poder, pouco lhes importam os efervescentes problemas da política exterior e interior. Sejam as guerras na Polônia e na Áustria. Ou seja o irreversível caos econômico e financeiro, cada vez mais agravado, desde a adoção do papel-moeda, inventado pelo escossês John Law.

Luiz, o Bem Amado, prefere cuidar de sua vida sexual. Tal como o fazem os nobres. E também o clero de mais alto nível, que, por esse tempo, é integrado por dezoito arcebispos, cento e vinte bispos, e, no plano correspondente a uma espécie de classe média mais elevada, por cem mil curas e vigários todo-poderosos.

Primeiro, o soberano jovem confina-se no estrito âmbito doméstico, onde consegue, como marido ainda absolutamente fiel, fazer sua polonêsa dar à luz, em apenas dez anos, a dez pimpolhos reais.

Depois, já envelhecida e amatronada a real espôsa, consagrando quase todo o seu tempo a Madame de Mailly. E, sucessiva ou simultaneamente, não se sabe ao certo, às duas jovens irmãs da favorita. Para entregar-se, afinal, à célebre Jeanne-Antoinette Poisson. Esta Madame de Pompadour, que, ao mesmo tempo que satisfaz o exigente sexo do rei, cuida muito mais de comandar a política do reino, na fase em que a nobreza e o clero esperneiam, raivosamente, diante dos impostos que lhes querem cobrar. Logo a eles, que estavam secularmente acostumados a escorcharem seus servos com toda espécie de tributos.

E, afinal, em 1769, sem tomar conhecimento, a sério, das complicações com a Inglaterra, nem das lutas contra os jesuitas, fazendo apresentar à corte, oficialmente, no dia 27 de Abril, aquela que ia ser a famosa Madame du Barry. Mulher de baixa extração social, que representava a entrada simbólica do Terceiro Estado nos domínios da nobreza.

Sim, porque, a essa altura, os títulos da nobreza, não se definiam mais, exclusivamente, *par droit de naissance* e *par droit de conquête*, esta em forma de serviços civis e militares prestados à realeza.

Conquistavam-se, igualmente, em cima de um leito que o rei utilizasse para suas atividades sexuais.

Do mesmo modo que já podiam ser “comprados”, pelos mais ricos elementos da burguesia, posto que o reino precisava de dinheiro, desesperadamente.

Mas o dinheiro que os burgueses vão dando ao reino — nem aquele que já conseguem arrancar aos nobres e ao clero,

cada dia menos ligados ao trono — não chega para refrear o caos financeiro.

A revolução está em marcha, caminhando a passos largos para a Revolução.

E a França irá mudar, daí a pouco, tornando-se um exemplo para que outros povos também mudem, nessa fase que culminará no Terror, quando farão rolar a cabeça de Luiz XVI, sucessor e neto do “Bem Amado”.

Ao longo de todo êsse século XVII, e, crescentemente, à medida que êle avança, o que domina é a obsessão da liberdade.

Sòmente no indivíduo, e na liberdade, se fala então.

Porque, com os novos modos de produção, o que se anuncia em semelhante curva da história universal é a revolução industrial, para preparação de um novo mundo. De um inédito estilo econômico, social e político.

Na Inglaterra, Adam Smith afirma, pela primeira vez antes de Marx, que o trabalho é a única fonte produtora de valor e de criação de riqueza. Ao mesmo tempo que fixa os princípios da doutrina da livre concorrência, o que vale dizer: abre os caminhos ideológicos que levarão ao liberalismo da era vitoriana.

Tal liberalismo, porém, que se vai erguer em superestrutura para a nova economia política — na qual só o dinheiro, daí por diante, pesará verdadeiramente — não penetra no mundo onde a mulher doméstica está confinada, como um avatar da matrona romana.

Irá dar condições e formas novas às ciências, às artes, à literatura, à política, à religião. E, inclusive, reforçará os já multimilenares direitos da supremacia masculina, na medida proporcional em que, cada vez mais, se fale em liberdade. Liberdade para êle, homem. Não só quanto às prerrogativas de sua cidadania. Mas, sobretudo, em relação aos privilégios de usá-la — e dela abusar — para melhor e mais expandir suas necessidades sexuais.

Porque, em relação à vida erótico-sentimental da mulher, o estilo de existência que se vai plasmando, e crescerá até o apogeu da era vitoriana, só fará consolidar, progressivamente, o processo de sua alienação.

Século XVIII adiante, em matéria de sexo e de amor, permanecerá a bipartição invencível da condição feminina.

Entre a mãe-espôsa, herdeira meio orgulhosa e meio recalçada da matrona romana, de um lado. E, de outro lado, a mulher-hetaira, desabusada e bem-falante. Mas, tanto uma como a outra, por meios diferentes e cada qual por mecanismo psicológico e social peculiar, a caminho da bovarização, que será alcançada no século XIX.

Quanto à mulher galante, de libido em grande parte verbalizada, esta continuará a falar, a falar.

Pois se é a época dos "salões".

Lá está, no Château des Sceaux, a Duquesa de Maine, espôsa de um filho de Luiz XIV com Madame de Montespan — aquela mesma que se deixou cultuar numa missa negra, oficiada pelo padre Guibourg — mulherzinha miuda, beirando o nanismo, que manteve um salão de letrados e políticos. E que passou a história, mais tarde, sobretudo em consequência das "memórias", cruas e crueis, de uma antiga criada, por sua influência agraciada com o título de Baroneza de Staal-Delaunay.

Ou tantos outros, talqualmente famosos, como o da Marquês Du Deffand, ligada à história literária por suas cartas a Horace Walpole, bem como por sua correspondência com Voltaire.

Enquanto isso, o homem de cabeleira empoada, de pernas estranguladas em calças de veludo, só verá na mulher, mais do que uma fêmea capaz de ser amada integralmente, um simples objeto para abrilhantar, em sua vaidosa consciência, coleções e estatísticas eróticas.

E, mais do que falar, simplesmente, o que a mulher está fazendo é falar de ciências.

Como se faz em casa de Claude Adrien Helvetius, cuja espôsa, contagiada pelo espírito do marido-filósofo — impregnado das idéias de Locke, que sustenta o sensualismo em tom radical — mantém em redor de si, na sua casa de Auteil, a grande roda dos enciclopedistas, onde refulge a figura cínica do grande e acomodadíssimo Voltaire.

A mulher continua tagarelando, e a fingir que entende, integralmente, o fraseado novo dos filósofos que estão prepa-

rando, sem o saber exatamente, a superestrutura do futuro regime.

Quando se calam, por algumas horas, é para ler a meia centena de romances e peças de Marivaux — mixto de amor cortês e de colonismo social — que lembra uma espécie de “embaixador” das “preciosas” junto ao século XVIII, com aquêlo estilo fosforescente que acabou por criar, depois, o termo definido de “*marivaudage*”.

Ou então, se são fieis ao espírito “filosófico”, mergulham na obra do grande Diderot, expressivo representante da burguesia a caminho do poder. Um ateu agitado, anti-realista e anti-clerical enfurecido, que grita á sua convicção de que o mundo só será livre no dia em que “se enforcar o último rei com as tripas do último frade”. E que foi parar na prisão de Vincennes com a publicação da “Carta aos cegos, para uso dos que enxergam”. Autor de tôda espécie de gêneros literários, pioneiro da crítica de arte, entusiasta da fisiologia, que êle sustentava ser a base da moral. E, em verdade, a mais genial expressão da inteligência no século XVIII.

E, o que era muito pior, lendo Jean-Jacques Rousseau, então em pleno trabalho de cultivar as sementes daquela planta mórbida que ia ser o romantismo.

Apesar de estar o sadio Buffon — cuja estátua é assinalada pela legenda “*Son génie égale la majesté de la nature*”, — tendo a coragem de sustentar que “*il n’y a de bon dans l’amour que le physique*”, mesmo assim, amar de fato, amar carnalmente, parece ridículo a essa gente já anormalizada, que considera melhor o sistema de literatizar a vida. De sofisticá-la até os últimos extremos da deturpação da condição humana, que precisa, antes de tudo, ser animal, para se tornar integralmente humana.

Porque essa gente do século XVIII, quando ama de fato — não só abstratamente, mas também concretamente, envolvendo no amor, tanto os sentidos como a inteligência — ama quase sempre em termos de um acontecimento excepcional, em forma de uma mistura de Sade e de Rousseau, de lágrimas e masoquismo, de misticismo e falsa teologia, cada qual só aspirando, no fundo, a encarnar o personagem de uma obra literária, ou a ilustrar alguma tese dos filósofos da época.

Isso, enquanto do outro lado — do lado onde se estiola e vegeta a espôsa-mãe, dentro do lar da nascente classe média — Napoleão pretenderá, daí a pouco, iniciar um trabalho de ainda mais re-romanizar a mulher.

Esse Napoleão de quem já se disse que "*ce génie universell connaît tout, excepté lá femme, et la Française en particulier*". Motivo pelo qual, sabe lá, foi tão bem aquinhoadado de chifres pela sua Josefina, em quem certamente pensava quando pôs, no Código que usa o seu nome, tôdas aquelas monstruosidades destinadas a reduzir a mulher ao extremo nada, como ser social. Tôdas as formas de opressão que a levaram, por vias proibidas e sinuosas, a reagir em forma dos desabridos adultérios de que falam os romances e as crônicas da época.

O APOGEU DO "AMOR — DOENÇA"

COM A DERROCADA DO IMPÉRIO NAPOLEÔNICO, em 1814, vai surgir o romantismo no cenário da Europa. Particularmente na Alemanha e na França.

É o fruto venenoso que trará para a cultura ocidental, logo ao despontar do terceiro decênio, sua nefasta contribuição de fator morbígeno do amor.

Caminhará a Europa para o cúmulo da alienação em matéria amorosa, por força da influência que a literatura e as artes terão, nessa etapa histórica, sobre o comportamento de uma sociedade extensamente alfabetizada.

Na França, por exemplo, um novo estado de espírito começa a dominar.

E esse domínio, quem o exerce de fato, embora ainda não o faça de direito, é a burguesia triunfante.

Porque a nova constituição — em cujo artigo primeiro "o povo francês chama livremente ao trono Luis-Estislau Xavier, irmão do último rei" — já representa a vontade de

um poder legislativo onde a maioria pertence à nova classe dominante.

À prova disso é que Luiz XVIII, com o talento e a habilidade que lhe eram peculiares, não se preocupa em satisfazer a ansiedade com que a nobreza e o clero, derrubados em 1789, esperavam restaurar o antigo estilo de governo.

Semelhante gente não consegue mais reconquistar os privilégios perdidos, porque a essência da Carta outorgada é a liberdade — essência também do espírito burguês. E o governo precisa dar essa liberdade à classe que tem o dinheiro. Ao invés de agradar uma classe que, agora, vive só do passado, dentro de seus castelos ou palácios, que começam a encher-se de mofo e satudosismo.

No caso do clero, por exemplo, apesar da vinculação que Luiz XVIII estabelece com o catolicismo, tornado religião do Estado, vai este confiscando suavemente alguns bens da Igreja, desde o momento em que manda vender mais de 200.000 hactares de terras, que ela considera como absolutamente suas.

O que não consegue ser alterado sob o reinado de Carlos X, que faz recrudescer a luta contra os jesuitas, até o ponto de restringir-lhes o direito de exercer o magistério. Nem quando o auge da luta da burguesia contra a realeza, em 1829, compele o rei à abdicação.

Muito menos ainda, após a ascensão de Luiz Felipe de Orléans, cujo reinado foi marcado, como típica expressão do progresso político da burguesia, por uma constituição cuja lei eleitoral determina que só pode ser eleitor quem pague mais de 200 francos anuais de impostos. E, elegível, apenas aquele que contribua com o mínimo de 500 francos.

É o apogeu de um regime em que, na realidade, o verdadeiro rei é o dinheiro. O dinheiro que a burguesia — em plena fase do capitalismo mercantil — auferê com a aplicação da máquina a vapor aos empreendimentos industriais. As primeiras ferrovias que se inauguram no país. Bem como aos primitivos navios que começam a buscar matérias primas em seu império colonial. E que culminará, em 1848, amadurecidos na burguesia os conceitos de democracia e de nacionalismo, na revolução que instaura a II República.

Mas não somente isso. O apogeu tão ostensivo desse domínio da burguesia, ao longo do governo liberal de Luiz-Felipe, também se traduz — no plano da superestrutura — através dos novos expoentes da literatura e das artes, que vão plasmar a ideologia da classe que emergiu do bojo, antes imenso e heterogêneo, do Terceiro Estado.

* * *

Essa nova ideologia, porém, em última análise, viera já do século XVIII. Em forma de semente daninha, plantada por três figuras pinaculares da inteligência francesa naquela centúria:

Madame de Staël, que estreara com suas *"Lettres sur Jean-Jacques Rousseau"*, e definira-se, de vez, com o *"De l'influence des passions sur le bonheur des individus et des Nations"*.

René Chateaubriand, sustentando no *"Génie du Christianisme"*, com a sua prodigiosa eloquência, que a religião cristã tinha de ser compreendida, mais pelo ângulo das forças afetivas do que em termos de inteligência e crítica.

E, o pior de todos, pela extensão e profundidade da sua influência sobre o século seguinte, o mórbido Jean-Jacques Rousseau, cujas *"Confessions"* valem, por si sós, como uma auto-observação para diagnóstico psiquiátrico. Sem falar das suas teorias, cheias de contradição esquizofrênica, no gênero da "utopia" encerrada no *"Contrat Social"*, sobre o homem que nasce "bom" e a sociedade torna "mau". Ou no *"Emile"*, manual de educação onde se misturam um inseguro deísmo, à base da contemplação delirante-alucinatória da natureza, e umas pitadas de "existencialismo", à moda recente de Saint-Germain des Prés.

Pois semelhante homem, inseguro na vida sexual e amorosa, é que vai dar as cartas, como nenhum dos outros, na formação do espírito do romantismo. Sobretudo no que toca à visão das relações entre o homem e a mulher, defendida pelos que vêm em seguida.

A principiar por Lamartine, que declara, imodestamente, haver sido êle "o primeiro a fazer baixar do Parnaso a poesia, e dar à Musa, em lugar de uma lira convencional de sete cordas, as próprias fibras do coração, tangidas e vibradas pelos inumeráveis estremecimentos da alma e da natureza". Brado bem claro contra o classicismo, que "em vez de oferecer aos contemporâneos obras modeladas ao seu próprio gôsto, presenteia-os com o que mais agradava aos nossos tataravós".

Brado equivalente aos de Victor Hugo, com o seu palavreado suntuário, que, por ser tal época o reinado do palavreiro, acaba por aclamar-se o "chefe" do movimento na França.

Ou as expansões de um Vigny, que tanto derrama pessimismo em tôrno, quanto mais se esquivava de enfrentar a realidade prática, mergulhado no seu conformismo cheio de afetação.

E as do precoce Musset, gemebundo poeta que termina, afinal, por conquistar uma espécie de "cura clínica", em volta do ano de 1840, quando se dá à produção de suas fantasias satíricas, em prosa ou verso.

Tôda uma legião de seres pré-bovários, que, se alguém os lesse inteiramente a sério, nos tempos de hoje, tomando ao pé da letra cada uma de suas frases logomáquicas, pensaria que aquêles que viveram e criaram valores, práticos ou vivenciais, na era da restauração dos Bourbons, vinham oferecer ao mundo algo de absolutamente importante para a existência humana.

Haveria de imaginar que essa gente ia, de fato, pôr abaixo a tirânica supremacia dos valores greco-romanos, restaurados pelo Renascimento. E buscar outras fontes, absolutamente inéditas, de inspiração e expressão, de modo a encarar o ser humano sob ângulos mais próximos da natureza e da realidade.

Isso, a tal ponto que, tanto na vida como nas artes e na literatura, a expressão do movimento fôsse uma verdadeira afirmação do indivíduo. E, principalmente, da sua liberdade, posto que Victor Hugo se julgara com razões para afirmar que o romantismo "não passa do liberalismo em literatura".

Na verdade, porém, nem êsse individualismo que aí ganha vida em forma de lirismo, nem o apregoadado liberalismo, que dá côr ao movimento, nem um nem outro tinha uma definida significação de autenticidade.

Porque o lirismo do movimento romântico põe de lado tudo que, na configuração do individualismo, não se refira exclusivamente aos sentimentos de amor e ódio misturados, de desespero e melancolia. O que vale dizer que êsse lirismo, típico do século XIX, nada tem daquele sentido que lhe exigia Hegel, ao dizer que “as paixões da alma e os afetos do coração não constituem matéria poética senão pelo que êles tenham de geral, de sólido, de eterno”.

E quanto à sua genuidade pròpriamente dita, não possuía o movimento um sêlo fiel de autenticidade. Pois, o que domina a essência do romantismo — tal como ocorrera, no Renascimento, com os valores greco-romanos — é o espírito cristão de indumentária gótica, com tôda a alienação dos seus cavaleiros intoxicados pelo hidromel de Tristão e Isolda.

• • •

De fato, principia o domínio ditatorial do Eu. Paralelamente a um sentimento de horror ao quotidiano — no bom sentido de vida normal, equilibrada entre o animal e o espiritual — em benefício do imaginário e do irreal.

Pois não está ali Delacroix, atrevendo-se a declarar que “a única verdadeira realidade é a dos sonhos”?

Uma exaltação semi-patológica do individualismo, temperada com a hostilidade sistemática ao quotidiano, que leva os “direitos do coração” aos extremos da passionalidade. E conduz a opinião até o excesso de considerar que “a desgraça é a mais fecunda fonte de inspiração”, como o pretende Alexandre Guiraud em “*La Muse Française*”. Do que é exemplo muito expressivo, em 1816, o ímpeto que leva Géricault — o primeiro pintor romântico, de fato — à inspiração do “*Le Radeau de la Méduse*”, que lá está no Louvre, com tôda a sua passionalidade a contrastar com o glacial néo-classicismo de David.

Com o romantismo, enfim, cada qual quer ser, acima de tudo, um "personagem" de drama.

Um personagem que se evade permanentemente, rumo a algo que seja exótico, e se possível trágico, em matéria de sentimento. E de um modo, porém, que aquilo que mais importa, na verdade, não seja o sentimento em si.

E sim a teatralização dêsse sentimento. Os cenários onde se destaquem certos elementos do ambiente ou da paisagem, desde a noite enlustrada ao fragor de uma tempestade, do simples canto de um pássaro à descrição de uma alcova adúltera, cuja decoração faça lembrar a atmosfera penumbrosa e mística de um templo gótico. Tudo a serviço do indivíduo, da valorização excessiva do eu.

Mas, aí, o individualismo romântico assume a forma de uma contrafação masóquica da afetividade, onde a grandeza maior reside no sofrimento, irreal e bem distante do quotidiano. "*Ce fut comme une dénegation de toutes choses du ciel et de la terre*", diria Musset, eloquente corifeu do movimento.

E porque o amor está, então, sempre impregnado de literatura — de alienante literatura — o estilo de amar, no período romântico, é mórbido, desesperado e desesperançado.

Donde o romântico se obstinar, cegamente, em só glorificar o desalento, o *spleen*, a dor, o sofrimento e a doença.

Todo "personagem" faz questão de ser um "incompreendido", que tem horror a ser alegre e sadio, nessa era em que a tuberculose pulmonar assume o caráter de um selo de autenticidade existencial.

Cada homem se compraz, por então, em possuir alguma forma de toxicomania. Em viver buscando, seja qual for o preço, algo que nem sabe bem o que é. Ou se obseda na ruminação do passado, inventando-lhe algum aspecto doloroso, quando não exista de fato. E despreza o presente, concentrando toda possibilidade de futuro na idéia constante da morte.

Também a mulher, de seu lado, é sempre uma sofredora. Como o era, na cavalaria cujos livros lhes sugerem o cenário do tempo, a castelã obrigada a viver, no odiado rameirão do

quotidiano, com o marido feudal, senhor egoísta e grosseiro, como o pintam sistematicamente os romances da época.

E ela, por sua vez, quer ter também o seu amado cavaleiro. No caso, dentro do material humano da época, certo homem que seja um marginal, um semi-louco, ou pelo menos um tuberculoso. Enfim, alguém que possua qualquer anormalidade, capaz de "desvulgarizar" a pessoa.

Por isso, a mulher romântica tinha necessidade de ser pálida, frágil, enfermiça, "distante". Sempre distante do vulgar cotidiano. Tôda abismada no mundo da fantasia.

E, se assim era o estilo de existência romântica, que representava tudo isso senão uma revivescência, dentro da sociedade burguesa, do amor cavaleiresco? E como cavaleiresco que se retornara o amor da era romântica, não estava aí todo o material propício a que cada vez mais se alienasse o amor? Que se alienasse tão profundamente, que pudesse atravessar os tempos, e chegar, devidamente mascarado, até os dias de hoje, em forma dêsse "amor", com aspas, que se apresenta como sendo o Amor?

O AMOR ENTRE A
DOENÇA E A SAÚDE

FINALMENTE, À MEDIDA QUE SE APROXIMA a segunda metade do século XIX, o mundo europeu principia a mudar. E vai adquirindo uma nova estrutura — econômica, social e política — dentro da cultura ocidental de base cristã, em cujo seio o romantismo inoculava perigosa e quase incurável doença.

Na França, como também na Inglaterra e Alemanha, o capitalismo está em marcha ascensional.

A 27 de Fevereiro de 1848, uma II República se instala em Paris, sob a inspiração das idéias socialistas utópicas de Louis Blanc, com um programa de hostilidade à burguesia — donde uma avalanche de falências e queda de valores na Bolsa — que levam os lesados à conspiração ditatorial com Cavaignac. E culminam na eleição de Luiz Napoleão Bonaparte para a Presidência da República Francesa.

Mas o jovem Napoleão — “*Le Petit*”, como o designava no exílio Victor Hugo, para contrastar-lhe a personalidade

com a do tio, Napoleão, o Grande — rapidamente se transforma em ditador.

Apoiando-se completamente na burguesia, e certo da fraqueza do Senado, composto de marechais e arcebispos, bem como a da oposição legislativa em geral, integrada por velhos e decaídos realistas, o jovem Napoleão fica de mãos livres para agir. Porque só o que interessa à burguesia é a segurança de sua propriedade privada, como o exprime uma caricatura existente no Museu Carnavalet, onde se vê “Thiers, defensor da propriedade”, a cavalo sobre a cumieira de uma casa.

Realmente, a França entra num ritmo de intenso progresso, resultante do desenvolvimento industrial e da expansão dos meios de transporte a vapor. Da consolidação de um nascente sistema de crédito bancário e da modernização do trabalho no campo, que, com o emprêgo dos adubos, vai criando a fortuna dos grandes agricultores. Isto tudo resumido, como expressão de tais progressos, no fato de sextuplicar-se, em pouco tempo, a balança comercial da exportação.

• • •

Ora, quando a infra-estrutura de um regime assume tamanho grau de diferenciação qualificativa em relação ao precedente, a sociedade que lhe serve de cúpula tem de mudar, forçosamente.

E a sociedade francesa que floresceu na França — em torno do sobrinho de Bonaparte, já tornado imperador, com o nome de Napoleão III — estava obrigada, logicamente, a mudar de cima abaixo, em formal contradição com aquela anterior, que se plasmara no mórbido moide do romantismo.

Não quer isso dizer, contudo, que os germes que a morbidizaram já estivessem totalmente reduzidos à morte, com uma radical superação da doença romântica.

Poetas, artistas, amantes — alienados da realidade nova que os cerca — em suas mansardas, em seus estúdios, em suas alcovas, continuam a choramingar e gemer. A cultivar masoquisticamente a obsessão de serem frustrados, incompreendidos e marcados fatalmente pelo destino do sofrimento.

Enquanto isso, porém, lá fora, pragmaticamente, a burguesia se concentra no esforço de acumular dinheiro. De multiplicá-lo nos mil setores do comércio e da indústria, que crescem dia por dia.

Por tão lógico motivo, na França — que, muito mais que a Alemanha, foi o real laboratório da experiência neurótica do romantismo — abre-se o caminho para uma reação salvadora.

Reação muito compreensível, quando se tem em conta que ela é o efeito, mais ou menos subterrâneo, da marcha de uma nação que se prepara para uma possível guerra, na mesma medida em que o poder econômico e político da Alemanha prussiana caminha para um choque armado, em disputa dos mercados e fontes de matérias primas.

Então, Paris se torna a capital do mundo, tendo como eixo mundano a bela figura da Imperatriz Eugênia, em torno de quem gravita a sociedade da época. Mas que é substituída depois, no sentido de núcleo de aglutinação do mundanismo, por um "*society*" que só cuida de bailes, de temporadas em estações de águas, em caçadas cheias de pompa, e onde dominam figuras como a Condessa Walewska, ou artistas e escritores como Gounod e Merimée, sem falar do próprio Imperador, cheio de *finesse* e real centro da sociedade.

Nesse Paris do Segundo Império, é toda uma psicologia da existência que muda. E muda por inteiro, radicalmente.

Como se aquela gente se houvesse "curado" de uma mortífera doença. E decidisse viver, de então para a frente, uma vida a um só tempo humana e animal, desde o instante em que inicia uma guerra surda contra o lirismo enfermigo, em função do movimento positivista, através de múltiplas e poderosas formas de influência.

Muito especialmente, inclusive, a do grande Claude Bernard, no domínio da fisiologia, onde busca estudar o homem à base da experimentação em animais. E tenta reduzir todo o segredo da vida a termos de física e de química, passíveis de investigação dentro do laboratório. Isto, apesar de ser ele um amante das letras que, ao chegar a Paris, mais do que tratar de assuntos de medicina, viera tentar a conquista de

algun empresário teatral, capaz de pôr em cena uma tragédia por êle escrita, em versos alexandrinos.

Vive-se uma era de equilíbrio mental e racionalismo, nos principais setores da inteligência.

Lá está Renan, escapado do seminário antes dos votos sacerdotais, passando a limpo a história do cristianismo, à base de uma visão essencialmente humana do Cristo e dos Apóstolos.

Até mesmo Victor Hugo, praticamente “curado”, oferece em *“Les Misérables”* um romance de tese social.

E a poesia, trabalhada pela inteligência, em vez de o ser apenas pelas paixões, busca o primor da forma, na escola parnasiana, que Catule Mendès inaugura, e onde se destacam Th. Gautier, Lecomte de Lisle, Heredia. Até alcançar uma essência de música, com o gênio de Paul Verlaine.

Na pintura, como aspecto mais significativo das artes plásticas, introduzem-se os motivos baseados no quotidiano, tôda resumida em Daumier, que explora o grotesco da realidade como reação. E vai terminar no aburguesamento da expressão pictórica, com a personalidade exponencial de Gustave Courbet, materialista, esquerdista e revolucionário.

• • •

A psicologia da existência transfigura-se.

Mas não sòmente a dos homens. Também muda a das mulheres, em proporções inéditas.

Porque, à medida que a burguesia triunfa — simultâneamente com o desprezo que vota aos artistas e poetas semi-loucos — ela procura fazer da mulher a célula de uma nova ordem social. Uma ordem onde predomina o espírito dos casamentos “de conveniência”, entre as famílias mais poderosas, como alicerce para a estruturação dos grupos econômicos que exploram o colonialismo e dirigem o comércio e a indústria nacionais.

De fato, as mulheres vão mudando.

Transformam-se, e refundem a sua própria maneira de ser, ao calor do Segundo Império.

São gordas e sadias. Em vez de carregarem aquêles ar de fantasmas enfeitados, que lhes impunha a simpatia pela tuberculose pulmonar, no apogeu do período romântico.

Vivem alegres e dominadas pela ânsia do bem-viver, preludiando o advento da "*Belle Époque*".

Enfim, na aparência física, são sólidas e exuberantes. De linhas arredondadas, nos vestidos como nos penteados. Tal como o são, também, os próprios móveis e decorações — onde já não se vislumbram mais os traços remanescentes do estilo gótico — e só exprimem conforto, segurança e bem estar. Ao passo que o modelo do marido, do namorado ou do amante, é o do homem bem posto na vida, próspero e impregnado pelo espírito de iniciativa.

As mulheres mudaram, de fato.

Embora não sejam mais, por outro lado, uma reencarnação das "preciosas", que consumiam a sua libido em pedantes tertúlias literárias. Nem daquelas musas que viviam em função exclusiva de alimentar a vesânia mansa dos heróis do romantismo.

Mas, nem por isso, no que toca à sua visão do amor, elas então se transmudam integralmente. A ponto de assumirem uma posição tão nova quanto o regime econômico-social.

Aparentemente, em seu comportamento exterior, já mostram tratar o amor como um *divertissement*, fútil e vazio. Mais como um jogo para o *society* do que como o exercício de uma necessidade biológica, a um só tempo animal e humana.

Porque a superestrutura que caracteriza tal sociedade — como sempre acontece no processo do devir histórico — ainda guarda o ranço daquela que serviu de cúpula à infraestrutura da sociedade que a precedeu cronologicamente.

Os livros que essas mulheres lêem, numa época em que se difunde cada vez mais a instrução, ainda estão contaminados de romantismo. De uma essência que as impele a fugir do real e do quotidiano.

Continuam a ler os versos de Lamartine e de Musset. Os romances de George Sand.

Assistem no teatro às peças de Hugo e Vigny, êstes e aquêles, incuravelmente marcados pelo bolor do romantismo.

Tal qual ainda são, nem mais nem menos, certos escritores e artistas da época.

Quanto às artes plásticas, as que permanecem presas ao passado, consolam-se com os paisagistas da Escola de Barbizon, sem perceberem que os quadros de Corot, de Rousseau, de Daubigny, já denunciavam um estilo novo, manifesto nas paisagens campestres de Millet, onde se introduzem motivos inspirados na vida do campesinato.

Nos teatros que apresentam peças modernas, é Dumas, filho, quem fascina êsse público que se desmancha em lágrimas, quando assiste à "*La Dame aux Camélias*". História de um amor profundo, que redime e quase santifica uma prostituta, a qual se vai tornar uma espécie de padroeira de tôdas as prostitutas românticas, por um período que se prolonga, na realidade, até os dias desta era da desintegração do atomo.

Em relação aos romances, o que mais lhes agrada ler, se querem mostrar-se *à la page*, são aquêles no gênero de um Octave Feuillet, que Anatole France definiu como "o gênio da mediocridade". Ou um Murger, cuja "*Vie de Bohème*", saturada está de romantismo tardio, inclusive pela tuberculose pulmonar de Mimi, que serve ao paladar masóquico que a cavalaria legou à Europa.

Mas, acima de tantos, e a partir de 1857, avulta entre todos Gustave Flaubert, que se pretende um crítico realista dos costumes, quando não passa, em essência, de um romântico retardatário. Contradição que está magistralmente explicada por Jean-Paul Sartre, na "*Critique de la Raison Dialectique*". Um autor cuja alienação só faz agravar e levar aos extremos o mal romântico.

Porque, nessa época de incontível progresso social e político, tôda mulher que se preza e se dá ao hábito da leitura, agora se obstina em ser uma cópia de Emma Bovary. Do que resultará o fenômeno psicológico do "bovarismo" (*), que mereceu em 1921, todo um livro de 370 páginas, da autoria de Jules de Gaultier.

(*) No volume que a êste se segue, é que será estudado o problema do bovarismo, inclusive quanto aos seus aspectos atuais.

O BOVARISMO EM MARCHA

O BOVARISMO VAI INICIAR A SUA marcha. Assim como se fôsse uma sequela — no rigoroso sentido médico do termo — através da qual evolvesse a doença do romantismo, que, por sua vez, tivera a origem mórbida no espírito da sociedade cavalheiresca.

Logo à primeira vista, e para quem só tenha uma visão estática da história, parecerá estranho que semelhante super-estrutura psicológica e moral pudesse sobreviver, justamente numa época em que a sociedade já tinha como infraestrutura um sistema econômico baseado na pura materialidade do dinheiro. Dos lucros que a burguesia acumulava e multiplicava, desde algum tempo, à custa do desenvolvimento industrial e comercial.

Mas o fato tem a sua lógica. Não formal, mas dialética.

Pois, como sempre acontece, fatalmente, a ideologia de uma classe jamais corresponde, nas primeiras fases de seu domínio, à base material que lhe serve de suporte.

De fato, a coisa precede à idéia. E não há como negar esta verdade.

Todavia, as idéias se arraigam nos cérebros humanos com tamanha força de fixação, que continuam a viver e impor-se, paradoxalmente, mesmo quando o sistema de existência quotidiana assume, em face delas, o caráter de uma contradição antagônica.

E foi o que se viu na França — e em toda a Europa da segunda metade do século XIX — em pleno apogeu da era vitoriana, fruto maduro da revolução industrial, às vésperas de definir-se a era do capitalismo imperialista. Exatamente quando o Segundo Império entra em estado pré-agônico, para dar lugar a uma nova república.

• • •

Por volta do ano de 1860, a França principia a viver duvidosos dias para o seu destino político.

No plano exterior, refervem as agitações intestinas na Itália, onde Napoleão III, não satisfeito de já haver guerreado na Criméia, em ajuda da aliada Inglaterra, luta por ampliar seu domínio na Europa Continental.

Dentro das fronteiras nacionais, o mal-estar de burguesia — já com o parlamento nas mãos — encabeça e comanda a oposição contra o Império, em defesa das leis protecionistas alfandegárias, beneficiadoras do comércio e da indústria. Precisamente o que não lhe pode conceder o Império, comprometido pela aliança com Inglaterra, para as guerras de conquista, e que exige a manutenção das regras de liberalismo econômico, segredo do seu futuro imperialista.

Bastou um passo a mais, para instalar-se o parlamentarismo, Thiers à frente, como chefe da oposição.

O Império estava agonizante.

E a saída foi a guerra com a Alemanha, declarada por Napoleão III, a 15 de Julho de 1870.

Guerra curta, que encontrou seu rápido fim a 10 de Maio de 1871, data do Tratado de Francfort-sobre-o-Meno.

Derrota profundamente mutilante, cuja consequência prática, do ponto de vista econômico, era a perda dos terri-

tórios da Alsacia e Lorena, com tôdas as suas jazidas de sódio, de ferro, petróleo e hulha.

Aí se inicia, para a nação vencida, uma difícil etapa histórica.

Uma conjuntura que leva à consolidação indiscutível da Alemanha como potência imperial, já proclamada em plena Galeria dos Espelhos do Palácio de Versalhes, a 18 de Fevereiro de 1871, poucos dias antes da total capitulação de Sedan.

• • •

Com o revês, derrama-se pela França uma onda de pessimismo e amargura.

Um estado d'alma coletivo que, quando se vai tornando em conformismo, se deixa temperar, aos poucos, por uma certa dose de cinismo. De uma mistura contraditória de inclinação à libertinagem e de recrudescência do espírito romântico.

E culmina na instalação da "Comuna de Paris", com execuções em praça pública e incêndios ateados nas ruas, sob a direção principal dos socialistas partidários de Blanc, a essa altura filiados à Internacional fundada por Marx, que tão acerbamente criticou a intempestividade e a inadequação do movimento.

Por isso, cada vez mais se alastra uma vaga de pessimismo que busca saída — no meio daqueles que constroem seu pensamento e suas opiniões à base de leituras — num mecanismo de racionalização que tem raízes na filosofia de Schopenhauer. Donde, o pensador preferido dêsse povo vencido ser aquêlê que expôs suas idéias em "O Mundo como Vontade e como Representação". Um filósofo profundamente pernicioso em seu negativismo, que defende, como única solução para o destino humano ao sofrimento, que êle considera inseparável da condição humana, o exercício da castidade, a busca de uma vida ascética que conduza ao nirvana do ideal hindu. Proposição essencialmente bovárica, de um homem que, na realidade de sua existência pessoal, nada tinha de ascético, nem de triste ou pessimista.

Ou Von Hartmann, autor da "Filosofia do Inconsciente", tôda fundamentada na idéia de uma maldade essencial do Homem. E onde Freud hauriu as inspirações pessimistas que iriam marcar a psicanálise, uma doutrina em que o homem é olhado, quase à maneira platônica, como anjo caído de um mundo sobrenatural, e até a criança acabaria — parafrase do conceito de Jean-Jacques Rousseau — por ser considerada, de fato, um "perverso polimorfo".

• • •

Paralelamente, começava a nascer, na literatura como nas artes, o movimento naturalista, destinado a assenhorear-se da Europa inteira, por anos e anos.

Sobretudo quando Zola, ao estudar a família dos Rougon-Macquart, cujos personagens êle faz viverem no clima social e político de Napoleão III, apresenta o ciclo dêsses romances em forma de uma "História Natural e Social de uma Família no Segundo Império". Nada menos que vinte volumes, em cujas páginas, impregnadas de Claude Bernard e Gregório Mendel, a fisiologia e a ciência da hereditariedade representam, menos "motivos" romanescos, do que verdadeiros "personagens", trabalhando em cena, de mãos dadas. Personagens talhados, também, ao modelo que Morel — a quem Morselli chamou "O Darwin da Psiquiatria" — já impusera no seu "Tratado das Degenerações", ponto de partida para tôda a psicopatologia da era vitoriana, válida até mesmo nos dias de hoje.

Zola e tantos outros, como Daudet e Maupassant, êste, o mais definido realista do movimento, além de haver sido o maior *conteur* de todos os tempos.

E, mais tarde, o imenso Anatole France — chamado justamente "a flor do gênio latino", e que se tornaria, já velho e fatigado, um militante político do socialismo.

O naturalismo vai, de fato, empolgar a Europa, e, muito particularmente, a França do fim do século XIX, no seu processo de desendeusar e animalizar a mulher.

Porque, em ponto extremo àquêle em que a cavalaria — como depois o romantismo — acabara por situá-la, o natura-

lismo ensina a só ver na mulher um vil animal. Inferior, até o ponto de encarnar um ser patológico, em sua monstruosidade mental e moral.

Fora da arte — onde um Rodin e um Degas respeitam a dignidade da mulher, e outros pintam e esculpem mulheres que têm mais de deusas do que de seres humanos — e dos romances de um Paul Bourget, que revivem a tradição clássica e fazem dêle uma espécie de autor oficial das famílias poderosas e conservadoras, a mulher-motivo da criação literária acaba por tornar-se, na transposição romanesca da realidade quotidiana, um objeto de abjeção.

Vira uma simples fêmea, desvairada pelos impulsos do sexo. Capaz de chegar, levada por êle, a tôdas as torpezas. De pôr em perigo a instituição da família, que é a célula fundamental dessa etapa do capitalismo, quando o homem só pensa em dinheiro e em política. No mesmo passo em que o adultério se ergue às culminâncias do prestígio. E o amor físico, base necessária de um amor total, perde valor na consciência dos homens farisaicamente deformados pela ideologia social da época, que se resume na obsessão de segurança e bem estar.

E, quando alguém se lembra de que, lá na morna quietude dos subúrbios e das províncias, a mulher pequeno-aburguesada vive a cuidar da casa e dos filhos, ou bordando o enxoval para o casamento que é a sua exclusiva aspiração, logo se pensa, simultâneamente, em que ela está vivenciando uma existência falsa.

Quando mais não seja, e a despeito das fadigas do ramerrão doméstico, entregue à leitura de algum livro de Loti, romântico oficial de marinha que, em vez de volver os olhos para a realidade que o cerca, ocupa-se em construir histórias de amor vividas em países exóticos.

Senão, lendo a poesia decadentista, onde um Mallarmé — quase valeria escrever: "*mal aimé*" — faz revitalizar e recrudesce a doença romântica na mulher, incutindo-lhe no espírito contaminado a idéia de que "*la chair est triste*".

Ouvindo ao piano as composições em que Fauré só usa a linguagem musical para veicular mensagens de religiosidade.

Vendo nas exposições os quadros de Manet, Monet, Sisley, Pizarro, com o "impressionismo" que lhes serve de instrumento para fazer da luz e do momento verdadeiros "personagens". Mas, na realidade, e a pretexto de fixarem o "aqui e agora" do fugidio devir da existência, lembrarem schopenhauerianamente a transitoriedade da vida. E, com isto, reforçando a idéia de destino, com que a a cavalaria e o romantismo — como hoje o existencialismo — fizeram ver ao ser humano que a vida não lhe oferece outra perspectiva que não seja a certeza da morte.

Ou então, o que seria ainda mais provável, vivendo e revivendo a figura de Emma Bovary — nessa época em que as Emas se multiplicam ilimitadamente — enquanto o seu "Charles" trabalha para ganhar o sustento da família.

Se não estiver sonhando acordada com o noivo, simplório pequeno-burguês que, antes de tornar-se um Charles Bovary, encerra tôda a aparência, dentro da imaginação contagiada pelos romances, de um cavaleiro modelado sob as regras do amor cortês.

• • •

Mas os naturalistas prosseguem na faina de ver na mulher, exclusivamente, a escrava do sexo, reatualizando o chavão do "*tota mulier in utero*", sob a influência dos neurólogos que se dedicam ao estudo da histeria. Doença da moda na sociedade européia, à custa dos *shows* que Charcot — transviado *metteur en scène* — dirige na Salpêtrière, pelos últimos anos do século XIX.

E só não se apercebem é de que, oprimida por tais conceitos falsos a seu respeito, por essa superestima de um valor existencial que a moral cristã sempre lhe proibiu desfrutar, a mulher começará a cada vez mais reprimi-lo. A ter vergonha de seu sexo. E a temê-lo como um crime, tal como já o fizera através de quase dois mil anos de cristianismo. Enfim, a preparar-se para o apogeu do processo da frigidez sexual, que iria mais tarde, na sociedade contemporânea, transformar-se no mais crucial problema da coexistência conjugal.

DIGNIDADE
PARA O AMOR

JÁ VAI ANOITECENDO O SÉCULO XIX. O penúltimo do segundo milênio de uma era nova, que principiou no dia em que veio ao mundo a singular e inconfundível figura do Cristo. A maior expressão que jamais pôde alcançar a frágil condição humana. Tão grande que Ernest Renan — aquêlê que a Igreja sempre tem como um dos seus mais frios inimigos — não vacilou em considerar divina, "*en ce sens que Jesus est l'individu qui a fait faire à son espèce le plus grand pas vers le divin*".

E, ao crepúsculo do século, também vai baixar a noite sôbre a vida de Vitória I, rainha da Inglaterra, símbolo de tôda uma época em que a história econômica e social do mundo se transfigurou radicalmente.

Nessa era que foi crismada de vitoriana, a Europa se revolucionou quase em silêncio, na medida em que, ao longo dela, se dissolveram os últimos resíduos da servidão e o Ocidente inteiro se democratizou.

Todo aquêlê mundo, que fôra antes chamado "a cristandade" já não vive mais em função do Cristo, senão através dos artifícios da liturgia, de que se valem, abusivamente, os que ainda se apresentam como os "ministros" d'Ele. Ele, que, se os houvesse conhecido, também os chicotearia, sob a mesma sagrada cólera com que chibateou os "vendilhões do templo".

Porque, à hora em que as pálpebras cansadas da grande rainha se vão cerrando, docemente, as religiões cristãs já se reduzem a uma superestrutura fragílissima. E, mais do que o medo do Inferno, que fôra a possante arma de intimidação humana durante quase dois milênios, o que refreia os homens, agora, nos seus impulsos egoísticos e destrutivos, são as leis penais, que se consubstanciam em códigos por tôdas as nações, velhas ou recém-fundadas, que compõem o mosaico do mundo ocidental.

E essas nações, ao contrário do que o mundo fôra antes, integram um todo que se encolhe cada vez mais, e menor se torna no seu conjunto, à medida que as ferrovias, os navios, o telégrafo e o telefone se justapõem numa enorme e complexa teia que vincula, à altura do ano de 1900, os quatrocentos milhões de criaturas que habitam o exíguo território da Europa.

Uma rede de intercomunicações, que serve às inéditas proporções do ritmo em que se desenvolve a indústria, tornada eixo de uma revolução econômica. Como ao comércio que, em função do progressivo aumento da produção, já se derrama para além das fronteiras européias, e busca seu ponto de apoio nos mundos de além-mar, onde o colonialismo se consolida numa instituição básica para as novas linhas diretrizes do capitalismo.

Precisamente do capitalismo inglês, que o estilo de governo da rainha Vitória erguera à altura de um método, e começava a gerar, por dialética contradição, o espírito de organização das massas operárias, agora dominadas, sob a influência da Associação Internacional de Trabalhadores,

sediada em Londres, pela inédita idéia — tida como utópica até o ano de 1918 — de uma iminente posse do poder político.

* * *

O mundo ocidental está revolucionado na base.

No plano superestrutural, entretanto, a ideologia da nova era, contraditóriamente, como sempre ocorre no processo histórico, não ultrapassara ainda, nas devidas proporções, a etapa em que a vida social só era conduzida em termos de uma artificial continuação dos princípios, totalmente superados, que os Evangelistas ofereceram à Igreja para guiar, com brida curta, o comportamento da sociedade humana.

De modo que, embora afetando uma relativa independência religiosa, o que se continua a ver, em matéria de sexo e amor na existência de tipo vitoriano, é sempre o selo do cristianismo deformado pela Igreja, com todo o ranço de que o impregnaram a cavalaria e o romantismo.

A vida sexual é necessária, nenhum vivente da era vitoriana põe em dúvida semelhante fato.

Absolutamente necessária, inclusive para cumprir a ordem bíblica de crescerem e multiplicarem-se, produzindo os braços de que precisam a indústria e o comércio, a agricultura e as forças armadas, as letras e as artes, para assegurar a existência somática e psíquica da burguesia, então senhora do mundo.

Todos sabem disso.

Mas guardam semelhante verdade em pudendo silêncio.

E só a exercem, no que toca às mulheres, sob constrangimento e medo de estarem praticando algo de sacrílego e pecaminoso. Algo que só pode ser de fato vivido, sob o peso de repressões multiseculares.

Cada virgem, é obrigada a trancar sua virgindade. Mesmo quando o preço da contenção anti-instintiva seja alguma das formas de neurose que, na própria Inglaterra, teve o nome cunhado por Cullens. Ou a progressiva entrega do corpo e da alma à arte da libidinagem — espécie de *modus vivendi* entre a libido e a sociedade himenolátrica — fisicamente

livre de consequências que a coloquem em choque com as instituições e os valores éticos por então dominantes.

A espôsa-mãe de família, de seu lado, tem que se proibir, a si mesma, a conscientização e o saboreamento pleno de seus orgasmos. Isso, paralelamente a um processo de lenta e progressiva habituação ao sistema do adultério, a que é levada pelo bovarismo crescente, trágico meio de fuga que encontra para compensar a sua alienação.

Viúvas e divorciadas, estas são condenadas, inflexivelmente, à aparente abstenção carnal, numa como tentativa de revirginização, para assegurarem seu lugar na sociedade. Na hipócrita sociedade que as deixa viverem o sexo clandestinamente, rolando de experiência em experiência, à cata de um segundo casamento, que, se não chega em tempo útil, as arrasta insensivelmente a uma prostituição mascarada.

Essa prostituição, dia a dia mais incrementada pelos próprios maridos burgueses, que, ainda não liberados, psicologicamente, dos falsos princípios incutidos pelas contrafações éticas da Igreja, se abstém de fazerem das espôsas as suas verdadeiras e legítimas amantes, temerosos de assim as “corromperem”.

O que denuncia, no fundo, o espírito patriarcal que permanece como padrão da família burguesa, onde o chefe representa o sócio-gerente todo-poderoso de uma “sociedade limitada”.

Pois é em função do conceito de que a mulher se reduz a sua propriedade privada, que o homem se dá o direito — somente a êle mesmo — de desfrutar uma completa liberdade sexual. Uma liberdade que, a essa altura do liberalismo obsessivo, também é disputados pelos que preferem a vida sexual em termos de homossexualidade e toda a gama das mais abjetas aberrações instintivas.

Quando o justo e equilibrado seria que, mesmo em conformidade com a imemorial definição da ligação amorosa em forma de propriedade privada, o espírito de “sociedade limitada”, que é o molde do casamento burguês, obrigasse o homem a assumir uma equitativa consciência de reciprocidade de direitos e deveres.

E que a “sociedade” integrada por um homem e uma mulher livres — fossem casados pela lei civil, ou ligados por uma mancebia digna e estável — encerrasse uma cláusula tácita mas essencial, no contrato de fato ou de direito, por força da qual os “sócios” se vinculassem, com obrigações e deveres equivalentes, à simples base de um inviolável compromisso de respeito, de fidelidade e de amor.

De verdadeiro, integral e autêntico amor.



ACADEMIA AMAZONENSE DE LETRAS
1918 • 2018



AMAZONAS
CULTURA DE
VALOR

Secretaria de
Cultura e Economia
Criativa



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA ESPECIAL DA
CULTURA

MINISTÉRIO DO
TURISMO



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL